



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 34

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 4 de setembro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputados Rogério Veiros (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Bárbara Chaves) e Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos foram apresentados diversos votos.

- [Voto de Congratulação pelos 50 anos da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual foi aprovado por unanimidade.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Benilde Oliveira, usou da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

- [Voto de Congratulação pela passagem do 100º aniversário da Sociedade Corretora](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Humberto Melo usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Submetido à votação o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos feitos alcançados pelo Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Após a leitura do voto, seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Saudação ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, pela sétima conquista consecutiva da Taça de Portugal em ginástica aeróbica, na categoria de absolutos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter procedido à sua apresentação o Sr. Deputado Joaquim Machado.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de José António Rodrigues de Melo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre este voto usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Mendonça, para fazer a respetiva apresentação, e Joaquim Machado (*PSD*), seguindo a votação que registou a aprovação por unanimidade por parte da câmara.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Francisco de Oliveira Neto**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado José Andrade, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Submetido à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento da ALRAA foram proferidas duas declarações políticas, a primeira pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e a segunda pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Participaram no debate da primeira declaração política os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Sobre a segunda declaração política usaram da palavra os/a Srs./a. Deputados/a Paulo Estêvão (*PPM*), Joaquim Machado (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Para uma interpelação à Mesa usou da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Na **Agenda da Reunião** foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 20/X – “Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013”;**

O debate iniciou-se com a apresentação do diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), contando ainda com a participação dos/a Srs./a Deputados/a António Marinho (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José San-Bento (*PS*).

Submetido à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/X – “Estabelece o Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA”;**

Participaram no debate o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*), a quem coube a apresentação do diploma, e as/os Sras./os Deputadas/os Zuraida Soares (*BE*), Jorge Macedo (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), José Ávila (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Proferiram declarações de voto as/os Sras./os Deputadas/os Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Ávila (*PS*).

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 18/X – “Define a forma de registo de tempos de trabalho e as condições de publicidade de horário de trabalho dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região Autónoma dos Açores”;**

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra as/os Sras./os Deputadas/os Zuraída Soares (*BE*), Graça Silva (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

A continuação do debate ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 45 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo. Vamos começar os nossos trabalhos. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar a manhã com o PTAP. Começemos pelos votos.

Para apresentação de um Voto de Congratulação sobre os 50 anos da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, pelo PS, tem a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50 Anos da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros

A Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros é uma instituição de solidariedade social da Vila da Povoação, instituída a 11 de setembro de 1963,

por despacho do, então, Ministro da Saúde e Assistência, pelo que no próximo dia 11 de setembro celebra 50 anos de vida.

A Fundação foi uma iniciativa benemérita do Reverendo Padre João de Medeiros, sacerdote açoriano, natural da freguesia da Povoação, emigrado nos Estados Unidos da América, em homenagem a sua mãe, Maria Isabel do Carmo Medeiros.

Correspondendo à vontade do seu instituidor, a Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, tem três grandes desígnios consagrados nos respetivos Estatutos, a saber:

1. Educação, cultura e formação profissional;
2. Proteção à infância, juventude e terceira idade;
3. Colaboração na obra paroquial de catequese e realização de outras atividades julgadas convenientes à prossecução de fins espirituais.

Neste sentido, dadas as carências de ensino existentes no concelho da Povoação durante o século XX, o Externato Maria Isabel de Carmo Medeiros foi, assim, uma das primeiras concretizações ao nível do desígnio da Educação, Cultura e Formação Profissional da Fundação.

A Fundação também se notabilizou, socialmente, pelos apoios concedidos, nomeadamente, subsídios a estudantes pobres do Concelho que pretendiam concluir os seus estudos no ensino superior no país ou no estrangeiro, ou através da atribuição de bolsas a alguns alunos do Seminário Episcopal de Angra, candidatos ao sacerdócio.

Na prossecução dos Fins Culturais que haviam, de igual modo, ditado a criação da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, e por não ser possível construir um edifício de raiz, foi solicitado à Câmara Municipal a cedência de um imóvel que na altura, servia como casa dos magistrados em serviço na Comarca da Povoação.

Foi essa a primeira Sede da Fundação.

Nesse edifício foi também instalado o Externato do 1º e 2º ano.

Nesse ano letivo, 1962-1963, matricularam-se 27 alunos e no ano seguinte 50 alunos, o que foi a prova que o primeiro grande desígnio da Fundação – o Ensino – tinha sido atingido.

Entretanto, o Padre João Maurício, indigitado primeiro Presidente da Fundação, empenhara-se na construção de um novo edifício.

Seis anos mais tarde, como corolário de um esforço de muitas pessoas, o sonho concretiza-se e a obra chega ao fim.

Atualmente, o Externato denomina-se Escola Básica 2,3/S Maria Isabel do Carmo Medeiros.

A Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros desempenha, desde a sua origem, um papel fundamental no concelho de Povoação, através das suas múltiplas valências, tais como a creche, jardim-de-infância ou a Escola Profissional.

É sem dúvida louvável, a todos os níveis, o impacto extraordinário que a Fundação Maria Isabel Medeiros teve para o Concelho da Povoação durante estes 50 anos de existência.

Pelo exposto, e nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõem, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores, a aprovação do presente voto de congratulação pelo quinquagésimo aniversário da Fundação Maria Isabel de Carmo Medeiros, e que deste seja dado conhecimento ao Presidente da Fundação e aos respetivos Órgãos Sociais.

Disse. Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 04 de setembro de 2013

Os Deputados Regionais: Benilde Oliveira, Berto Messias, José Carlos San-Bento, Miguel Costa e Arlinda Nunes.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata associa-se com muito gosto a este Voto de Congratulação pelos 50 anos da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, que é, seguramente, a mais destacada instituição de direito privado do concelho da Povoação.

Uma instituição que ao longo destes 50 anos desempenhou um papel muito relevante, sobretudo na área do ensino, com a constituição do externato Maria Isabel do Carmo Medeiros (o externato, como ainda popularmente esse estabelecimento de ensino é designado pelos povoacenses).

Naturalmente que ao lembrar estes 50 anos da instituição impõe-se também que seja aqui invocada a memória de Monsenhor João Maurício, que foi o grande impulsionador, o grande obreiro desta instituição, a par, em tempos mais recentes também, do Sr. Padre José Fernandes.

Este antigo estabelecimento privado, porque foi precisamente no ensino que mais relevante papel desempenhou esta fundação, veio já, na vigência do nosso regime autonómico, a obter paralelismo pedagógico e foi responsável pela lecionação, até ao fim do 3º ciclo, de muitas dezenas, diria mesmo até centenas, de jovens povoacenses que ali iniciavam os seus estudos e depois prosseguiram-nos em Ponta Delgada. Daí, muitos deles transitaram para o ensino superior, destacando-se depois em variadíssimas carreiras profissionais.

Mais tarde, o externato veio a tornar-se escola pública e devemos também aqui lembrar as obras que ali, ao longo do tempo, têm sido feitas nas instalações, apesar de aquele ser, juntamente com o concelho das Lajes das Flores, o único concelho da Região onde não foi construída uma escola de 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário de raiz, uma aspiração que continua a existir entre os povoacenses mas que, por razões várias, infelizmente, ainda não foi concretizado.

Todavia, é da fundação, dos seus 50 anos e da atividade relevante desempenhada no concelho da Povoação que aqui estamos a tratar.

Naturalmente, depois de tudo o que foi dito, e em reconhecimento pelo brilhante trabalho feito por esta instituição, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente este voto.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretário: O presente Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação referente aos 100 anos da Sociedade Corretora Limitada, tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Bom dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Sociedade Corretora Limitada acaba de completar 100 anos de existência!

Foi a iniciativa empreendedora de Cristiano Frazão Pacheco que levou à sua criação em 22 de Agosto de 1913, primeiramente com a designação de Sociedade Corretora de Ananases.

O objetivo central assentava exatamente na organização dos produtores de ananás e da sua exportação para Inglaterra, França e outros países do norte da Europa.

Esse dinamismo crescente da exportação levou mesmo a Sociedade Corretora a impulsionar a fundação, em 1920, da companhia de navegação Carregadores Açorianos.

Contudo, as dificuldades de transporte e exportação decorrentes da segunda guerra mundial levaram a Sociedade a diversificar a sua atividade, passando assim a promover o fabrico de doces e compotas de ananás, batata-doce, capucho e amora.

Em paralelo, com a aquisição de uma frota de traineiras, dedica-se também ao fabrico de conservas de atum, o que viria a dominar a sua atividade até aos nossos dias.

Atualmente a Sociedade Corretora regista uma produção anual de duas mil toneladas de peixe e emprega cerca de 100 trabalhadores no período de ponta de laboração.

Os seus produtos mantêm grande aceitação no mercado regional e até em Itália, bem como junto das comunidades açorianas radicadas nos Estados Unidos da América e no Canadá, com uma qualidade considerada inigualável.

É uma empresa com relevante significado para a economia da nossa Região Autónoma, com enfoque particular no emprego.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pela passagem do 100º aniversário da Sociedade Corretora, felicitando os seus atuais responsáveis e todos os que nela trabalham.

Horta, Sala das Sessões, 3 de setembro de 2013.

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Humberto Melo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar que o Partido Socialista naturalmente vai associar-se a este voto e amanhã temos previsto a apresentação de um voto de igual teor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretário: O presente Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para apresentação de um Voto de Congratulação sobre o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, instituição de utilidade pública, surgiu na continuidade do trabalho realizado pelo Corpore Ginásio, de Maria Alexandra Ponte Barroso e Rogério Barroso.

Com vários títulos nacionais e internacionais, a ginástica aeróbica é a atividade principal das 2 entidades, com classes de crianças a partir dos 3 anos de idade.

No escalão juvenil, júnior e sénior, o clube apresenta atletas inscritos com estatuto de “Jovens Talentos Regionais”, da seleção nacional e de nível de Alto Rendimento.

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada foi o grande vencedor da Taça de Portugal de Ginástica Aeróbica de 2013, sendo esta a sétima conquista da equipa micalense – 3 enquanto Corpore Ginásio e 4 como Clube de Atividades Gímnicas Aeróbica.

Esta vitória permite ao clube inscrever o seu nome na história da ginástica aeróbica portuguesa, ao conseguir o feito inédito de 4 conquistas consecutivas da Taça de Portugal.

Os Açores conquistaram assim pela sétima vez consecutiva a Taça de Portugal no Escalão Absoluto e pela segunda vez consecutiva a Taça de Portugal Jovem disputado no passado mês de julho, em Benavente.

As ginastas Sara Silva, Luana Minucci, Ana Janeiro, Inês Botelho, Laura Monteiro e Sofia Magalhães representaram o Clube no escalão júnior e sénior.

As quatro notas mais elevadas para a obtenção da Taça de Portugal no Escalão Absoluto foram obtidas pelas ginastas Sara Silva, Luana Minucci e Inês

Botelho (categoria Individual Feminino) e pelo trio sénior constituído pelas atletas Sara Silva, Luana Minucci e Ana Janeiro.

No âmbito da Taça de Portugal Jovem, criada no ano passado, o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada repete este ano a obtenção desta vitória com as ginastas Maria Correia, Sara Nunes e Sara Albergaria (escalão iniciado) e Carlota Leal, Maria Medeiros, Rafaela Damásio, Matilde Aguiar e Daniela Resendes. As notas mais elevadas para que fosse alcançada a vitória e a obtenção desta taça pertenceram a Maria Correia, Carlota Leal e Matilde Aguiar (categoria Individual Feminino) e às 5 atletas na categoria de Grupos.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação pelo feito alcançado pelo Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, dando provas do excelente trabalho desenvolvido com os jovens atletas açorianos.

Importa dar conhecimento ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, aos seus atletas, técnicos do clube e Autarquia de Ponta Delgada, reconhecendo a todos o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto no concelho de Ponta Delgada e respetiva Região.

Horta, Sala das Sessões, 04 de setembro de 2013

Os Deputados Regionais: Carlos Mendonça, Berto Messias, José Carlos San-Bento e Arlinda Nunes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos votar este voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretário: O presente Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Saudação do mesmo teor, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

AO CLUBE DE ATIVIDADES GÍMNICAS DE PONTA DELGADA

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, sucessor do Corpore Ginásio, é uma das mais bem sucedidas agremiações desportivas da nossa Região Autónoma. A sua atividade e a prestação competitiva das suas atletas projetam bem longe o nome dos Açores, não só no espaço nacional mas, e sobretudo, também além fronteiras, em inúmeras competições internacionais. É também por intermédio deste clube que a cidade de Ponta Delgada tem sido palco de uma importante competição desportiva internacional, precisamente uma jornada da Taça do Mundo de ginástica aeróbica. Mas além da vertente competitiva o Clube Gímnico de Ponta Delgada abre ainda as suas portas para o desporto de recreação de largas dezenas de crianças, jovens e adultos.

Estes factos, por si mesmos, pelo trabalho e êxito que implicam, já são motivo para reconhecimento público. Porém acresce a tudo isso um feito desportivo recente, alcançado pelo Clube Gímnico de Ponta Delgada, a conquista, pela sétima vez consecutiva, da Taça de Portugal em ginástica aeróbica, na categoria de absolutos (juniores e seniores). Foram obreiras desse triunfo as atletas Sara Silva, Luana Minucci, Ana Janeiro e Inês Botelho, todas iniciadas e formadas neste clube micaelense pela sua distinta treinadora, a Dra. Alexandra Barroso. Esta brilhante conquista não tem paralelo na modalidade, nem tão pouco entre todos os clubes açorianos. E mesmo noutros desportos é difícil de encontrar uma série de triunfos tão longa e ininterrupta.

Reconhecer publicamente o percurso desportivo do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, o sucesso das suas atletas e da sua treinadora é, acima disso, um incentivo a prosseguirem na senda do sucesso e do trabalho em prol do desporto de competição e, genericamente, da prática desportiva, que o mesmo é dizer, de uma vida saudável.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, pela sétima conquista consecutiva da Taça de Portugal em ginástica aeróbica, na categoria de absolutos (juniores e seniores), e que do mesmo se dê conhecimento àquela agremiação e à Federação de Ginástica de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 4 de setembro de 2013

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, Joaquim Machado, Bruno Belo, Luís Garcia e José Andrade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de pesar.

Para apresentação de um Voto de Pesar sobre o falecimento de José António Rodrigues de Melo, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Faleceu no passado dia 20 de agosto, no Hospital do Divino Espírito Santo, na cidade de Ponta Delgada, com 67 anos de idade e vítima de doença prolongada, José António Rodrigues de Melo.

Nasceu na freguesia da Lomba da Fazenda, concelho de Nordeste. Casado com a D. Isaura Maria Raposo Bettencourt Melo, pai de 2 filhos, residente em Ponta Delgada.

Foi o primeiro presidente da Câmara Municipal do Nordeste, eleito nas primeiras eleições autárquicas, no ano de 1976, logo após a aprovação da nova Constituição, após 25 de abril.

Desempenhou o cargo com sentido de “voluntariado” e com o “sacrifício da própria família” uma vez que, muito antes das novas acessibilidades ao Nordeste, as “SCUTS”, deslocava-se todos os dias ao Nordeste, perdendo só em viagens cerca de 4 horas.

José António Melo, ou como era conhecido de forma carinhosa, na sua terra, José António “*Chumeca*”, foi presidente de câmara até 1979. Não terminou o mandato de presidente, por ter optado por seguir a sua carreira e estudos na Universidade dos Açores.

Na Universidade, licenciou-se em Gestão e Organização de Empresas. E a nível profissional, foi presidente da Comissão Administrativa dos Serviços Médico-Sociais em Ponta Delgada.

Foi também Deputado Regional na Assembleia Legislativa Regional, defendendo da melhor forma os interesses dos açorianos, sempre de forma consensual tanto política como socialmente.

Nutria pelo Nordeste uma profunda paixão, constantemente visível nas suas conversas do dia-a-dia. Detentor de uma sensibilidade muito especial para com os dramas da vida e grande conhecedor do meio que o rodeava, afirmou-se na Região e na diáspora açoriana como defensor dos princípios em que acreditava e que partilhava abertamente com todos.

Esteve ligado aos Lions de S. Miguel e à Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove este voto de pesar pelo falecimento de José António Rodrigues Melo.

Importa dar conhecimento, além da família, à Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, Lions de S. Miguel, Câmara Municipal de Nordeste, Assembleia Municipal de Nordeste e Assembleia de Freguesia da Lomba da

Fazenda, reconhecendo a sua forma de estar e o modo como geriu a sua vida em prol do bem comum de todos.

Horta, Sala das Sessões, 04 de setembro de 2013.

Os Deputados Regionais: Carlos Mendonça, Berto Messias, José Carlos San-Bento, Miguel Costa e Arlinda Nunes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores associa-se a este Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José António de Melo, sobre o qual, aliás, já ontem apresentámos uma iniciativa nesse sentido.

Curvamo-nos perante a memória deste antigo deputado e primeiro presidente eleito para a Câmara do Nordeste.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretário: O presente Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Pesar referente ao falecimento de Manuel de Oliveira Neto, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Manuel de Oliveira Neto

Estranhamente, a sua morte passou despercebida nos Açores.

Ironicamente, dedicou a sua vida a que os Açores não passassem despercebidos no Canadá.

A sua morte merece o nosso pesar porque a sua vida justifica o nosso reconhecimento.

Chamava-se Manuel de Oliveira Neto e foi embaixador autodidata da cultura açoriana na província do Ontário:

- Como fundador e presidente do **Centro de Divulgação Açoriana no Canadá**;
- Como fundador e coordenador dos **Ciclos de Cultura Açoriana de Toronto**;
- Como fundador e diretor do jornal luso-canadiano **“Portugal Ilustrado”**.

Morreu a 25 de agosto na sua cidade de Mississauga.

Deixa escassa informação sobre si próprio mas fez abundante promoção de todos nós enquanto divulgador da açorianidade por terras canadianas.

Nasceu na ilha de São Miguel a 30 de agosto de 1932 e emigrou para o Canadá levando consigo não apenas a identidade cultural açoriana mas também a vontade e a capacidade de promove-la e de valorizá-la no outro lado do Atlântico.

Primeiro, através da comunicação social.

A fundação do seu “Portugal Ilustrado” serviu a comunidade portuguesa da província do Ontário desde 1978 e durante cerca de 30 anos, quer como quinzenário em suporte de papel, quer como jornal de difusão eletrónica.

Chegou mesmo a ser o único título de identificação açoriana num dos mais importantes baluartes da açorianidade no mundo.

Depois, através da dinamização cultural.

A criação do seu Centro de Divulgação Açoriana no Canadá e, sobretudo, a organização dos seus Ciclos de Cultura Açoriana, desde 1986 e durante cerca de 20 anos, contribuíram significativamente para dignificar o bom nome dos Açores num dos destinos mais representativos da nossa diáspora.

Por sua iniciativa pessoal, todas as 9 ilhas dos Açores eram todos os anos diligentemente promovidas na grande cidade de Toronto, mobilizando centenas de músicos e artesãos, historiadores e escritores, empresários e jornalistas,

governantes e autarcas em dezenas de exposições e espetáculos, conferências e debates, lançamentos de livros e mostras de gastronomia.

O desaparecimento de Oliveira Neto fecha um ciclo mas não deve descontinuar um exemplo.

A melhor homenagem que podemos prestar à sua memória é afirmar a cultura dos Açores – cada vez mais e cada vez melhor – onde quer que bata um coração açoriano.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Francisco de Oliveira Neto**, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva família, enaltecendo o seu notável contributo pessoal ao serviço da divulgação açoriana no Canadá.

Horta, Sala das Sessões, 4 de agosto de 2013

O Deputado Regional: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Joaquim Machado, Bruno Belo e Luís Garcia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Apenas três palavras para anunciar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com muito gosto, se associa a este Voto de Pesar pelo trabalho desenvolvido pelo Sr. Manuel de Oliveira Neto em prol da divulgação e afirmação dos Açores no Canadá.

Como já aqui foi referido, foi um trabalho muito importante e, acima de tudo, um trabalho que se preocupou com a divulgação dos Açores como um todo.

Os ciclos de cultura açoriana e a atividade do Centro de Divulgação Açoriana no Canadá tiveram sempre em atenção todas as ilhas dos Açores e não apenas uma ou outra ilha e esta realidade autonómica foi sempre salientada nos últimos anos do decorrer das diversas iniciativas.

Um homem que começou a sua atividade empresarial nos Açores sempre em busca da inovação e de novos negócios, cuja sustentabilidade pela novidade por vezes foi tão difícil, daí que tenha procurado no Canadá continuar a desenvolver essa atividade e associou-se um bocado à comunicação social e também à realização de uma série de eventos culturais que, sem dúvida, prestigiaram os Açores, a cultura açoriana e os açorianos.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretário: O presente Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às declarações políticas.

Hoje temos, em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está, hoje, para promulgação, na Presidência da República, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Ao que tudo indica, esta promulgação será um facto.

Confirma-se, assim, com esta quase certa promulgação, mais um atentado à Região Autónoma Açores e, por consequência, a todos/as os/as Açorianos/as.

Se é um facto que a posição unânime desta Casa, na defesa dos interesses dos Açores, impediu que o lastro negativo fosse de maior dimensão, uma coisa é certa: os/as Açorianos/as, para o ano de 2014, vão ter um acréscimo – no pagamento dos seus impostos, em mais 10% e a dobrar, pois o aumento é no IRS e é também é no IVA, outros 10%. E, inegavelmente, todos/as somos consumidores.

Para além disso, também o depauperado tecido empresarial da Região vê agravada a taxa de IRC, em mais 10%.

Vivemos, nos Açores, uma situação de autêntica emergência social, em paralelo com o resto do País, fruto da política troikista que PS, PSD e CDS subscreveram e que o atual governo PSD/CDS agrava, a cada dia que passa.

Se, este ano, os/as Portugueses/as de todas as regiões sofreram, com o maior aumento de impostos da história da Democracia (em paralelo com um ataque desenfreado aos serviços públicos e aos seus direitos), o ano de 2014 – com todos os anúncios e ameaças que Passos Coelho tem vindo a proferir – resultará num maior agravamento da vida dos/as Portugueses/as e, como é óbvio, dos/as Açorianos/as.

É, pois, precisamente, no ano de 2014, que quem vive nesta Região já tem a espada sobre o pescoço, no que ao aumento de impostos diz respeito.

Para que fique claro, é mais um aumento em cima do aumento do ano de 2013 e, para quem já não consegue fazer contas à vida e vive na angústia do dia-a-dia, todo o aumento fiscal é um drama.

E tudo isto, todo este sofrimento sobre o povo português, só por uma razão: continuar a encher os bolsos da banca nacional e internacional. É, de facto, este o desígnio do governo PSD/CDS, contra o País e, por maioria de razão, contra as populações da nossa Região.

Hoje, estamos perante um facto, ao que tudo indica, consumado, como, aliás, o Bloco de Esquerda alertou, no imediato, aquando da assinatura do Memorando de Entendimento, com a Troika, pelo Governo de José Sócrates.

Nessa altura, a postura do Partido Socialista e dos seus principais dirigentes foi de total desvalorização do nosso alerta, bem como da nossa proposta de conjugação de esforços, imediatamente, para combater a disposição sobre matéria fiscal, no que aos Açores dizia respeito. Todos nos lembramos das palavras de desvalorização deste nosso alerta, por parte do, então, Presidente do Governo Regional, Carlos César, logo secundado pelo anterior e atual Vice-Presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila, o qual, com a sua habitual assertividade, mostrou a convicção de que, perante o bom desempenho das finanças públicas dos Açores, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas (vulgo, Lei de Finanças Regionais) se limitaria a meras adaptações do

normativo processual, no que respeitava a regras orçamentais e fatores relacionados.

Perante a evidência, para o Partido socialista, na altura, o urgente era a defesa do Memorando, da Troika e da sua governação, na República.

Os Açores ficaram para trás. O Memorando de Entendimento e José Sócrates eram a prioridade.

Hoje, perante mais um agravamento de impostos que recai sobre os/as Açorianos/as, o Bloco de Esquerda acusa: o Governo PSD/CDS, por este terror fiscal; o Partido Socialista nacional, por ter aberto a porta a esta tragédia e o Partido Socialista dos Açores, por omissão, no combate atempado a mais este ataque aos Açores e aos/às Açorianos/as.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Peço que se inscrevam, por favor, para o debate.

Não havendo inscrições, vamos então passar...

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta a declaração política trazida a esta câmara pelo Bloco de Esquerda não posso deixar de tecer duas ou três considerações, porque me parece que na abordagem que a Sra. Deputada Zuraida Soares faz ao processo de alteração do diferencial fiscal e, portanto, ao processo de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, fala só de uma parte, não falando de tudo.

Deputado José San-Bento (PS): É o costume!

Deputada Zuraida Soares (BE): Fala de duas!

O Orador: Não referiu, nem afirmou, que desde a assinatura do Memorando de Entendimento, até hoje, até ao final do processo de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, existiram vários pressupostos que se alteraram profundamente.

Deputado José San-Bento (PS): Ora aí está!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais foram?

O Orador: Também devo dizer o seguinte:

A postura do Partido Socialista e do Governo dos Açores neste processo foi sempre de total transparência, de total honestidade intelectual e política e de total coerência.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos!

O Orador: Quando o Memorando de Entendimento foi assinado, o cenário que estava em cima da mesa era o fim do diferencial fiscal, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

O Orador: ... era que o diferencial fiscal passasse para zero, que não existisse qualquer diferencial fiscal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mentira!

Deputada Zuraída Soares (BE): Está escrito no Memorando de Entendimento que os senhores assinaram!

O Orador: Todos sabemos, e V. Exas. também sabem, as reservas que a União Europeia tem relativamente à existência de diferenciais fiscais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe que não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Portanto, quando o Memorando de Entendimento foi assinado estava em cima da mesa a possibilidade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o que é que estava debaixo da mesa, diga lá?

O Orador: ... do fim dos diferenciais fiscais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Na altura, foi materializado, foi consagrado nesse Memorando de Entendimento, a redução do diferencial fiscal nos Açores, como sabe, de 30 para 20%.

Desde essa assinatura até hoje, desde essa assinatura até à revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, existiram pressupostos que se alteração profundamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mudou o Governo da República!

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Desde logo, o facto de ficarmos a conhecer e de ser possível conhecer, a situação económica e financeira de cada uma das Regiões Autónomas.

Por outro lado também, foi materializado no nosso país, pelo Governo da República, o maior aumento de carga fiscal que é conhecido no nosso país.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Além disso também, depois de ser possível conhecer a situação económica e financeira na nossa Região e também na Região Autónoma da Madeira, ficou muito claro, e foi reconhecido por várias instâncias insuspeitas, quer nacionais, quer europeias, quer internacionais, o bom comportamento da Região Autónoma dos Açores na gestão das suas finanças públicas, em contraste absoluto com a desgraça e a emergência social e económica...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então para que é o diferencial?

O Orador: ... que infelizmente os nossos concidadãos madeirenses vivem todos os dias.

Por isso, o Partido Socialista, o Governo dos Açores de então e também os vários partidos desta Casa – recorde – conseguimos aqui aprovar iniciativas parlamentares, por unanimidade, de apelo ao Governo da República, para que não alterasse o diferencial fiscal no nosso país, porque esses pressupostos tinham sido claramente alterados e os Açores não mereciam ver reduzido esse diferencial fiscal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a troika? Quem é que influenciou a troika, diga lá?

O Orador: Foi esta a postura do Partido Socialista ao longo de todo este processo, com transparência, afirmando a nossa divergência com razoabilidade. Infelizmente, a teimosia e a intransigência do Governo da República do PSD e do CDS-PP promovem assim, com a Revisão da Lei de Finanças Regionais, um aumento de impostos da nossa Região a partir de 2014, facto que naturalmente lamentamos e demos conta disso publicamente.

Parece-me que esta matéria, que é uma matéria tão relevante e tão importante para os Açores, e até tão estruturante, como é naturalmente o quadro financeiro que regula a relação financeira entre as Regiões Autónomas e o Estado Português, deve merecer também um consenso alargado de todos os partidos.

Deve fazer com que todos os partidos contribuam ativamente para que o Governo da República não olhe para os Açores da mesma forma que olha para a Madeira, porque as diferenças de comportamento e de gestão das finanças públicas nos Açores são absolutamente diferentes daquilo que se passa na Região Autónoma da Madeira.

Também se esperaria, até porque temos neste Parlamento destacados dirigentes nacionais dos partidos que compõem hoje a coligação governativa do nosso país, que pudessem ter a capacidade de influenciar o PSD e o CDS-PP a nível nacional, fazendo esta pedagogia do bom comportamento dos Açores na gestão das suas finanças públicas, para que fosse possível impedir a redução do diferencial fiscal dos Açores, tendo em conta aquilo que existe atualmente e aquilo que ficou plasmado na nova Lei de Finanças Regionais.

Esperávamos que isso tivesse acontecido. Infelizmente não aconteceu, mas continuamos a acreditar que será possível construir consensos alargados entre todos na defesa de questões tão importantes para a Região Autónoma dos Açores, como é também o quadro financeiro e aquilo que regula a relação financeira entre as Regiões Autónomas e o Estado Português.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É absolutamente incrível os apagões de memória, ou as tentativas de apagar a história, que o Sr. Deputado Berto Messias, consecutivamente, nos traz aqui, numa – para usar uma expressão que lhe é própria e de que ele muito gosta – desonestidade intelectual e política...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que gosta muito de utilizar essa expressão. Usa-a várias vezes. Eu não gosto de a utilizar!

O Orador: ... para citar termos seus, que não lhe ficam bem. A expressão é sua e por isso referi o seu autor.

É bom que as pessoas se lembrem que quem trouxe a troika para Portugal foi o PS.

José Sócrates e Carlos César, trouxeram a troika para Portugal!

(Risos do Vice-Presidente do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso mesmo só no âmbito de uma anedota!

O Orador: Aliás, vamos ler:

“O Presidente do Governo dos Açores, Carlos César, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Trouxe a troika!!!

O Orador: ... referiu esta tarde em Lisboa que o acordo (a troika, constituída pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia,) com vista à definição dos modos em que se vai processar a ajuda externa a Portugal é, na sua generalidade, um acordo positivo (Carlos César, Presidente do Governo Regional dos Açores).

Deputado Berto Messias (PS): Eu acabei de explicar isso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está num estado de negação!

O Orador: É positivo!

Depois, Carlos César diz ainda mais:

“Em termos globais, nós achamos [nós, Governo Regional dos Açores; nós, PS; nós, Sócrates; nós, socialistas] que este esforço que é pedido a vários níveis, mas em especial neste caso, à Administração Regional dos Açores [aqui é que o Sr. Presidente se engana, não é à Administração Regional dos Açores, é aos açorianos e foi isso que o Sr. Presidente sancionou, os senhores sancionaram, os senhores aprovaram e o Governo Regional dos Açores aprovou, o aumento de impostos aos açorianos, que, como foi bem dito aqui, os senhores abriram a porta, escancararam a porta, para esse aumento] é (ouçam bem!) compaginável com a política que temos vindo a acentuar neste últimos tempos.”

O problema é que não é compaginável com a carteira dos açorianos.

O aumento de impostos vem favorecer o Governo Regional dos Açores para continuarmos a ter nos Açores um Governo rico e um povo pobre.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi isso que os senhores assinaram e foi isso que os senhores quiseram no passado, como querem no presente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Andaram sempre a dizer que eram contra, mas, no fundo, eram bem a favor.

Isso reflete-se no documento que vamos discutir hoje à tarde, Sr. Vice-Presidente, que é a alteração ao Orçamento.

“É compaginável com a política que temos vindo a desenvolver nestes últimos tempos e com aquilo [agora ouçam bem!] que me parece ser razoável pedir”.

Deputado Berto Messias (PS): Eu acabei de explicar isso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Então se era razoável há dois anos, não é razoável hoje?

Srs. Deputados do Partido Socialista, Sr. Vice-Presidente:

Para os senhores, razoável é: se o Governo da República é socialista, é razoável e os senhores são patriotas; se o Governo da República não é socialista, os senhores não são razoáveis e são antipatriotas.

Esse é o vosso comportamento, esse é o comportamento que não se aceita de um partido que se quer que tenha uma política séria e uma posição coerente.

É isso que os senhores não fazem e não têm feito.

Se o Governo da República é do vosso partido os senhores apoiam.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É compaginável!

O Orador: São compagináveis.

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

Se não é, já não são compagináveis, são anti Governo da República e fazem guerrilha política absoluta por uma medida que é vossa, foi proposta por vós e os senhores é que a propuseram.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma teimosia do Sr. Vice-Primeiro Ministro!

O Orador: Portanto, era razoável pedir em termos de solidariedade para com a República à Região Autónoma dos Açores.

Aliás, quem participou também nessas negociações foi ali o Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem é que disse?

O Orador: E a preocupação que tiveram, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estava lá para ver?

O Orador: ... (o que se ouve e se teve), foi que se mantivesse a Lei das Finanças Regionais, que é uma coisa bem diferente de dizer que se acabava totalmente com o diferencial fiscal.

Portanto, isso contradiz em absoluto o Sr. Deputado Berto Messias, que tentou aqui atirar areia para os olhos desta câmara e dos açorianos, tentando dar o dito por não dito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se há uma redução do diferencial fiscal tem um nome,...

Deputado Berto Messias (PS): Governo da República!

O Orador: ... tem um rosto, tem um autor: José Sócrates, Carlos César, Sérgio Ávila e o Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foram aqui referidas as circunstâncias deste processo, mas nunca é demais lembrar, Srs. Deputados, que não só para o Partido Socialista, em maio de 2011, o acordo era positivo, como inclusivamente se dizia que os seus efeitos nos Açores – e cito – seriam residuais.

Ora, os efeitos da diminuição do diferencial fiscal (portanto, os efeitos do aumento dos impostos) há dois anos, em maio de 2011, para o Partido Socialista dos Açores, eram residuais. O que é que mudou para agora deixarem de ser residuais?

Atenção: é preciso ver aqui claramente quem é que esteve de um lado e do outro lado da fronteira da coerência.

Do lado da coerência, é preciso reconhecer que estiveram o PCP, o Bloco de Esquerda, o PPM, o PP e o PSD-Açores. Estiveram sempre do mesmo lado, coerentemente, sempre contra esta alteração do diferencial fiscal que iria significar mais impostos para os Açores, mais dinheiro a sair dos bolsos dos açorianos e a ir para os bolsos do Governo Regional.

Talvez por isso também entendessem que o efeito seria residual, mas o efeito é tão residual em 2011, como seria residual agora, para o Governo certamente e para o Partido Socialista.

Para nós, esse efeito nunca foi residual. Foi altamente penalizador para as/os açorianas/os.

Todas estas bancadas aqui foram coerentes desde o primeiro momento. Essas duas bancadas daí, a do Governo e a do Partido Socialista, foram altamente incoerentes e altamente prejudiciais para os interesses dos Açores, das/os açorianas/os.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero dizer-vos também que deste lado, desde o primeiro momento, dissemos sempre o mesmo e os senhores sabem bem, que eu disse cara a cara, ao Presidente do meu partido a nível nacional e Primeiro-Ministro, que se mantivessem a diminuição do diferencial fiscal os Deputados do PSD-Açores votariam contra...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso não serviu de nada!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não serviu de nada!

O Orador: ... e votaram contra coerentemente, na defesa dos interesses dos Açores, das/os açorianas/os.

Isso revela bem a coerência que é preciso ter contra o seu partido a nível nacional.

Eu gostava de saber, caros amigos, caras/os Sras./os Deputadas/os, que influência é que o Partido Socialista dos Açores fez junto de José Sócrates para não atingir os impostos dos açorianos?

Que influência é que o Partido Socialista dos Açores teve junto de José Sócrates para não atingir os açorianos com mais impostos?

Nenhuma! Pelo contrário, ficaram satisfeitos, disseram que era um bom acordo e que as consequências para as/os açorianas/os seriam residuais.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem mais!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É agora que vêm falar? Pelo amor de Deus!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Para terminar, Sras. e Srs. Deputados, houve, de facto, um pressuposto que mudou. Sr. Deputado Berto Messias, houve sim senhor. O senhor tem razão. Sabe qual foi? Mudou o Governo da República!

Deputado Berto Messias (PS): Para mal dos portugueses e dos açorianos!

O Orador: Foi esse o grande pressuposto que mudou.

Os senhores quando tinham o Governo da República e o Partido Socialista a apoiá-lo na Assembleia da República, da sua cor, eram contra os açorianos e a favor de mais impostos em cima dos açorianos.

Mudou o Governo da República, os senhores mudaram de opinião.

Nós, aqui, deste lado, mantemos a mesma posição.

Somos contra a diminuição do diferencial fiscal e mostrámo-lo em todas e quaisquer circunstâncias, sempre na defesa dos Açores e dos açorianos, sempre colocando o PSD-Açores no segundo plano relativamente aos interesses das/os açorianas/os.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Isso é só para inglês ver! Efeitos práticos: zero!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Paulo Estêvão, falas a seguir!

O Orador: Está garantida!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falas a seguir ao Sr. Vice-Presidente, está bem? Eles dizem que eu é que te mando, portanto, usas da palavra a seguir ao Sr. Vice-Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Não, não é o Sr. Deputado Artur Lima. É o PSD!

Presidente: Sr. Vice-Presidente, faça favor.

O Orador: Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um momento de humor!

O Orador: Acho que nesta matéria, quem estava a ouvir este debate e não conhecesse o assunto, pensava que na Assembleia da República esta lei foi aprovada com os votos do Partido Socialista e com os votos contra do PSD e do PP.

Deputado José San-Bento (PS): Exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS!

O Orador: Vamos aos factos e à realidade.

Quem votou a nova Lei de Finanças Regionais que implica um aumento de impostos na Região foi exclusivamente o PSD e o CDS-PP e quem votou contra essa lei foi o PS, o Bloco de Esquerda e o PCP. É esta a primeira verdade que tem que ser reposta.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Segunda verdade essencial:

O único órgão que tem competência para decidir sobre esta matéria é a Assembleia da República e a Assembleia da República resolveu decidir, por decisão do PSD e do CDS-PP, que os impostos aumentavam nos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É esta a verdade dos factos.

Segundo aspeto essencial que chegamos a esta conclusão:

O PSD demonstrou aqui claramente que o PSD nacional não lhes liga nenhuma. Diga o Sr. Deputado Duarte Freitas o que disser, entra por um ouvido e sai pelo outro, ou seja, os açorianos passaram a saber que aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas e o PSD-Açores pensam não serve absolutamente nada em termos nacionais.

Outra matéria essencial nesta abordagem:

Aquilo que interessa efetivamente aos açorianos é também avaliar como estamos hoje e como estávamos há dois anos.

O Governo de maioria PSD/CDS-PP assumiu, perante os açorianos e perante os portugueses, que ia dar um novo rumo às suas vidas. Passados dois anos o que é que temos?

Ia endireitar as contas públicas. Passados dois anos o que é que temos? A maior dívida pública de sempre da história de Portugal. O PSD e do CDS-PP aumentam diariamente a dívida pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê? Explique lá por quê.

O Orador: O défice público está incontável. O Governo não consegue cumprir minimamente os compromissos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: ... que assume em termos de défice orçamental.

Mas mais importante que isto, existem mais 900 mil desempregados no nosso país e os portugueses estão claramente mais pobres, estão com menos confiança no seu futuro e estão claramente com uma vida pior do que estavam há dois anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique lá por quê. E nos Açores?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor de dívidas percebe!

O Orador: É este o resultado desta política.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a dívida dos Açores?

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, ele vai dizer a seguir, não se preocupe. E dirá exatamente aquilo que o senhor está a dizer para ele dizer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ver, Sr. Vice- Presidente, como se apanha a vossa maldade antes de os senhores a pensarem?!

O Orador: Quando me deixar continuar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um aparte, é regimental e posso fazê-lo!

O Orador: Quando tiver oportunidade continuarei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faça favor!

O Orador: Muito obrigado.

Sobre esta matéria fica exatamente claro duas questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A dívida dos Açores aumentou!

O Orador: Primeira: a decisão de aumento dos impostos é exclusivamente uma decisão dos Deputados da Assembleia da República e foi a maioria do PSD/CDS-PP, na Assembleia da República, que decidiu sobre essa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ninguém acredita!

O Orador: E não me venham dizer que estava no Memorando da Troika, porque existe dezenas de pontos que estavam inicialmente no Memorando e que já foram alterados, porque a realidade dos tempos os fizeram alterar.

Ainda hoje anda o senhor, penso que é Vice-Primeiro Ministro, sem pasta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não pense! É Vice-Primeiro Ministro!

Orador: ... anda por vários...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pense porque pode fazer-lhe mal!

O Orador: ... palcos da troika a dizer que quer alterar alguns objetivos que estavam lá definidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: Ora bem, alguns objetivos querem alterar; outros não quiseram alterar e votaram exatamente esse aumento de impostos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: É a demonstração clara de que essa matéria é possível.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Mas mais importante que isso é o equívoco que se pretende fazer de que, em resultado desta mesma variação, o Governo dos Açores terá mais recursos. Isto é falso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Vamos provar à tarde!

O Orador: Na mesma lei em que se aumentou os impostos nos Açores, reduziu-se as transferências para a Região no mesmo montante. Ou seja, o que resulta disto é que os açorianos pagam mais impostos, o Governo da República transfere menos para a Região e a Região tem exatamente os mesmos recursos. Quem ganhou com o aumento dos impostos na Região foi única e exclusivamente o Governo da República PSD/PP...

Deputado Berto messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que reduziu as transferências para a Região fazendo com que os açorianos paguem mais e fazendo com que a República assumam menos responsabilidades perante a Região.

É esta a verdade dos factos...

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a verdade dos factos tinha que ser necessariamente reposta neste plenário.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional bem tortura os números e os documentos para que eles lhe digam aquilo que ele quer concluir, mas a verdade...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh! Vai-se embora, Sr. Vice-Presidente?!

O Orador: Não interessa, fica registado.

De qualquer das formas a verdade é que os factos são diferentes daqueles que foram apresentados por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é isto?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que falta de educação!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto é inacreditável!

O Orador: Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado, pode continuar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Falta de espírito democrático!

O Orador: ... vou fazer referência a este ato de completa descortesia, de falta de educação com certeza e também falta de espírito democrático de, no momento em que um deputado da oposição se está a dirigir ao Vice-Presidente

do Governo Regional, o Vice-Presidente do Governo abandona este plenário e abandona a discussão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

O Orador: É um ato que demonstra bem a arrogância por parte do Governo e da maioria...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, ele recebeu um telefonema!

O Orador: ... que tenta assim diminuir e desprezar aqueles que são os argumentos da oposição.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, o Sr. Vice-Presidente recebeu um telefonema!

O Orador: Mas esses atos ficam com quem os pratica e fundamentalmente descaracterizam a imagem de Democracia que se quer transmitir por parte do Partido Socialista.

Como se vê, a imagem, é a imagem da arrogância profunda em relação aos Deputados da oposição.

Mas o que eu devo dizer é o seguinte:

Esta questão é daquelas questões que desacreditam a atividade política por parte dos seus intervenientes, quando por parte do Partido Socialista e do Governo não há aqui o assumir de um facto muito simples, é que tinham uma determinada opinião que era a favor deste diferencial fiscal, dizendo que não teria qualquer tipo de impacto, ou que o impacto era residual nos Açores, e que tinham essa posição quando o Partido Socialista governava na República, mas mudaram completamente de opinião quando deixaram de governar na República e passaram a estar na oposição.

O Sr. Deputado Berto Messias disse o seguinte:

“Mudaram as circunstâncias”.

Quais foram as circunstâncias que mudaram?

Não mudaram nenhuma circunstâncias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso não é verdade, como o senhor bem sabe!

O Orador: O que o Governo da República liderado pelo Partido Socialista aprovou foi a diminuição do diferencial fiscal.

Este documento que aqui tenho na mão, o Memorando, foi assinado pelo Governo da República do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, mudaram várias circunstâncias!

O Orador: O que é que mudou?

Não foram as percentagens?

Não mudou nada em relação ao que aqui estava proposto.

Deputado Berto Messias (PS): Mudou a carga fiscal, Sr. Deputado!

O Orador: O que mudou foi o partido que passou a ter a maioria na Assembleia da República e que passou a ter a responsabilidade de governar na República. Foi a única coisa que mudou!

O que temos aqui, por parte do Partido Socialista, é o não assumir das suas responsabilidades políticas de estarem de acordo, por pura obediência partidária, com uma medida que muito prejudicava os Açores. É esta a questão fundamental.

Não há mais nenhum argumento que o Partido Socialista possa esgrimir para explicar a sua mudança de posição em relação a esta matéria.

O Sr. Vice-Presidente referenciou o seguinte: mas o que é que para os outros partidos da oposição que não estão de acordo, pesa?

Penso que a questão não é essa. A questão é: o que é que pesa num governo, que é o Governo da Região Autónoma dos Açores da responsabilidade do Partido Socialista, quando ao mesmo tempo governava na República um governo apoiado pelo Partido Socialista, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... portanto, com o peso institucional de governar esta Região e de ter os mecanismos de governo, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e ter também na Assembleia da República e no Governo da República uma maioria da mesma cor?

Nessas circunstâncias, que é a circunstância do peso acrescido de ter uma maioria e de governar, o que é que pesou no Partido Socialista para alterar as imposições que estavam no Memorando e que o Governo do Partido Socialista, e o anterior Presidente do Governo, aceitaram de forma obediente, prejudicando gravemente os interesses dos Açores?

O que é pesaram?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Zero!

O Orador: Pesaram zero!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Concluindo, meus senhores, esta intervenção, digo o seguinte:

Da parte do Governo Regional e da parte do Partido Socialista, não vale a pena mais malabarismos. O que temos é uma responsabilidade objetiva e os factos são: esta redução foi aceite, foi negociada, é da responsabilidade do Sr. Primeiro-Ministro da altura, o Eng^o Sócrates, e é da responsabilidade do então Presidente do Governo Regional Carlos César, da maioria do Partido Socialista que aqui permanece e do Vice-Presidente do Governo Regional que entretanto, no final da minha intervenção, também aqui regressa, mas continua com esta responsabilidade objetiva em relação a esta matéria.

Deputado Francisco Coelho (PS): E é preciso não esquecer que o Presidente da Junta de Freguesia das Capelas tem responsabilidade nesta matéria!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições. Agora, sim, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para encerrar o debate.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É bom que as pessoas se lembrem, para utilizar uma expressão já aqui referida esta manhã (quando falamos em pessoas, evidentemente estamos a falar dos/as açorianos/as), que ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Berto Messias afirmou ainda há pouco na sua intervenção, o Bloco de Esquerda não se referiu só a um lado poupando o outro.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

A Oradora: Vou reler um dos parágrafos da minha intervenção:

“Vivemos, nos Açores, uma situação de autêntica emergência social, em paralelo com o resto do País, fruto da política troikista que PS, PSD e CDS subscreveram e que o atual governo PSD/CDS agrava, a cada dia que passa.”

Não esqueci nenhum lado, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Eu não disse “um lado”. Eu disse do lado da questão!

A Oradora: É bom também que as pessoas se lembrem que quem trouxe a troika para o nosso país foi o Partido Socialista, mas também é bom que se lembrem que o PS trouxe a troika para dentro do nosso país, aliás abriu-lhe a porta com PECs, atrás de PECs e atrás de PECs – a troika mais não é do que intensificação de todos os PECs que estavam para trás –, mas atenção, fê-lo com a colaboração ativa do Partido Social Democrata – ninguém se esquece (é bom que as pessoas se lembrem) da fotografia do telemóvel do Dr. Catroga, já agora – e também com a concordância entusiástica, permitam-me dizê-lo, do CDS.

É bom também que as pessoas se lembrem que nessa altura tudo era inevitável na República e era inevitável aqui na Região Autónoma dos Açores, pela boca do Partido Socialista e do Governo Regional.

É por isso que a inscrição, na primeira versão do Memorando de Entendimento assinado com a troika, de que haveria uma diminuição do diferencial fiscal de 30 para 20% (está lá escrito preto no branco, é bom que as pessoas se lembrem), nessa altura o que foi dito nesta Região pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional, que o Partido Socialista apoia, era que era inevitável. Essa diminuição era inevitável!

Era inevitável aceitar tudo o que a troika nos queria impor.

Portanto, ao contrário também daquilo que o Sr. Deputado Berto Messias disse, é bom que as pessoas se lembrem que aquilo que estava lá escrito na primeira versão do Memorando era a diminuição de 30 para 20%.

Não estava lá acabar com qualquer tipo de diferencial. Aliás, se estivesse, então o escândalo seria muito maior, porque o Partido Socialista estava a aceitar que toda a discriminação justa e positiva que esta Região Autónoma, insular, arquipelágica e com todas as suas características tem, não era justa.

Deputado Berto Messias (PS): Eu não disse que estava escrito na proposta. Eu disse que estava escrito na negociação imposta!

A Oradora: Portanto, estava lá escrito e o Partido Socialista aceitou.

Cada vez que o Bloco de Esquerda trouxe a esta câmara esta questão – e os Diários estão aí para contar, esta é a quarta vez, desde 2011, que trazemos esta questão a este Parlamento – o Partido Socialista e o Governo Regional sempre a desvalorizaram dizendo que nada disto tinha importância.

É bom que as pessoas se lembrem que na altura havia uma escolha a fazer, porque havia dinheiro.

São agora os mesmos que negaram na altura, que já reconhecem que é verdade. Na altura havia dinheiro, houve até um aumento da cobrança de impostos no final do ano de 2011. O que não havia era dinheiro para pagar juros, juros agiotas, e ao mesmo tempo pagar salários e pensões.

Quem fez a escolha foi o Partido Socialista e o Governo Socialista da República. Escolheu pagar os juros, escolheu subjugar-se aos interesses do capital financeiro, em vez de pagar as pensões e os salários.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não tem nada a ver!

A Oradora: O Partido Socialista, na Região Autónoma dos Açores, e o Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, não disseram uma palavra contra sobre esta matéria. Disseram que era inevitável.

Também é bom que as pessoas se lembrem que é verdade – como disse o Sr. Vice-Presidente ainda há pouco – que a vida dos açorianos piorou. A vida de todos os portugueses piorou, claro que a vida dos açorianos também piorou e

piorou de uma forma dramática para milhares e milhares deles, nos últimos dois anos.

Mas também é bom que as pessoas se lembrem que o Governo Regional podia ter feito mais do que aquilo que fez nos últimos dois anos para os salvar do terror que o Governo da República tem imposto ao país, e, portanto, a esta Região.

O Governo Regional podia tê-lo feito com os subsídios de férias e de Natal de 2012; ...

Deputado Berto Messias (PS): Tem desenvolvido isso todos os dias!

A Oradora: ... podia tê-lo feito com o Código de Trabalho nesta Região; podia tê-lo feito com o aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional, mas não o fez.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um sentimento de mau humor!

A Oradora: Dito de outra maneira: o Governo Regional e o Partido Socialista continuam a entender que são inevitáveis os cortes; os cortes são inevitáveis, porque senão, nesta Região Autónoma (repito: autónoma!) faria de uma maneira diferente.

Para terminar, dizer apenas que de certeza, e felizmente para os/as açorianos/as, não será esta a última vez que o Bloco de Esquerda traz a este Parlamento a questão da Lei de Finanças Regionais, o comportamento do Partido Socialista, quer a nível nacional, quer a nível regional, sobre esta matéria, e os açorianos têm que se lembrar que a responsabilidade primeira é do Partido Socialista e de todos os outros partidos que entusiasticamente apoiaram a entrada da troika e a assinatura do Memorando.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos assim esta declaração política.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 25 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves ocupou o seu lugar de secretária da Mesa)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a poucos dias da abertura oficial de um novo ano escolar, não se preveem atrasos no seu início e a abertura oficial será feita com pompa e circunstância, como convém. Aparentemente, não há qualquer espécie de instabilidade nas Escolas da Região e o ano será tranquilo e consensual (diz, e espera, o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura).

Esta é uma imagem enganadora porque, de facto, não há nem consenso nas políticas, nem bom senso em quem as formula.

Não é possível o consenso quando se diminuem drasticamente o número de professores contratados e não há qualquer vestígio de bom senso na justificação dada pelo titular da pasta da educação.

A verdade é que a diminuição de professores contratados não é proporcional à redução de alunos. Faltam variáveis na relação causa(s) efeito(s) na justificação que V. Exa., Senhor Secretário, tornou pública.

Sem grande senso é, também, a alegação de V. Exa. para justificar a redução de alunos, num ano em que seria de esperar o seu aumento, devido ao alargamento da escolaridade obrigatória e do esperado aumento da população escolar. A diminuição da natalidade não explica esse decréscimo, da mesma forma que a redução do número de professores contratados não fica a dever-se só à diminuição de alunos.

As conhecidas orientações da Secretaria, dadas às Escolas por telefone, para não incluírem aulas de substituição nos horários dos docentes e a para

reduzirem o número de professores de apoio são, uma das tais variáveis que faltam na equação.

Haverá outras, talvez com menos impacto mas, ainda assim no limbo da legalidade, como seja a deslocação de professores por espúrias conveniências.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O ano escolar de 2013/2014 vai iniciar-se com esta e outras obscuridades e, também, com algumas recentes alterações cujo alcance ficou muito aquém do enunciado e anunciado no discurso de apresentação do Programa do XI Governo, feito em novembro de 2012, pelo titular da pasta da educação.

Mas se as alterações já feitas a alguns dos diplomas que estruturam o Sistema Educativo Regional não foram as respostas esperadas e anunciadas na “via açoriana para o desenvolvimento”, outras adulterações ao anunciado no fulgor dos discursos, foram feitas no recato dos gabinetes da Carreira dos Cavalos, longe do poder legislativo e à margem dos professores e educadores.

As contradições do discurso público e as práticas políticas no setor da Educação começam a colocar em evidência as fragilidades de V. Exa., Senhor Secretário Regional. Podia até lembrar o que ontem aqui discutimos, isto é, as suas incongruências no caso das bolsas de investigação científica e a inexistência de uma política para a investigação e para a Ciência. Não o vou fazer, pois o assunto ficou claro e foi demonstrado à saciedade que as suas contradições são mais do que muitas nesta matéria. Valeu-lhe um rasgo de bom senso do Grupo Parlamentar do PS para o salvar do pântano em que V. Exa. se estava a afundar. Podia, como disse, socorrer-me desse e doutros exemplos para fundamentar as fragilidades da política de educação do XI Governo mas, ao ler a Portaria n.º 60/2013, de 1 de agosto, o novo “Programa Oportunidade”, não tive dúvidas que este é o um bom exemplo, talvez o melhor, para sustentar esta opinião.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos nos lembramos, pelo menos os mais atentos a estas coisas da educação, da adjectivação que o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura

utilizou para se referir a vias diferenciadas de ensino, vias de diferente dignidade, que o Secretário Álvaro Menezes introduziu no Sistema Educativo Regional,...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e António Ventura (PSD): Oh!

Deputado Berto Messias (PS): Ficam tão excitados quando se fala no nome dele!

O Orador: ... refiro-me ao precoce PROFIJ e a todas as formas que foram dadas aos chamados programas de recuperação de alunos.

Guetos, foi como V. Exa., Senhor Secretário, designou estes programas. E muito bem, digo eu, que os lecionei e sempre os critiquei. Mas, em bom rigor, o novo “Programa Oportunidade” não só mantém o cariz discriminatório, como introduz algumas novidades cujo resultado vai acentuar ainda mais a marginalização de centenas de crianças e jovens.

O “Programa Oportunidade” afinal não é um. São quatro programinhas e deixa de fora os alunos abrangidos pelo Regime Educativo Especial o que, feitas as contas, soma cinco programinhas que apenas servem para alimentar as estatísticas da escolarização. Servem para isso, mas não para a recuperação de alunos.

Não se vislumbra como será possível recuperar alunos com apenas a coadjuvação, do professor titular do 1.º ciclo, de dois tempos semanais na área da educação física ou, com a submissão dos alunos em recuperação a provas iguais aos alunos do ensino regular para poderem continuar a frequentar um ano suplementar do “Programa Oportunidade” e caso não tenham aproveitamento, voltam ao nível de ensino onde estavam quando iniciaram o “Programa Oportunidade”. A pergunta é: então, por que é que de lá saíram?

A possibilidade de criação de cursos vocacionais para alunos com menos de 14 anos de idade é outra das novidades do “Programa Oportunidade”. Este facto contraria o seu próprio discurso, Senhor Secretário, quando procura distanciar as políticas educativas na Região das políticas do Ministério da Educação. Estes programas vocacionais, Senhor Secretário Regional, não são mais do que uma cópia mal-amanhada de um programa experimental do Ministro Nuno Crato.

A abertura do ano escolar de 2013/2014 pode até decorrer na maior das normalidades mas, em bom rigor senhoras e senhores deputados, estas e outras alterações feitas ao edifício legislativo do Sistema Educativo Regional vão contribuir para a perpetuação dos graves problemas estruturais de que está gravemente ferida a educação e o ensino na nossa Região.

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para participar no debate.

(Pausa)

Não havendo, podemos encerrar este ponto.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires teve a gentileza de ler aqui, no plenário, um texto que já publicou na net, com algumas variantes, mas isso permitiu-me acompanhar com atenção e verificar se o Sr. Deputado estava a ser fiel ao seu texto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E estava!

O Orador: De facto, estava. Parece que são as suas preocupações fundamentais.

O Sr. Deputado começou por falar no consenso.

Sr. Deputado, eu tenho reunido com os sindicatos, como sabe. Os próprios sindicatos manifestam a sua admiração, porque nunca tinha acontecido, no início do ano letivo, o secretário da tutela os convidar para dialogar com eles.

Todos os números que eu tinha disponíveis foram dados, foram discutidos, e de acordo com aquilo que veio a público (as posições dos sindicatos), não creio que se possa falar em falta de consenso. Quando muito, deixaram a esperança de que quando as aulas começarem, e todos temos essa esperança, haja a verificação de que tudo está na normalidade.

A normalidade, naturalmente, implica também alguns pequenos ajustamentos que possam ser necessários fazer no momento em que as crianças e os alunos estão, de facto, na escola e as turmas começam a funcionar.

O Sr. Deputado também falou no “Programa Oportunidade” e eu já aí volto.

Gostaria de lhe recordar, se por acaso não sabe, que estas alterações, que são pontuais, à Portaria que criou o “Oportunidade”, a Portaria nº 64/2011, foram discutidas e aprovadas na Comissão Permanente do Conselho Coordenador do Sistema Educativo.

Durante bastante tempo, e eu estive presente, estivemos a discutir com todos os Presidentes dos Conselhos Executivos das quarenta unidades do sistema educativo regional, e não houve qualquer posição contra. Houve dúvidas que foram discutidas e esclarecidas.

Portanto, Sr. Deputado, eu gostaria muito que o Sr. Deputado pudesse fazer este brilharete com razão, mas não há razão para o fazer, ou seja, neste momento há consenso.

O Sr. Deputado poderá falar e levantar algumas dúvidas relativamente ao número de alunos.

O que é facto – e é de números que estamos a falar – é que enquanto o ano passado tínhamos quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e cinco alunos no sistema, atualmente temos quarenta mil, quatrocentos e dois, ou seja, menos oitocentos e cinquenta e três contabilizados, mas ainda há que contar com aqueles que se inscreveram duplamente no ensino regular e no ensino profissional e que ainda poderão optar por uma das vias. É provável que muitos optem pelo profissional. É uma estimativa, mas este número ultrapassará os mil. É uma realidade do nosso sistema que temos menos cerca de mil alunos no sistema.

Há também uma outra realidade. É que, por razões da vida, um número significativo de professores do quadro passou à reforma, outros foram colocados, por concurso, no continente e aceitaram. Houve também casos de morte. Há diversas situações que levaram a que este ano tenhamos menos professores do quadro, no nosso sistema.

Tendo em conta esta redução do número de alunos, nós, o ano passado, tínhamos duas mil, trezentas e uma turmas. Atualmente temos duas mil, duzentas e quarenta e sete. Temos também aqui uma diminuição significativa. Posso dar-lhe números concretos:

Temos menos oitocentos e cinquenta e três alunos, neste momento;

Temos menos cinquenta e cinco turmas, resultantes da redução do número de alunos;

Temos também menos oitenta e seis professores do quadro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quantos?

O Orador: Menos oitenta e seis professores do quadro que, pelas razões que indiquei há pouco, saíram do sistema. Também há professores do quadro que estão com redução ou com isenção de horário letivo, tendo em conta os cargos que exercem na escola, e há também professores que estão em mobilidade noutros serviços.

A realidade atual é esta.

Quando abrimos o concurso para professores contratados, tivemos em conta essa realidade.

Foram pedidos às escolas todos os dados que cada escola tivesse, possuísse, sobre o número de alunos e as necessidades que tinha de colocação de professores.

Quando se fez esse levantamento verificámos que em algumas escolas havia professores do quadro com horários zero, enquanto havia escolas da proximidade que tinham vagas disponíveis, ou seja, tinham alunos e não tinham professores.

Aí, decidimos assumir aquilo que é uma responsabilidade do Governo, que é fazer uma gestão rigorosa, quer dos meios humanos, quer dos meios financeiros.

Não faria sentido, e o Sr. Deputado terá a gentileza de concordar, que tendo professores do quadro com horário zero, não se tomasse alguma medida que fizesse com que esses professores passassem a ter carga letiva.

Sabemos que dentro do mesmo concelho pode a tutela fazer a deslocação de professores que entender de uma escola para a outra, desde que seja dentro do mesmo concelho. Aconteceu em Água de Pau, quando foi aberta a Escola de Água de Pau, e na Escola de Ponta Garça, em que os professores da Lagoa e de Vila Franca foram deslocados de acordo com as necessidades, como aconteceu também no concelho de Angra.

Mas também há sempre a possibilidade, desde que os professores concordem, de um professor que não tem carga letiva, porque não há na sua escola, possa, se concordar com isso e se aceitar, ser deslocado para outra escola do concelho vizinho.

Os professores que existiam nessa situação foram contactados e muitos deles aceitaram.

Portanto, quando o Sr. Deputado fala nos telefonemas a pressionar... não! Não houve telefonema nenhum a pressionar.

Houve contatos, sim, é natural. A tutela tem essa obrigação de contactar as escolas e os seus elementos.

Propôs que eles mudassem de escola e eles aceitaram por escrito.

Não houve qualquer imposição, porque não poderia haver. Houve apenas um apelo ao bom senso e os professores, devo referi-lo aqui, responderam com a maior lisura, com o maior sentido de responsabilidade que deve ser enaltecido.

Se a Sra. Presidente entender, eu posso distribuir um mapa em que tenho, escola por escola, o número de alunos, o número de turmas, o número de professores e também uma coluna com o número de professores de educação especial, que é uma preocupação também do Sr. Deputado.

Verificamos que em todas as escolas existem mais professores – e vou referir-me ao ensino básico e à educação especial – do que turmas. Por exemplo, na escola da Lagoa temos trinta e três turmas e temos quarenta e quatro professores do 1º ciclo. Portanto, temos as turmas com o seu professor titular garantido e temos sempre um número relativo, mas sempre positivo e em algumas situações muito positivo, de professores que dão apoio.

Dou-lhe o exemplo da escola Canto da Maia, Ponta Delgada, que tem quarenta e oito turmas do 1º ciclo, sessenta e três professores, e em cima desses temos mais dezassete professores para a educação especial.

Posso dar números deste tipo, praticamente em relação a todas as escolas.

Sr. Deputado, o sistema é aquele que temos, o número de alunos é aquele que temos, a oferta humana é aquela que temos e aquilo que lhe posso garantir é que essa oferta está a ser gerida muito criteriosamente, mas em nenhuma situação, nem no ensino regular, nem no ensino especial, nas crianças com necessidades educativas especiais, temos qualquer problema de falta de professores ou de falta de apoios.

O Sr. Deputado também referiu no seu texto, e aqui também, que os professores estavam a ter... agora não consigo encontrar a sua frase, mas referia-se à necessidade, à obrigação que estaríamos a impor aos professores de não integrarem na sua carga horária as turmas de apoio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Às escolas!

O Orador: Ora bem, no Estatuto da Carreira Docente os professores têm quatro horas semanais não letivas e, dessas quatro, duas são exatamente para os apoios, ou seja, as necessidades de apoio não contam para a carga letiva do professor.

O professor tem as suas turmas distribuídas de acordo com aquilo que está definido no Estatuto.

O Sr. Deputado também está muito zangado por causa do “Oportunidade”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não estou zangado. Estou apenas a constatar alguns factos!

O Orador: O Sr. Deputado sabe que as alterações que fizemos agora apenas tiveram como objetivo, e é saudável que isso aconteça, ir melhorando aquilo

que existe no sentido de corrigir algumas situações que na prática se estão a revelar menos positivas.

No caso do “Oportunidade”, que é um excelente programa e eu devo reforçar isto porque é uma excelente herança que recebi dos meus antecessores, uma coisa é o programa em si, outra coisa é a prática. Ao longo do tempo vamos verificando na prática que é preciso corrigir alguma coisa e foi isso que fizemos. Não temos qualquer problema em fazê-lo.

O que é que aconteceu com o Programa “Oportunidade”?

Uma criança entrava no “Oportunidade 1”, era remetida para um gueto (um gueto é uma sala à parte) com a possibilidade de passar do “Oportunidade 1” para o “Oportunidade 2”, depois passava para o “Oportunidade 3” e depois ia para a rua fazer sabe-se lá fazer o quê.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O melhor é pôr o “Oportunidade 50”!

O Orador: Entendemos, porque defendemos uma escola pública que seja inclusiva, que não podemos catalogar as crianças à partida, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é preciso!

O Orador: ... porque não se trata de crianças com necessidades educativas especiais no sentido técnico do termo, mas de crianças com alguma perturbação, ...

Presidente: Sr. Secretário, está a esgotar o seu tempo. Agradeço que termine.

O Orador: Muito obrigado. Já termino, Sra. Presidente.

... com algumas necessidades de apoio especial.

Essas crianças entram no Programa “Oportunidade 1”. Quando o professor entende, a meio do ano ou no fim do ano, que essa criança está em condições, ela regressa à sua turma. Se ela tiver aproveitamento, reingressa na turma, mas no ano subsequente e não volta, como o Sr. Deputado disse, à estaca zero.

Se não tiver aproveitamento, então são-lhe aplicadas medidas especiais de apoio, sobretudo a português e a matemática.

Eu gostaria de continuar a explicar isto ao Sr. Deputado, mas não tenho mais tempo.

No entanto, a qualquer altura terei oportunidade e muito gosto de o fazer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Não tendo tempo regimental para poder participar neste debate, solicitava que aquele documento, aquele mapa referido pelo Sr. Secretário Regional da Educação, pudesse ser distribuído a esta câmara para nosso esclarecimento e informação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu também tenho poucos minutos. Vou centrar-me fundamentalmente na parte mais substancial da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires.

A parte mais substancial tem a ver com o Programa “Oportunidade”.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que concordo com a sua opinião. Aliás, já tomei uma posição pública em relação ao Programa “Oportunidade” e às alterações que foram efetuadas.

É preciso verificar o seguinte:

1- Quem é que criou o Programa “Oportunidade”?

O Governo do Partido Socialista, quando a pasta era tutelada pelo então Secretário Álvaro Meneses.

Passados estes anos e depois de em 2011 se ter procedido a uma alteração que referenciava que o programa era muito bom (ainda não tínhamos o problema do gueto!), agora o Sr. Secretário descobriu que afinal este programa criado pelo seu partido, este programa apoiado pela maioria parlamentar que sustenta este governo, é um programa que discrimina os alunos açorianos. Discrimina-os de tal forma, que o Sr. Secretário foi buscar um exemplo grutesco de discriminação em relação às sociedades contemporâneas.

Também é preciso ver que o gueto tem origem na Idade Média, o que significa que é uma imagem de exclusão por motivos religiosos ou por motivos étnicos.

Esse foi o exemplo que o Sr. Secretário foi buscar.

O Sr. Secretário diz: “nós queremos acabar com isto”.

Mas foram vocês, foi o Partido Socialista, foi este Governo que o criou. Neste sentido, é uma autocrítica violentíssima...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vocês?! Mas isso é linguagem?!

O Orador: Vocês. Percebeu-se perfeitamente que não estou a fazer aqui um tratamento personalizado, mas apenas a referenciar que não foram outros. Foi o próprio Partido Socialista que criou esse programa.

Penso que quem percebe um bocadinho de língua portuguesa deverá entender o enquadramento em que isto foi dito.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso, noutros casos, dava direito a uma defesa da honra!

O Orador: Eu não me dirigi a essa bancada. O que fiz foi um enquadramento do ponto de vista da mensagem. Mas vamos centrar-nos no que é essencial.

Este programa, que é agora condenado como um programa discriminatório, como um programa que, à partida, rotulava alunos, como um programa que provocou sofrimento aos alunos dos Açores, é da responsabilidade do Partido Socialista; este programa é da responsabilidade do então Secretário Álamo Meneses; este programa foi reestruturado, foi continuado pela senhora, hoje deputada, Cláudia Cardoso.

É preciso dizer nesta Assembleia os nomes das pessoas que criaram o gueto.

Quem criou o gueto foi o Partido Socialista, o Governo e os responsáveis políticos que acabei de referenciar.

Agora é necessário chegar às alterações que foram introduzidas.

As alterações que foram introduzidas...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Eu termino, Sra. Presidente.

... não alteram coisíssima nenhuma.

O que acontece aqui é o seguinte:

Até agora, foi criado este Programa “Oportunidade”. Ele não funcionou e não funcionou por uma razão que é fácil de perceber, é porque o Programa “Oportunidade” significava que aquelas crianças que estavam com dificuldades de aprendizagem deveriam ter um apoio suplementar.

O que é que o Governo fez?

O Governo não lhe criou nenhum apoio suplementar. Separou-os dos outros. Separou aqueles alunos com maiores dificuldades dos outros.

Depois, colheu os melhores professores, criou os mecanismos para ter os professores mais experientes, mais motivados no sentido de não considerarem que uma turma “Oportunidade” é uma penalização, mas uma oportunidade de realmente dar condições às crianças que estavam com maiores dificuldades de aprendizagem. Não criaram.

Nos Açores, ao longo destes anos, um professor que era colocado nas turmas “Oportunidade” (termino já, Sra. Presidente, 30 segundos) era um castigo máximo. Nunca foi visto como uma tarefa educativa, de excelência e de grande importância.

Portanto, a seleção de recursos que foi feita para o Programa “Oportunidade” é que foi calamitosa.

Isto foi alterado por esta alteração?

Não, não foi.

O que é deveria ter sido feito?

Aquilo que é feito nos outros países.

Vou dar um exemplo que eu próprio observei na Noruega.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: São constituídas equipas de recuperação destes alunos. É colocada nestas salas de programas de recuperação de alunos pelo menos uma equipa de dois professores (sempre dois professores!).

Depois, a partir daí, é que é reintroduzido.

Termino muito simplesmente dizendo isto:

Agora o aluno não tem sucesso no Programa “Oportunidade”. Qual é o caminho?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Trabalhar!

O Orador: A solução não pode ser: não funcionou, regressa outra vez à estava zero. Não!

Uma mudança do Programa “Oportunidade” significa que se termina com o Programa “Oportunidade” e que se lhe dá outra perspetiva.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: A perspetiva agora é a renição.

O programa não funcionou, regressa ao sistema anterior.

Não!

O que deveria ter feito era reforçar o Programa “Oportunidade” com mais docentes, colocava equipas pedagógicas adequadas, bem preparadas para o fazer, reforçava a atenção que é prestada a estes alunos. Isto é que deveria ter feito.

O que aqui faz é uma redução temporal do programa, mais nada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O assunto aqui trazido pela Representação Parlamentar do Partido Comunista tem toda a pertinência, considerando que estamos mesmo nas vésperas da abertura do ano escolar.

Há um conjunto de matérias relacionadas com o arranque das atividades letivas que naturalmente requer reflexão, análise, a crítica, a explicação e a ponderação sobre elas.

De facto, este ano letivo que vai arrancar faz-se sob a égide de alguma mudança, uma mudança que podia ser da simples alteração do titular da pasta da Secretaria que tutela a educação. Todavia, não é apenas essa mudança de personalidade política que está aqui em causa.

Está em jogo, isso sim, uma inversão, nalguns casos para sentido oposto, das políticas de educação.

No plenário de julho já tivemos oportunidade de fazer essa verificação, de comprovar essa inversão de orientação política em termos de política de educação.

Vimos relativamente à autonomia das escolas, vimos, sobretudo, de forma muito profunda em relação ao Estatuto do Aluno onde foram revogadas disposições que estavam em vigor há pouco mais de um ano, que não vigoraram durante dois anos letivos completos, que quando aqui tinham sido aprovadas foram apresentadas como sendo grandes virtudes, como sendo até medidas de inovação em termos de gestão pedagógica e da relação dos alunos entre os seus pares e entre eles, os professores e o pessoal não docente, e de um momento para o outro, através de um Governo Regional onde se sentam muitos membros do anterior executivo, foram aqui apresentadas como sendo medidas de grande insucesso, portanto, justificando a alteração que aqui aprovámos.

Uma alteração, aliás eu tenho de recordar, que criou incómodos na bancada do Partido Socialista ao ponto de, por coincidência, a antiga responsável pela pasta da educação se ter ausentado dos trabalhos do plenário exatamente (por coincidência, admito, mas na política as coincidências devem ser registadas e depois a interpretação fica para quem a fizer) quando esses dois diplomas e mais um, o do Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, foram aqui aprovados, exatamente porque tomavam sentido diverso.

A mudança faz-se, portanto, nesses três domínios.

No ensino particular, convém não esquecer a perturbação que foi criada por uma proposta do Governo Regional que alterava profundamente o modelo de financiamento dessas instituições. Só a grande pressão feita por essas instituições e os alertas lançados pela sociedade açoriana, que foram acompanhados pela oposição, é que fizeram o Partido Socialista pôr na ordem o Governo Regional nesta matéria, alterando aquilo que era a intenção do Governo Regional quanto ao financiamento do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário.

Mas este arranque do ano letivo traz algumas dúvidas, traz algumas interrogações que naturalmente têm que ser explicadas. Traz também oportunidade para fazermos algumas críticas, fazermos segunda ponderação sobre aquilo que se está e vai passar.

A primeira tem a ver com o número de professores contratados.

A reação inicial a essa redução drástica de professores contratados em número superior a duzentos, provocou uma estranheza.

Segundo uma notícia da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, foram menos duzentos e três professores contratados para este ano letivo. É certo que essa notícia é acompanhada de um outro elemento, de que também se verifica uma redução do número de alunos.

Eu não duvido dessa redução do número de alunos, mas ela carece de uma melhor explicação, porque na verificação dos dados demográficos da Região dos anos relativos aos alunos que agora se iniciam seja no pré-escolar, seja no 1º ciclo, não há uma redução com a grandeza que aqui nos é apresentada relativamente à redução que se verifica com alunos. Portanto, há aqui alguém que saiu da rede oficial.

Isto não é despiciendo, porque para o número de mil e tal alunos que reduz na participação do ensino oficial, só há duas alternativas possíveis: ou eles foram para o ensino profissional, e aí não deixa de ser curioso o facto das escolas eventualmente estarem a receber mais alunos quando, por limitações financeiras, foram obrigadas ou foram impedidas de abrir mais cursos e cursos novos, portanto não é muito plausível que essa diferença de alunos esteja a ser absorvida pelo ensino profissional;...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Entram menos!

O Orador: ... ou então a alternativa que sobra é de terem passado efetivamente para o tal Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, o tal que o Governo Regional queria deixar de financiar.

Estanhamos esta diferença de professores contratados. Tanto estanhamos que o Grupo Parlamentar do PSD, na comissão própria, fez uma proposta para ouvir o Sr. Secretário onde, detalhadamente, vai explicar estes dados.

Afinal, não são apenas os duzentos e três.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quase trezentos!

O Orador: Temos a verificar que são os duzentos e três, mais os oitenta e seis, que afinal saíram do quadro, lugares esses que já foram supridos pelos contratos que entretanto se realizaram.

Sr. Secretário, eu estou absolutamente de acordo consigo quando diz que é dever do Governo fazer uma gestão rigorosa dos recursos, mas quem não fez essa gestão rigorosa dos recursos o ano passado, que foi ano de eleições regionais, foi o Governo Regional do Partido Socialista e a então Secretária Regional Cláudia Cardoso, que foi de uma generosidade enorme ao fazer o maior número de contratos de professores que se verificou nos últimos anos.

Dou só dois exemplos:

No corrente ano letivo foram contratados seiscentos e vinte professores, uma diferença de quatro relativamente a 2011/2012.

No ano letivo 2012/2013, o número de professores contratados foi de oitocentos e oito, ou seja, quase mais duzentos do que este ano.

Uma das explicações dada o ano passado, que naturalmente e formalmente não podia ser a das eleições, foi de que, por exemplo, a expressão física ou motora do 1º ciclo tinha deixado de ser lecionada pelos professores titulares de turma, ficando essa leção a cargo dos professores do 2º ciclo.

O que é que verifica este ano?

Este ano verifica-se uma menor contratação de professores de educação física. Portanto, voltou-se à estaca zero.

Os professores do 1º ciclo que o ano passado ficavam disponíveis para reforçar o ensino da língua portuguesa e da matemática, este ano já não terão tempo para esse fim.

De facto, há aqui este problema evidente que carece que melhor explicação e que eu espero que o Sr. Secretário, na comissão competente, venha a fazê-lo.

Mas este ano letivo arranca também com a sombra daquilo que é o abandono escolar e o insucesso escolar nos Açores.

Apesar de em vários anos sucessivos termos ouvido o Sr. Presidente do Governo Regional da altura e, por exemplo, o Sr. Secretário Regional da Educação Álvaro Meneses, ou a Sra. Secretária Regional da Educação Cláudia Cardoso dizerem que o abandono escolar nos Açores é residual, o que é que ouvimos no dia 31 de maio (julgo que não estou enganado na data, mas posso verificar) o atual titular da pasta dizer?

Que afinal nós temos a pior taxa de abandono e de insucesso escolar da Europa, superior a 40%.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Precoce. Não é a mesma coisa!

O Orador: O senhor é que juntou as duas coisas, mas disse-o. Mas também tem as declarações.

O senhor vai ficando com os tiques, que parece que são os tiques (permita-me que diga isto) do titular dessa pasta. Normalmente dizem uma coisa e depois afirmam nunca tê-la dito.

O senhor disse e tanto disse que está no recorte de imprensa e numa nota que aqui tenho do jornal “Açoriano Oriental”, precisamente do dia 31 de maio (eu estava a dizer bem).

Diz o senhor, e é uma citação (portanto eu não quero crer que o jornalista se tenha enganado,...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): O senhor é que está enganado!

O Orador: ... se se tivesse enganado, os tantos assessores políticos que o Governo Regional tem a trabalhar para as questões da comunicação teriam certamente verificado e até feita a correção): “Temos a pior taxa de toda a União Europeia”.

Portanto, temos esse problema do abandono e do insucesso escolar.

Sobre isto, gostava de dizer também o seguinte:

Uma parte desse abandono...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Abandono precoce!

O Orador: ... e sobretudo desse insucesso escolar tem a ver com uma outra marca daquilo que têm sido as políticas de educação do Governo Regional do Partido Socialista, que é do experimentalismo pedagógico.

Se mais provas fossem necessárias, a alteração que o senhor acaba de fazer, através de portaria, ao Programa “Oportunidade”, teríamos aí a prova acabada daquilo que acabo de dizer.

Não é porque muda. É porque muda com muita frequência sem dar a estabilidade necessária ao sistema educativo e, sobretudo, sem fazer uma coisa, que é a avaliação desses programas e desses projetos.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Foi feita!

O Orador: Não fez a avaliação e é exatamente por não fazer a avaliação, por não chegar a conclusões e tomar a iniciativa de fazer as alterações, que temos a herança e as consequências que temos ao nível do insucesso escolar nos Açores. Sei que está a fazer uma experiência (eu também faço fé nela!) do Programa “Fénix”, mas aí julgo que houve dois pequenos deslises do Governo Regional, relativamente ao Programa “Fénix”.

A culpa não é sua, pode dizer, como já disse algumas vezes em aparte “isso não é comigo”.

É verdade, não é consigo, mas é com o Governo Regional onde está sentado o Sr. Presidente do Governo que era membro do Governo Regional anterior e aprovou essas medidas, e um Governo Regional que continua a ser suportado pelo mesmo partido.

O primeiro deslize é que o Programa “Fénix” arrancou no Continente, lá em cima, na Póvoa do Varzim, no ano letivo 2009/2010. Infelizmente, nos Açores, se calhar, só se iniciou o ano passado.

Este ano, tendo o maior peso, o Sr. Secretário apressou-se a apresentar essa grande virtude, esquecendo de dizer que é um programa importado do Continente, mas quando as coisas boas vêm de lá, isso é escondido.

É um programa importado do Continente. Não há mal nenhum nisso, Sr. Secretário!

Aquilo que é bom, que está criado, que está inventado, julgo que devemos seguir, devemos aplicar, naturalmente no caso da nossa Região com alguma adaptação.

Agora, isso não evita de termos eventualmente perdido tempo neste domínio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este ano letivo arranca com algumas dúvidas, com algumas matérias por esclarecer, com algumas deficiências. As deficiências têm a ver sobretudo com os recursos humanos.

A boa gestão que o senhor diz que está a fazer é para corrigir o desmando que houve na sua secretaria no ano letivo anterior, mas, apesar desse rigor na gestão, não significa que as escolas tenham todos os meios necessários para o bom funcionamento, desde logo, porque deixaram de ter professores com disponibilidade de horário para fazer o apoio pedagógico.

Sr. Secretário, permita-me que lhe diga, mas o senhor faz confusão entre duas realidades, dois conceitos que são totalmente diferentes. É que no Estatuto da carreira estão previstas duas horas semanais para acompanhamento de alunos, só que o acompanhamento de alunos, Sr. Secretário... Vou fazer uma pausa, porque o Sr. Secretário provavelmente está a ser informado ou a dar informações.

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Devia ouvir isto.

Presidente: Deve continuar a sua intervenção.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não vale a pena ouvi-lo, porque não posso responder-lhe!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Mas está a dizer a quem pode responder por si!

O Orador: O Sr. Secretário confunde – e se não confunde quis confundir quem não domina com rigor técnico estas questões – ao dizer que o Estatuto da

carreira prevê duas horas semanais para cada professor fazer acompanhamento de alunos.

Acompanhamento de alunos, Sr. Secretário, é uma coisa muito diferente do apoio pedagógico acrescido. É o apoio pedagógico acrescido que faz exatamente a recuperação de aprendizagem de alunos antes deles transitarem para outros programas alternativos. É para esse fim que o senhor acabou de tirar tempo às escolas e aos horários dos professores.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Oh homem, leia esse papel que foi distribuído!

O Orador: Nesse domínio as escolas arrancam com uma grande insuficiência.

Para terminar, gostava de dizer que o Grupo Parlamentar do PSD aguarda a oportunidade em que o Sr. Secretário da Educação for à Comissão dar explicações, não só sobre a questão naturalmente do número de professores contratados, mas até do arranque do ano letivo.

É quando no terreno as coisas estiverem a funcionar que serão detetadas muitas, ou pelo menos algumas (espero que não sejam muitas, porque isso tem sempre como prejuízo final o sucesso dos nossos alunos) deficiências, que resultam exatamente das políticas e das decisões entretanto tomadas, nomeadamente uma, e termino com esta, que tem a ver com uma disposição inscrita no Estatuto do Aluno que, por revanchismo político, o Partido Socialista não quis corrigir ou não quis aprovar a correção que o Partido Social Democrata aqui propôs em plenário, que é dos alunos, nas atividades facultativas e nas atividades ligadas nomeadamente à educação artística e à formação musical, poderem ser excluídos por faltas justificadas.

Creemos que quando se puser em prática estes princípios veremos a perturbação que às vezes a teimosia, o revanchismo político do Partido Socialista, causam no nosso sistema educativo. Mas nomeadamente nesta matéria, quando verificarmos, juntamente com outros, aqui estaremos, com a palavra e o compromisso também do Bloco de Esquerda, para se alterar essa disposição, porque é de uma profunda injustiça que um aluno com faltas justificadas seja excluído de frequência.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria a minha intervenção por felicitar o Deputado Aníbal Pires pela sua declaração política e felicitar todas as intervenções que me antecederam.

É com agrado, já ao longo desses quase 9 anos que estou nesta casa, que fazemos uma análise do ano letivo antecipada. De facto, o plenário de setembro costuma ser mais adiante, mas resolveram os partidos, cada um à sua maneira, fazer uma previsão, estilo Zandinga, do que é que vai ser o ano letivo nos Açores.

Deputado Costa Pereira (PSD): O Zandinga já morreu!

A Oradora: Já morreram muitos pensadores e nós continuamos a seguir os seus exemplos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É melhor substituir por Álamo Meneses: Zandinga/Álamo Meneses!

A Oradora: Como não se adivinha grandes turbulências, porque já não há aquelas questões que há anos davam grande turbulência ao início do ano letivo, como as escolas não estão prontas atempadamente, os recursos humanos não estão lá, as salas não têm os equipamentos, os laboratórios não estão ok, o concurso de professores não está bem, então agora antecipa-se e começa a ver-se o que é que pode estar mal.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas então vamos, não o que é que aqui pode estar mal, mas o que é que está mal mais ao lado daqui.

Felicito todos os que me antecederam até agora, porque falaram em menos duzentos professores, mas um bocado ainda no “vamos ver” (não é?), porque ainda falta a segunda fase.

As pessoas esqueceram-se que de uma forma atempada se falou na colocação de seiscentos e vinte e tal contratados, mas esqueceram-se de dizer que, depois desses, há aqueles que não aceitam e há os que aceitam mas porque estão de gravidez precisam de ser substituídos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o que é que isso altera?!

A Oradora: Há ainda uma segunda fase, que há de acontecer, que ainda vai permitir mais colocação de professores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Agora, uma coisa é certa: ninguém aqui comentou os dez mil professores que se inscreveram nos centros de emprego, anteontem, no Continente Português (dez mil!).

Deputado Luís Maurício (PSD): Nos Açores ninguém se inscreveu!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, e nos Açores não?! O Centro de Emprego de Ponta Delgada ontem estava vazio!!!

A Oradora: Ninguém comentou sete mil professores com horários zero, sem saber o que lhes vai acontecer. Ninguém comentou!

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Ninguém comentou a insegurança e a instabilidade no corpo docente da prova de acesso para os professores contratados, no Continente. Ninguém comentou!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Ninguém comentou menos treze mil alunos no sistema educativo nacional. Ninguém comentou.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Claro que não!

A Oradora: Ninguém falou disso, mas quando for para analisar os resultados vamos buscar o continente, mas não querem ir buscar o continente para mais nada. É só para aquilo que convém a cada momento que der jeito.

Portanto, é de facto de grande regozijo que nós nos possamos felicitar por nesta altura do campeonato, antes do ano letivo começar, estarmos a fazer previsões, porque até os Sindicatos dos Professores, aquando da reunião com o Sr. Secretário, quer um, quer o outro, dos mais significativos, disseram vamos

deixar começar o ano letivo, vamos deixar começar as aulas para ver como é que as coisas estão a funcionar.

Eles foram cautelosos mas não foram Zandingas.

Eles quiseram esperar que o ano letivo começasse para ver.

Mas aqui há gente com poder astrológico enorme. Com quinze dias de antecedência, preveem o que é que vai estar mal ou pode estar mal, não querendo falar das coisas que são as coisas substantivas e que estão estabilizadas.

A verdade é que o nosso sistema educativo regional está consolidado, está sólido. E agora há que trabalhar para um maior sucesso.

Eu tenho que fazer algumas correções, porque não se pode, numa tentativa de querer ter números que falem bastante e que sejam grandes *sound bytes*, dizer que o abandono escolar é imenso. Há que distinguir de que abandono estamos a falar.

Uma coisa é o abandono precoce. A nível do 1º ciclo é zero e a nível do 2º ciclo é diminuto (1 ou 2%); outra coisa é a nível do secundário, e aí entra já o ensino profissional, onde a nossa taxa é um pouco maior.

Mas é preciso dizer que os quarenta e tal por cento que o Sr. Deputado vem parafrasear o Sr. Secretário, são de facto dados, mas são dados de jovens, de adultos, que estão entre a faixa dos 18 a 26 anos de idade. Gente que não apanhou as políticas de inclusão, as políticas de trazer para a escola aqueles que nos tempos idos que já toda a gente se esqueceu, eram arrumados e eram excluídos do sistema público.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que se ainda temos maus resultados é porque agora temos todos na escola. Se estamos a fazer experimentalismos pedagógicos, estamos com muita honra, Sr. Deputado. Sabe porquê? Porque os guetos, como lhe chamou o Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não fui eu, foi o Sr. Secretário!

A Oradora: Está bem. O senhor parafraseou.

O Sr. Secretário usou porque o gueto quer dizer... Quem é que cria? Quem cria é quem os mantém, quem não consegue fazer a operacionalização do programa. O senhor não pode dizer a esta casa que o Programa “Oportunidade” não foi uma coisa extraordinária em termos de pioneirismo e em termos teóricos. A ideia é fenomenal. Eu atrevo-me a dizer, com desculpa ao Sr. Secretário, que é de facto o propulsor do que agora vamos experimentar na Região, do “Fénix”. Os ninhos do “Fénix” não são mais do que aqui se tentou fazer, que é pegar em meninos que tinham idade superior aos seus pares e pôr numa turma com outro tipo de apoio, com outro tipo de trabalho, com outro número de professores, para que eles pudessem lá estar um tempo e voltar às suas turmas. Foi isso que se tentou fazer. Portanto, não se pode estar a falardisso. Os rótulos são sempre mais fáceis.

Os senhores já se esqueceram dos trezentos e dezanove? Eu ainda não!

Já se esqueceram que havia os chamados trezentos e dezanove?

Depois acabou o trezentos e dezanove e então nas escolas... O que é que tu tens? O “Oportunidade”! Oh... o “Oportunidade”!

Foram os próprios docentes que também estigmatizaram muito o facto. Não vou excluir aqui a falta de recursos didáticos e a falta de meios que disponibilizavam ou que teriam disponibilizado uma maior efetivação, uma maior eficácia desse programa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos de acordo, então!

A Oradora: Mas não vamos falar de questões de experimentalismos.

Ainda bem que o PS e os Governos do PS tiveram a coragem de fazer experimentalismo pedagógico.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

A Oradora: Tiveram a coragem de tornar um sistema educativo que foi um exemplo a nível nacional...

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): De insucesso!

A Oradora: ... em toda a sua linha.

Sr. Deputado Joaquim Machado, quando o senhor quiser discutir insucesso, a gente discute no contexto nacional, porque não é só aqui que há insucesso.

O senhor vá ver as taxas dos exames de 4º ano a nível nacional e nas várias áreas, a nível da geografia portuguesa. Vá ver o resultado do 9º ano a nível nacional.

O Sr. Presidente afirmou enquanto fez campanha, o Sr. Secretário está farto e cansado de dizer em declarações públicas que uma batalha a vencer é o sucesso educativo. É essa a nossa batalha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma batalha de 16 anos e o resultado é esse?

A Orador: Mas os senhores para não falarem disso, preferiram vir aqui fazer previsões astrológicas, preferiram vir aqui armar-se em Zandingas para tentar denegrir o que é de facto uma marca socialista no ano letivo que começa sem percalços.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é o que foi uma abordagem séria!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Seríssima!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que horas são? Já não pode falar! Não há exceções!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não posso falar, Sr. Vice-Presidente, não?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fora do horário não! A não ser que seja uma exceção para si!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça favor.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Às 13 horas termina o PTAP. É assim que manda o Regimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga, Sr. Deputado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Estou a dizer que a esta hora já não pode. Continuava amanhã o PTAP. É o que manda o Regimento. Esta casa só tem um regimento!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Há dois Regimentos nesta casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Respeite a decisão da Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, muito obrigado. Percebo o incómodo de não me quererem deixar falar a esta hora.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A esta hora!

O Orador: Mas também lembro ao Sr. Vice-Presidente e ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, que se esta casa tem Regimento, já o tem há muitos anos.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exatamente!

O Orador: Se esta casa tem Regimento, muitas vezes se ultrapassou a hora regimental e, sobretudo, quando era alguém da sua bancada, o senhor ficou mudo e calado, e muito mais daquela bancada.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Essa parte não é verdade!

O Orador: E mais. Quando era da parte do Governo que ultrapassava largamente o tempo, não só da sua intervenção, mas do tempo estipulado para acabar às oito da noite, muitas vezes estivemos aqui até às oito e quarto, oito e vinte e oito e vinte cinco. Até me lembro, quando o Sr. Presidente do Governo quis pôr faladura. E até há uma e vinte também me lembro.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu?!

O Orador: Não o senhor, mas o ex-Presidente do Governo.

Também me lembro de V. Exa. aqui.

Portanto, a Sra. Presidente é que ainda preside a estes trabalhos e é a Presidente deste Parlamento.

Presidente: Sr. Deputado, já lhe dei a palavra para intervir neste debate.

O Orador: Deu-me a palavra e não é o senhor que me a vai tirar, nem o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ninguém lhe quer tirar a palavra!

O Orador: Posto isto, Sra. Deputada Catarina Furtado, o Zandinga da educação já não preside aos destinos da educação.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Agora, os adivinhas já não estão.

O Sr. Secretário tem uma pesada herança. O senhor falou há bocado aí de uma herança. O senhor tem uma pesada herança para corrigir de 12 anos de má política educativa...

Deputado Francisco César (*PS*): Quem era o anterior secretário?

Deputado Catarina Furtado (*PS*): O senhor ainda fala dele. Ele já não está cá há 2 legislaturas!

O Orador: ... do primeiro e principal responsável pela educação nesta Região. Doze anos de insucesso! Doze anos de experimentalismo! Doze anos a esconder o insucesso! Doze anos “a varrer para debaixo do tapete”, a esconder aos açorianos, a enganar os alunos e a enganar as famílias açorianas.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Foi isso que os senhores estiveram a apoiar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Estiveram a apoiar o embuste que foi a educação durante doze anos. Durante doze anos tivemos embuste na educação, foi isso que tivemos.

Finalmente, quando se comparou o que é comparável, chegou-se à conclusão que estávamos em último lugar no sucesso escolar, foi quando se acabou com o embusto, quando se destapou e se provou quem era o verdadeiro Zandinga da educação que andava a “tapar o sol com a peneira”, inventando experimentalismos e a senhora foi avalista dessas políticas.

Deputado Catarina Moniz Furtado (*PS*): Exatamente! Com muita honra!

O Orador: A senhora e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: E quem foi responsável pela educação durante doze anos chama-se, Sr. Deputado Francisco César, Álamo Meneses.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Deputada Graça Silveira (CDS-PP):

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da Deputada Graça Silveira)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para terminarmos este ponto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem cerca de três minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho nenhuma vocação para adivinho.

Aquilo que estivemos aqui a fazer, particularmente na minha intervenção, foi a constatar alguns factos.

Chegados ao fim do debate e depois de termos ouvido as explicações do Secretário Regional da Ciência e Cultura e das divagações da Deputada Catarina Furtado, ...

Deputado Berto Messias (PS): Não seja deselegante, Sr. Deputado!

O Orador: ... que não falou na educação nos Açores, mas falou da educação no Continente, ao que nos parece, estamos aqui para tratar de problemas da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O assunto que aqui foi trazido na minha declaração política tinha a ver efetivamente com a constatação de alguns factos que eu enumerei e que não foram devidamente esclarecidos.

Louvo o esforço do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, mas de facto Sr. Secretário, por muito que se esforce, a verdade é que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A herança é pesada!

O Orador: ... foram deslocados professores à margem da legalidade, e agora não digo no limbo da legalidade.

Foram dadas instruções orais, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave!

O Orador: ... via telefónica, às escolas, para retirarem as horas de apoio aos professores, foram dadas instruções orais às escolas para reduzir o número de professores de apoio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto merece um esclarecimento!

O Orador: Isto é um facto indesmentível.

Se o Conselho Coordenador calou, o problema é do Conselho Coordenador.

Relativamente aos sindicatos, não me parece que esta matéria tenha chegado, ou tivesse chegado ainda, até determinada altura, ao seu conhecimento.

Não há consenso com os sindicatos, Sr. Secretário. Não abuse!

Aquilo que os sindicatos lhe deram foi um tempo.

Eu não estou aqui a representar nenhum sindicato, nem estou a representar os professores. Estou é preocupado com o nosso sistema educativo regional e estou sobretudo preocupado com as práticas que (não foi V. Exa. que as inaugurou!) são comuns na Secretaria Regional da Educação, Cultura e Ciência, sobretudo através da Direção Regional, que são as instruções dadas oralmente às escolas, à margem da legalidade, e que as escolas algumas cumprem, outras não cumprem.

Portanto, Sr. Secretário e Sra. Deputada, foi isso que eu vim fazer. Não vim fazer nenhuma adivinhação.

Sobre esta acusação que eu fiz, continuo a fazer e mantenho, V. Exa. disse nada e o Secretário Regional divagou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ilegalidade!

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Exatamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só para esclarecer e ficar gravado!

O Orador: Relativamente à questão da diminuição do número de contratados, é evidente que não me referi àquilo que se passou no passado. Referi-me a este ano.

Este ano não foram menos duzentos e três, foram menos duzentos e oitenta e nove professores contratados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faça as contas agora!

O Orador: Não há segunda fase de colocações que resolva este problema.

Mas a questão é esta: estes professores fazem falta ou não fazem falta ao sistema?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não fazem!

O Orador: Fazem sim senhor falta ao sistema.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Como é que V. Exa. quer recuperar ou fazer recuperação de alunos com o Programa “Oportunidade”, que faliram?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Foram distribuídos!

O Orador: Ao contrário dos rasgados elogios que a Deputada Catarina Furtado fez a este Programa, a mancha do sistema educativo regional foi a introdução daquele esquema de recuperação de alunos.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Foram quatro!

O Orador: A génese dos programas está profundamente errada. E está profundamente errada porque está associada a uma matriz ideológica e pedagógica que não serve. Está desatualizada.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: Eu vou já terminar, Sra. Presidente. Eu não tenho culpa que tivéssemos ultrapassado o tempo regimental.

Deputado Ricardo Cabral (PS): O seu tempo é que terminou!

Presidente: Não tem a ver com isso. Tem a ver com o seu tempo.

O Orador: Eu já vou terminar, Sra. Presidente.

Sr. Secretário Regional, se quer efetivamente dar um contributo para a recuperação de alunos, com os seus programinhas, faça de facto uma discussão

sobre o assunto, procure os melhores exemplos e verá que isso se faz não com grupos de turma de dezoito alunos, faz-se com grupos reduzidos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que lição!

O Orador: ... e faz-se sobretudo com uma equipa multidisciplinar alargada. É para essas equipas multidisciplinares alargadas que V. Exa. não tem professores, porque não os contratou e deu instruções às escolas para não os contratar.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, ultrapassou o seu tempo em quase dois minutos. Interrompemos assim os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15.

Eram 13 horas e 12 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos entrar na Agenda da Reunião com o ponto 6: **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 20/X – “Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013”**.

Para o debate deste diploma os tempos definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes:

PS e Governo – 25 minutos;

PSD – 20 minutos;

CDS-PP – 13 minutos;

PCP, BE e PPM – 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para apresentação do diploma.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apresentamos hoje a esta câmara a nossa proposta de alteração ao Orçamento da Região para 2013.

Fazemo-lo com satisfação e orgulho porque temos a certeza de que esta revisão do Orçamento da Região constitui mais um contributo positivo para que as empresas e as famílias açorianas enfrentem os desafios e as dificuldades que a conjuntura externa adversa nos coloca.

Quando em todo o país só ouvimos falar em mais cortes, mais reduções, mais diminuições e mais austeridade, é bom saber que nos Açores apresentamos uma proposta de revisão em alta do Orçamento da Região, para reforçar as dotações orçamentais, o que nos permitirá injetar mais 45,7 milhões de euros, só este ano, na economia açoriana.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Sendo uma boa notícia para os açorianos, ainda o é de forma mais relevante quando no país e na Madeira o que assistimos é à imposição de um caminho inverso, de mais austeridade e mais sacrifícios.

Por isso, esperamos que este documento venha a merecer a aprovação unânime desta Assembleia.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Naturalmente!

O Orador: Esta revisão representa um reforço do Orçamento da Região, assegurando-se assim 45,7 milhões de euros na economia açoriana, o que constitui também um contributo importante para o incremento e estímulo da atividade económica regional, disponibilizando às famílias e às empresas açorianas mais recursos financeiros e mantendo-se, ao mesmo tempo, o equilíbrio previsto no orçamento inicial.

Conseguimos assegurar esta revisão em alta do Orçamento na sequência do aumento significativo das receitas próprias da Região em relação aos valores orçamentados e, designadamente, em resultado do aumento de 66,2 milhões de euros de receitas do IVA, do IRC e do IRS, que não só anularam o efeito do impacto orçamental da redução de 16,9 milhões de euros face ao orçamentado das receitas de alguns impostos sobre bens específicos, como permitiu este reforço orçamental.

Com efeito, a receita de IVA aumentou 42 milhões de euros em sequência do aumento do consumo interno, face ao previsto no orçamento inicial, a receita do IRC teve um acréscimo de 15 milhões de euros em resultado do aumento, de mais de 50%, do lucro das empresas, e o IRS gerou mais 9,1 milhões de euros por via do aumento dos rendimentos do trabalho verificado em 2013 face ao inicialmente previsto.

Em contrapartida, o imposto sobre o tabaco teve uma redução de 3,2 milhões de euros, o imposto sobre bebidas alcoólicas de 0,9 M€, o imposto sobre veículos de 3,3 M€ e os impostos sobre produtos petrolíferos e sobre o selo de 4,8 milhões de euros.

Por conjugação destas realidades resulta um efetivo aumento das receitas próprias da região de 45,7 milhões de euros face ao que estava previsto no Orçamento aprovado nesta Assembleia no mês de março.

Encaramos esta realidade com satisfação, mas sem euforia ou precipitação. Limitamo-nos a constatar estes factos com a prudência e a responsabilidade que a conjuntura adversa que vivemos nos exige.

Não pretendemos extrapolar nem tirar conclusões do que aquelas que resultam do registo positivo desta realidade, mas não podemos, nem devemos deixar de relembrar quem, utilizando precisamente os mesmos indicadores, há apenas seis meses, pretendeu demonstrar que a austeridade nos Açores era maior do que aquela que se vivia no país.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por exemplo, a 17 de março passado, o senhor deputado Duarte Freitas afirmava, e passo a citar, “o Governo Regional do Partido Socialista está a cavar ainda mais a austeridade na Região”, exemplificando esta posição com, e volto a citar, “as receitas do IRC caíram 43% nos Açores, contra 17% no contexto nacional, ao passo que no IVA a queda nacional foi de 2%, contra 14% nos Açores”, fim de citação.

Afinal, conforme foi alertado na altura, o senhor deputado estava, felizmente, profundamente enganado.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Afinal, o IVA efetivamente gerado nos Açores não desceu 14% em 2012, mas sim cresceu 20,2%, enquanto se registava uma redução de 2% verificada no país.

Afinal, o imposto sobre o lucro das empresas dos Açores, gerado em 2012, não desceu 43%, mas subiu 72% – dez vezes mais do que verificado no contexto nacional, que foi de 7%.

Face a esta realidade, esperamos que o senhor deputado Duarte Freitas assuma que estava errado e que, utilizando exatamente os mesmos indicadores e precisamente a mesma argumentação que usou na altura, reconheça e conclua exatamente o contrário do que afirmou há seis meses.

Ou seja, esperamos que reconheça que afinal o Governo dos Açores conseguiu diminuir e contrariar a austeridade nos Açores, diferenciando-se do que se passa no resto do país.

É caso para dizer que, mais uma vez, não só ficou mal a recorrente tentativa de puxar os Açores para baixo, como a realidade se encarregou de evidenciar que a ânsia de tudo criticar é sempre má conselheira.

Deputado José San-Bento (*PS*) e **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo dos Açores nunca utilizou estes indicadores para nenhuma extrapolação, e continuamos a não o fazer.

Registamos esta evolução positiva sem tirar qualquer conclusão adicional, mas, em coerência, tenho a certeza de que quem o fez há seis meses irá hoje com certeza reconhecer que estava errado, para o bem dos Açores e para o bem dos açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

O Orador: Temos consciência das dificuldades por que passam muitas famílias e empresas açorianas, temos consciência de que ainda temos muito para fazer e muitos problemas para resolver,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... mas é sempre melhor apresentar um orçamento que reforça em 45,7 milhões de euros as famílias e as empresas do que, como infelizmente acontece no resto do país, apresentar um orçamento que corta ainda mais e impõe mais austeridade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É esta a nossa diferença. Uma diferença que nos orgulhamos de manter e reforçar com esta proposta legislativa.

O documento que vos apresentamos pretende acomodar no Orçamento da Região o aumento, em 22,4 milhões de euros, da despesa resultante do pagamento, em julho, conforme nosso compromisso, do subsídio de férias a todos os funcionários públicos.

Fica também assegurado neste orçamento retificativo o aumento substancial de 22 milhões de euros nas transferências para o Serviço Regional de Saúde, permitindo reforçar a sua sustentabilidade financeira, o que possibilitou já a regularização dos pagamentos aos fornecedores regionais dos hospitais EPE da Região.

Como nos comprometemos, conseguimos cumprir mais este compromisso com recursos próprios da Região e sem pôr em causa a nossa autonomia, demonstrando que tínhamos razão também quando assumimos que não precisávamos – ao contrário do que outros pretendiam – de resgates da República, nem de entregar a gestão do Serviço Regional de Saúde às limitações impostas pela República.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então pague a saúde!

O Orador: O reforço do Orçamento da Região assegura também a manutenção do saldo orçamental definido no orçamento inicial, sem qualquer desvio ou derrapagem, e não obriga à redução do investimento público nem condiciona a execução de todos os projetos e despesas que estava programado executar.

Mais importante ainda: ao contrário do que se verifica no resto do país, esta alteração ao nosso orçamento não implica a adoção, nos Açores, de medidas restritivas, de cortes de despesa ou de medidas de austeridade adicionais.

Estas são indicadores que encaramos sem otimismo exagerado – e muito menos com euforia – mas não há dúvida de que nos dão alento para prosseguirmos, sem descanso, a nossa luta contra as consequências, na região, da difícil conjuntura nacional e internacional.

E a verdade é que, nesta Assembleia, estamos a submeter à aprovação dos senhores deputados uma proposta que injeta mais recursos na economia açoriana e, particularmente, no apoio às famílias e às empresas, assegurando a manutenção da solidez das nossas finanças públicas.

A solidez das nossas finanças públicas, que ficou, aliás, mais uma vez comprovada no relatório recentemente publicado pelo Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Orçamento, referente à execução orçamental do Estado até final de julho.

O relatório comprova que nos primeiros sete meses de 2013 a execução orçamental nos Açores foi 21 vezes melhor do que na Madeira e 747 vezes melhor do que a registada no conjunto do país.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O prémio nobel das finanças!

O Orador: Esta é que é a realidade, a qual tem, naturalmente, reflexos positivos na proposta que hoje trazemos à vossa apreciação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda vamos emprestar dinheiro à República!

O Orador: Vivemos tempos de dificuldades, enfrentamos inúmeros problemas para resolver, mas, com muito trabalho, humildade e esforço, continuaremos a

lutar, com todas as nossas forças, disponibilizando todos os nossos recursos, nos limites das nossas competências, para vencermos em conjunto os desafios que nos propusemos enfrentar.

A revisão em alta do Orçamento da Região é mais um contributo para a concretização deste objetivo e – ao permitir injetar este ano mais 45,7 milhões de euros na economia açoriana – irá reforçar o equilíbrio dos orçamentos das famílias, a sustentabilidade das empresas e a dinamização da economia açoriana.

No entendimento do Governo dos Açores, são razões mais do que suficientes para este documento merecer a aprovação deste parlamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores já deu nota em todas as comissões, e designadamente no parecer final em sede de Comissão de Economia, que mantinha o sentido de voto que teve relativamente ao Orçamento aprovado aqui em março passado (não consigo agora precisar o dia).

Mantém a coerência relativamente àquilo que fez no passado mês de março, porque considera que o essencial desta alteração ao Orçamento, que é reforçar designadamente as despesas com pessoal no sentido do pagamento dos subsídios de férias aos funcionários da Administração Pública Regional e o reforço das transferências para o Serviço Regional de Saúde, corresponde a situações que mereceram aprovação da parte do PSD-Açores. Mas já lá vamos a esses reforços.

Para acomodar, como disse o Sr. Vice-Presidente, estes aumentos (não são exclusivamente estes, há depois um outro que falaremos posteriormente), beneficiam de um aumento da receita fiscal cerca de 46 milhões de euros (45,7 milhões de euros foi o número referido pelo Sr. Vice-Presidente), que decorre de um previsível aumento.

Lembro que o verbo utilizado pelo Sr. Vice-Presidente, que eu aqui anotei, é que gerou, aumentou.

Não! Ainda não gerou, ainda não aumentou. Prevê-se que venha a gerar e que venha a aumentar no dia 31 de dezembro de 2013.

Estamos aqui a falar em estimativas, em previsões, com base em informação que, naturalmente, neste momento é mais atualizada porque estamos quase do final do terceiro trimestre do ano.

Portanto, penso que deveria ter utilizado se calhar um tempo verbal diferente daquele que utilizou.

Efetivamente as previsões que existem são de 42 milhões de euros no IVA, que correspondem efetivamente a acertos verificados em relação ao que se passou em anos anteriores.

Sem qualquer tipo de ataque, ao contrário daquilo que o Sr. Vice-Presidente tentou fazer durante a sua intervenção, aquilo que o senhor pode estar a alegrar-se, ou a adquirir uma expressão eufórica, diz respeito a alguma coisa que o senhor eventualmente terá que ter essa alegria, essa euforia, quando chegar ao final do exercício e constatar que efetivamente foi gerado este ano mais 42 milhões de euros do IVA.

Se formos ver em relação a 2012, e os senhores no final do 1º semestre do ano apresentaram aqui a conta da Região Autónoma dos Açores referente a 2012, onde consta uma receita do IVA em 2012, que foi aquela que foi falada pelo PSD-Açores em março passado, esse valor é o valor que corresponde a uma quebra de 14,4% nas receitas do IVA em 2012. É o que consta na Conta da Região Autónoma dos Açores.

Vamos falar aqui com honestidade, Sr. Vice-Presidente, e se quiser eu digo-lhe o valor exato das duas contas da Região, para que não subsistam dúvidas.

Eu vou falar nos Açores. Na Conta da Região Autónoma dos Açores, o que vem é uma receita de 165,2 milhões de euros, em 2012, de IVA, que compara com uma receita de 193 milhões na Conta da Região Autónoma dos Açores de 2011, ou seja, uma quebra de 14,4%.

Portanto, está aqui a dizer que houve os acertos. Existem os acertos, a Portaria, se não me engano, 1418, de 2008, que estabelece a forma como é feita a transferência das receitas do IVA. Para ser seriozinho, o que tinha era que chegar a 2012 e fazer exatamente a mesma operação, para poder comparar aquilo que é comparável.

O senhor vai ter uma alegria, de acordo com as previsões e de acordo com as informações que tem e que as domina, porque são dados que tem e que constam na Secretaria Regional das Finanças ou na Vice-Presidência do Governo. Irá ter em janeiro essa alegria e irá ter oportunidade para expressar essa alegria.

Agora não pode é com isso, a bem da honestidade intelectual, a bem da honestidade técnica e a bem da honestidade política, misturar alhos com bugalhos.

Portanto, nesta altura devia estar alegre, sim senhor, e estamos todos alegres, seguramente, aqui...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nota-se!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é mais “contentes”!

O Orador: ... porque existe a possibilidade de, relativamente aos funcionários da Administração Pública Regional, pagar o seu subsídio de férias e alegres também porque vamos deixar mais alegres alguns fornecedores do setor da saúde que vão ver pagos, ou já viram pagas, faturas que já tinham de há muitos e muitos meses atrás. Esses são os motivos de alegria.

O outro pode ser que seja, e aqui estaremos para falar dele.

Tem outras duas receitas fiscais que têm aumentos significativos, concretamente o IRS, que tem um aumento de 9 milhões de euros (e mais uma vez estamos a falar de informação que obviamente está na posse do Sr. Vice-Presidente do Governo e que nós não a temos, mas que corresponde à execução, até julho passado, segundo aquilo que disse em comissão), assim como em

termos de IRC um aumento de 15 milhões de euros que corresponde também às informações que já tem na sequência da entrega das declarações das empresas.

Não contestamos esses números, nem temos meios de os contestar. A única coisa que diremos nesse particular é que aqui estaremos atentos, como aliás nos compete, para verificar aquilo que se vai passar no final do ano. É aquilo que nos é exigido, é aquilo que o povo açoriano nos exige, é estarmos atentos relativamente às previsões. Mais uma vez digo aqui que estamos a falar em previsões.

Deus queira que as mesmas sejam obviamente conseguidas.

Depois, curiosamente falou aqui (na apresentação que fez em comissão inicialmente até se esqueceu disso), e há que reconhecer esse facto, que nem tudo são aumentos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu disse!

O Orador: Primeiro, na Comissão, não disse. Depois, reconheceu.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas disse aqui!

O Orador: Disse aqui. Aliás, eu acabei de reconhecer a honestidade que teve em dizer isso.

Há aqui um conjunto, creio que de cinco impostos, que têm uma redução de 17 milhões de euros, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a contribuir também para a redução do tabaco!

O Orador: ... impostos sobre o consumo, o que é perfeitamente natural que exista.

Numa situação como aquela em que estamos, em que vivemos a maior crise económica e financeira em tempos de autonomia, inclusivamente, se assim quiserem, também provocada por medidas de austeridade muito fortes provenientes da República, leva a uma quebra de 17 milhões de euros em cinco impostos.

Não estamos a falar propriamente em 20 ou 40 euros. Estamos a falar em 17 milhões de euros a menos nos impostos sobre o consumo, a que se junta os aumentos no IVA, no IRC e no IRS.

Tudo isso dá efetivamente os tais 45,7 milhões de euros com que aumentam as receitas fiscais e que dão efetivamente para cobrir, designadamente três tipos de despesas, para além de algumas que não têm uma expressão muito forte. São elas as seguintes:

Em primeiro lugar (e vamos despachar já esta, para depois falarmos nas outras), há um aumento de 1,3 milhões de euros na dotação provisional.

Foi questionado o Sr. Vice-Presidente em Comissão, para que é que eram estes 1,3 milhões de euros, para melhor segurança na gestão financeira da Região.

A única questão que aqui gostaria de deixar, como já foi aliás deixada em Comissão, é, Deus queira que esta segurança não seja só até ao final deste mês e, concretamente, não seja só até ao dia 29.

Deputado Francisco César (PS): Até ao final deste mês!

O Orador: Deus queira que sim.

Quanto às outras duas. Uma delas, 22,4 milhões de euros, para pagar o subsídio de férias aos funcionários da Administração Pública Regional.

Parabéns! Estamos contentes!

O PSD-Açores está contente porque defendeu aqui o pagamento do subsídio de férias aos funcionários da Administração Pública Regional.

Portanto, aquilo que se está agora a verificar na prática é uma coisa que defendemos na sua plenitude.

Segunda questão: 22 milhões de euros, reforço de transferências para o Serviço Regional de Saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está satisfeito!

O Orador: Mas quem é que anda a falar há meses na necessidade de efetuar os pagamentos aos fornecedores, em geral, e em concreto aos pagamentos do setor por parte dos hospitais? Estamos absolutamente contentes.

Deputado Francisco César (PS): Estão muito contentes!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): “Contente” não é a palavra certa!

O Orador: Achamos que o Governo está no caminho certo.

Agora não utilizamos exclusivamente aquilo que vem no preâmbulo desta alteração ao Orçamento da Região. Aliás, está incluído no nosso parecer. Isto permite a regularização parcial dos pagamentos a fornecedores por parte dos hospitais.

Deputado Francisco César (PS): Pessimismo!

O Orador: Ou seja, não podemos deixar de dizer aqui que não são 22 milhões de euros que resolvem todo o problema, como o senhor sabe muito melhor do que nós. O senhor sabe porque tem os números todos à sua disposição.

Sabe concretamente que a regularização que foi feita até ao momento, foi até 31 de dezembro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não! Já está desatualizado!

O Orador: Estamos a falar agora em mais nove meses. Se quiser, mais coisa, menos coisa, relativamente aos fornecedores locais, aos fornecedores regionais, temos 250 dias de incumprimento desses pagamentos.

Mais: relativamente aos fornecedores não regionais, estamos a falar de alguns deles com 600 dias de atraso nos pagamentos. Esta deve ser uma preocupação nossa relativamente aos não regionais e deve ser uma preocupação nossa por um motivo, é porque é mais do que sabido que há cortes em fornecimentos decorrentes desse não pagamento, em alguns casos de mais de 600 dias, e há alguns problemas no fornecimento.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Onde?

O Orador: O que é que isso cria?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fale de Santa Maria!

O Orador: Cria situações insustentáveis e de muita dificuldade para os utentes do Serviço Regional de Saúde, que muitas vezes não têm os cuidados de saúde atempadamente e de uma forma adequada que lhe são conferidos (porquê?), porque existem cortes em alguns dos fornecimentos feitos ao Serviço Regional de Saúde.

Só para deixar aqui a questão clara de que 22 milhões é um primeiro passo, mas é curto. É preciso que, para salvaguarda da saúde dos açorianos, sejam pagos

todos os fornecimentos feitos e que neste momento se encontram em incumprimento.

Em termos gerais, e da conjugação dos dois tipos de abordagem feitos até a este momento, eu diria que a alegria e a euforia...

Deputado Francisco César (PS): Qual alegria?

O Orador: ... são, neste caso, mera retórica. Sabemos muito bem, independentemente do jogo dos números.

Mas os açorianos, as famílias açorianas e as empresas açorianas sabem muito melhor do que nós ...

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que votaram em nós!

O Orador: ... as dificuldades que estão a viver no dia-a-dia e as dificuldades que estão a viver ao longo dos últimos dois a três anos. Conhecem perfeitamente as dificuldades.

Não é com mais manipulação dos números que possa ser feita, com mais alegria demonstrada por determinada execução, que se resolvem os problemas e as dificuldades das pessoas.

É por esse mesmo motivo que, no computo global, o PSD-Açores decide manter o voto que teve relativamente ao orçamento em março passado, porque considera e porque respeita as necessidades das famílias e das empresas açorianas, respeita as necessidades e os interesses que têm os açorianos, por isso mesmo entende neste momento que deve continuar a não inviabilizar as políticas levadas a cabo por este Governo Regional neste momento de crise que afeta seriamente famílias e empresas, o maior número, sem dúvida, em toda a história da autonomia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O anúncio, pelo Governo Regional, da apresentação de um orçamento retificativo – após ter negado, pela voz do seu Vice-Presidente, a necessidade do mesmo –, criou, nesta bancada, alguma expectativa, sobre o alcance desta retificação ao Orçamento Regional de 2013.

Infelizmente, essa expectativa foi gorada.

Ao contrário das promessas eleitorais de Outubro passado – as quais propagandeavam que a política do Partido Socialista, no Governo Regional, seria uma barreira à política de austeridade estúpida do Governo da República e à política de terror sobre os direitos de quem trabalha ou está reformado – o Governo do PS, quer no seu orçamento, quer na sua prática, assentou no mimetismo da política do governo PSD/CDS, embora, em tons mais suaves.

Poderia ser, esta iniciativa de retificação do Orçamento, o instrumento privilegiado para, de facto, o Governo Regional apostar em políticas sérias de favorecimento do mercado interno, combater o constante empobrecimento de camadas cada vez maiores da população, bem como o desemprego gigantesco.

Por exemplo, o aumento proposto, pelo Bloco de Esquerda, de 15 euros, nas reformas mais baixas, era de facto, não só um sinal de uma política de esquerda, como uma necessidade para a vida destas pessoas e um contributo para a economia contracíclica de que tanto se necessita.

Poderíamos, portanto, estar mais alegres e mais contentes, como já aqui foi dito, nesta câmara?

Poderíamos, sim senhor. Mas faltam algumas coisinhas importantes, sobretudo para as pessoas.

Mas, nem esta medida de aumento das pensões mais baixas, proposta pelo Bloco de Esquerda, e que é uma medida, do nosso ponto de vista, de grande alcance social e de restrito peso orçamental, o Governo é capaz de avançar.

Em contraste, o Governo Regional apressa-se a declarar que a obra para amigos, que é a estrada na Fajã do Calhau, será, rapidamente, reconstruída.

Deputado Francisco César (PS): Fajã do Calhau/Orçamento retificativo!

A Oradora: Ou seja, para isso há sempre dinheiro, para a fazer e para a reconstruir rapidamente. Para aumentar as pensões de quem ganha uma miséria, não há dinheiro.

Obra inútil (refiro-me à obra da Fajã do Calhau), nesta fase da vida da Região e, segundo muitas vezes avisadas, de difícil execução e manutenção, como, em poucos meses, ali ficou provado. Dizer que aquela obra custou só 1 milhão e oitocentos mil euros já é muito, muito duvidoso. Mas, agora, de rompante, toca a responder aos amigos e vamos reconstruí-la.

É este profundo contraste que, nem por um pouco, este Orçamento retifica e o PS perde mais uma oportunidade de fazer jus à sua promessa eleitoral.

Sendo esta retificação centrada em duas medidas – com as quais, como é obvio, estamos de acordo, pois pugnámos por elas, aqui, nesta câmara e fora dela, isto é, o pagamento dos subsídios de férias e o combate à desorçamentação da Saúde –, elas não obscurecem o global do Orçamento, o qual (como o assumimos nesta casa na altura própria) não serve a emergência social que se vive na Região.

Não esqueçamos que neste triste fado do não pagamento do subsídio de férias – apelidado de medida estúpida por dirigentes regionais do PS –, o Governo Regional tentou, numa primeira fase, iludir os/as Açorianos/as, afirmando que era proibido pagar. Rapidamente, ficou demonstrado que tal não era verdade.

E só o fez – é bom não esquecer –, depois do Tribunal Constitucional a isso o ter obrigado, e mesmo assim não de acordo com a lei em vigor, que diz que até ao último dia do mês de junho o subsídio deve ser pago.

Nós recebemo-lo em julho.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, esse comboio já passou e a senhora perdeu!

A Oradora: Não deixa de ser estranho ter que dar os parabéns a quem cumpre a lei, Sras. e Srs. Deputados. A quem cumpre a lei, diz-se que está dentro da lei; a quem não cumpre a lei, que é o caso do Governo da República, diz-se que está fora da lei.

Agora, ninguém tem que dar os parabéns a um Governo a uma instituição por cumprir a lei.

Aqui, cabe fazer a pergunta: qual a diferença de substância, com o Governo da República, no que respeita a este caso (ao caso fundamental do Orçamento Retificativo)? A evidência responde: nenhuma! Porque a diferença de substância está ausente do Código de Trabalho, do pagamento do subsídio de férias e de Natal em 2012, e do aumento do acréscimo regional ao salário nacional, e já agora do pagamento do subsídio de férias de 2013 em junho, como manda a lei.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Queria pagar em junho?!

A Oradora: No fundo, Sras. e Srs. Deputados, estamos perante um Orçamento Retificativo que não retifica a política errada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Queria que eu pagasse em junho?!

A Oradora: Antes, cumpre uma formalidade e, mesmo essa, formalidade, que é o pagamento de subsídio de férias de 2013, começou por ser negada pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamento, Sr. Vice-Presidente, mas não posso comungar da satisfação (legítima, certamente!) com que V. Exa. manifestou na tribuna, na apresentação do Orçamento Retificativo.

Não comungo dessa satisfação, porque todo este processo poderia ter sido, em minha opinião, evitado. Poderia ter sido evitado se o Governo e a maioria que o sustenta tivessem usado as competências autonómicas que têm e que temos, para em sede própria, na discussão do Orçamento e do Plano para 2013, tivesse acolhido, ou por iniciativa própria, por mote própria, as propostas dos diferentes

partidos da oposição, para que fosse pago o subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Perdoe-me Sr. Vice-Presidente, mas esta encenação, ...

Deputado Francisco César (PS): Encenação?!

O Orador: ... esta encenação política que V. Exa. nos traz aqui, demonstra um outro aspeto que não é menos gravoso.

O aumento da receita resulta não de uma nova dinâmica económica, mas de uma forte penalização fiscal que se abateu por responsabilidade (é certo!) do Governo da República sobre as famílias açorianas.

Aliás, no próximo ano é expectável que a receita própria da Região venha a aumentar em virtude da redução do diferencial fiscal de 30 para 20%.

Podemos até concluir efetivamente que as políticas de austeridade que têm sido impostas ao país pela governação do PSD e do CDS-PP, acabaram por beneficiar o estado de saúde das finanças públicas regionais e talvez por isso, Sr. Vice-Presidente, a posição do Governo e do Partido Socialista tenha sido de flacidez política, para mim incompreensível, em relação à utilização dos mecanismos autonómicos para contrariar a penalização das famílias, das empresas açorianas, e trilhar a verdadeira via açoriana para o desenvolvimento, mas ao invés disso, o Governo do Partido Socialista tem optado por atalhos e veredas e a via açoriana para o desenvolvimento não passa, pelo menos até agora, de uma mera retórica.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E os pensionistas, também é retórica?

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, a posição da Representação Parlamentar do PCP, em relação a este Orçamento Retificativo, não vai ser nem de alegria, nem de apoio a esta proposta.

A Representação Parlamentar do PCP, até porque considera que este problema poderia e deveria ter sido resolvido na altura própria, vai abster-se.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente, gostaria de reafirmar nesta matéria que a posição do Governo dos Açores, perante esta proposta, não é uma posição de alegria. É uma proposta de satisfação, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Satisfação sem alegria não é uma coisa muito normal!

O Orador: ... porque é possível aos açorianos não terem a necessidade de impor mais medidas de austeridade adicionais e podermos acomodar não só o pagamento já feito do subsídio de férias como também o aumento das transferências para o Serviço Regional de Saúde, sem reduzir investimento público, sem introdução de medidas de austeridade.

Foi isso que eu disse e é isso que reafirmo.

Mas essa posição deve ser assumida, como eu disse, sem euforias, porque temos a noção que existe muito trabalho para fazer...

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... que existem muitas famílias e empresas em dificuldades e isso exige um esforço adicional muito grande. Temos desafios muito grandes pela frente...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... que temos que enfrentar e temos que vencer.

É uma boa notícia, mas esta boa notícia só nos faz reforçar a nossa energia, a nossa força, a nossa convicção para o muito que ainda há a fazer, para as muitas dificuldades que ainda existem, ...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... mas também para a muita convicção que todos em conjunto vamos vencer.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Estão à espera de mais notícias da República!

O Orador: Segundo aspeto que é importante dizer.

Nós não consideramos que o aumento de impostos gere mais receita fiscal, aliás, o que o país tem assistido é que o aumento dos impostos tem levado a uma redução da receita fiscal.

Deputado Berto Messias (PS): Isso era a cartilha do Ministro Vítor Gaspar!

O Orador: Esse modelo, que era o modelo defendido pela troika, já foi, na realidade, felizmente e para felicidade dos portugueses, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... devidamente abandonado porque não corresponde à realidade.

Quando se tenta argumentar que o aumento da receita fiscal é resultado do aumento de impostos, então temos que comparar, no mesmo aumento de taxas de imposto nos Açores e na República, qual foi a diferença do efeito? Vamos ver:

Deputado José San-Bento (PS): Essa é que é a questão. É a mesma matéria!

O Orador: No IVA, a variação do imposto foi menos nos Açores do que na República. Em 2012, depois do apuramento final do IVA, o IVA cresceu 20% nos Açores e cresceu 2% na República.

Portanto, nada justifica pelo aumento dos impostos.

O mesmo aconteceu em relação ao IRC...

Deputado José San-Bento (PS): O Deputado António Marinho vai explicar isso!

Deputado António Marinho (PSD): A ti não explico. É muito difícil de compreender!

Deputado Berto Messias (PS): Que arrogância!

O Orador: ... onde houve um aumento de 70% nos Açores e de 7% no conjunto do país, de acordo com os dados da Direção Geral do Orçamento, do Ministério das Finanças, no passado mês de julho.

Portanto, também desmonstra completamente a intenção de quem diz que estes resultados têm a ver com a variação de taxas de imposto, porque se fosse assim seriam iguais no país todo e as nossas foram substancialmente melhores do que no resto do país.

Terceiro aspeto essencial que importa abordar, tem a ver com o que disse o Sr. Deputado António Marinho.

Como nós alertámos – eu alertei e a bancada do Partido Socialista alertou – em relação às declarações do Sr. Deputado Duarte Freitas, o que ele não podia ter feito era comparar o IVA efetivamente gerado em 2012 no continente, com um pagamento antecipado por duodécimos do IVA da Região em 2012. Foi esse erro que o Sr. Deputado cometeu, porque como dissemos, só podem ser comparadas realidades idênticas.

Só após o apuramento do IVA em 2012, efetivamente gerado na Região, se pode comparar com esse dado da República. Como dissemos na altura, essa comparação só podia ser feita em maio ou em junho.

Foi isso que fizemos e, felizmente, para os açorianos, os indicadores apresentados são exatamente o contrário do que afirmou em março o Sr. Deputado Duarte Freitas e, conseqüentemente, sendo ele que usou uma argumentação para tirar uma conclusão da dimensão da austeridade nos Açores, com certeza será ele que teremos oportunidade de ouvir reconhecer que estava errado e que afinal, com os mesmos indicadores, exatamente usando a mesma argumentação, hoje venha reconhecer que a conclusão que tirou em março, felizmente para os Açores e para os açorianos, é contrária àquilo que afirmou. Estamos a aguardar essa mesma intervenção.

O terceiro aspeto essencial nesta matéria, que também foi aqui referido, tem a ver com a dotação provisional.

A dotação provisional foi novamente reposta no valor que tinha inicialmente. A dotação provisional é um bom instrumento de equilíbrio orçamental.

Portanto, o valor que o Orçamento tem em 2013, de dotação provisional, corresponde ao que tinha nos anos anteriores e é exatamente esse um contributo para reforçar o equilíbrio orçamental e dessa forma também se reforçar a segurança da execução orçamental.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Eu diria que à medida que o tempo passa neste debate, a sua alegria vai desvanecendo. O senhor entrou ali muito alegre e muito contente...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Contente, sempre!

O Orador: ... a fazer esses anúncios todos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E também o Presidente da sua Comissão Regional está contente!

O Orador: Comissão Regional?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, sim.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ele também está contente.

O Orador: Sr. Vice-Presidente, felizmente, e antes de ir à substância, no meu partido, ainda há liberdade das pessoas dizerem o que querem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Olhe que outro dia no jornal não era bem assim!

Deputado Berto Messias (PS): Mas que incómodo é esse?!

O Orador: O senhor já não pode dizer o mesmo do seu partido. É uma diferença substancial.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se quisesse entrar nessa matéria, que não vamos (ficará para outra discussão quando quiser), eu explico-lhe a liberdade, a começar pela Ilha Terceira, onde o senhor preside à Comissão do Secretariado de Ilha, para não ir à bicefalia regional da presidência do PS, mas lá iremos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sr. Deputado, o senhor esteve tão perto de apanhar uma resposta torta!

O Orador: Não me perco, Sr. Presidente. Olhe que não!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O quê? De apanhar uma resposta torta? Teve, teve!

O Orador: Para citar o seu camarada, Soares, olhe que não, ou o camarada do Aníbal (acho que é do Aníbal).

Deputada Zuraida Soares (BE): É do Aníbal!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente esquece-se, como já foi dito, de anunciar aqui, que só pagou o subsídio de férias porque foi obrigado pelo Tribunal Constitucional, porque senão não o tinha pago, como não o fez em 2012.

Devia ter pago em 2012 para manter exatamente essa diferença da República e os açorianos não sofrerem de tanta austeridade como sofreram devido ao Governo da República.

Em 2012 o senhor não pagou. Arrecadou o dinheiro para o Governo, tornando o Governo mais rico e os açorianos mais pobres.

Quando o Tribunal Constitucional em abril decidiu, o senhor, mesmo assim, retardou, à semelhança do Governo da República...

Deputado Francisco César (PS): À semelhança? À semelhança não! Lá fora ainda não pagaram!

O Orador: ... a sua decisão de pagar o subsídio de férias.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Lá fora ainda não pagaram!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, vou ler o GaCS: “Governo dos Açores aprovou o Orçamento Retificativo que representa reforço de 45 milhões de euros.

Esta revisão em alta do Orçamento da Região assenta essencialmente no aumento de 42 milhões de euros da receita de IVA, na sequência do aumento do consumo interno...”

Pergunto-lhe: venderam-se mais carros na Região?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então como é que aumentou? Caiu do céu?

O Orador: Vendeu-se mais cimento na Região?

Onde é que se aumentou? Quais foram as vendas que aumentaram na Região?

Foram carros? Foi cimento? O que é que aumentou na Região, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Francisco César (PS): São os produtos com IVA!

O Orador: Consumiu-se mais gasóleo? Consumiu-se mais gasolina?

Quando vamos ver, esses impostos diminuiram todos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então como é que explica?

O Orador: O senhor é que vai ter que explicar, não sou eu, como é que explica esse aumento.

Deputado Francisco César (PS): Foram por obra e graça do Espírito Santo?

O Orador: Mais abaixo o senhor até dá uma explicação para o aumento, e é isso que está aqui a esconder.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que é?...

O Orador: O senhor até aqui foi claro. Portanto, divulgou-a publicamente.

“O aumento da receita de IVA foi determinado [não foi pelo consumo interno, mas pela justificação que o senhor aqui dá no seu comunicado de imprensa] após um exaustivo e pormenorizado trabalho de apuramento final do IVA efetivamente gerado na Região, que veio a demonstrar que os montantes transferidos provisoriamente pela República eram substancialmente inferiores ao IVA ...”

O que quer dizer é que estava a ser transferido menos, o que quer dizer que não aumentou a atividade económica na Região, Sr. Vice-Presidente.

Aqui é que o “gatinho estava escondido com o rabo bem de fora”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que grande cambalhota!

O Orador: Portanto, o aumento do consumo interno é uma miragem, é falso, não é verdade. Se não, o Sr. Vice-Presidente vai dizer-me aqui quais foram as áreas em que aumentaram o consumo interno nos Açores.

Foi no cimento? Foi no vestuário? Foi nos carros?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi na exploração do petróleo!

O Orador: Em que áreas? Essa justificação o senhor vai ter que dar aqui a esta Assembleia, porque o senhor efetivamente dizendo a verdade, na sua primeira intervenção, foi agora apanhado pela sua verdade, porque o que aumentou foi

efetivamente um erro de cálculo e de transferência da República para aqui, ou seja, mais uma vez foi a República a salvar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A salvar? Quer dizer, ficou com o dinheiro que é nosso, e ainda nos salva!

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas, queria informar a câmara que está presente nas galerias um antigo Deputado desta Casa, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Agora sim tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero em primeiro lugar dizer que entendo que na política nós obviamente compreendemos que haja uma certa latitude na argumentação, nas posturas, nas formas de dizer as coisas. Não é que da verdade se possa fazer uma inverdade, mas percebemos que nas interpretações há uma certa latitude na análise política em função da perspetiva.

Mas quero dizer-lhe a si, Sr. Vice-Presidente, e a todos nesta sala, que eu tenho um defeito enorme, eu não consigo dizer hoje que é branco, a mesma coisa que amanhã digo que é preto, como ouvimos hoje de manhã o Sr. Vice-Presidente referir em relação à Lei de Finanças das Regiões Autónomas. É algo que me ultrapassa e penso que se calhar me penaliza politicamente.

Dito isto, como princípio, quero dizer-lhe também que as referências que fiz e que o senhor aqui trouxe à coação, foram baseadas no boletim de execução orçamental do Governo Regional de dezembro de 2012, em que os números que referi são os que aqui estão. Sucede e é verdade que diz que no ano de 2012 os valores são provisórios. Sim senhor, é verdade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não são provisórios!

O Orador: E na Conta de 2012, que o senhor apresenta em 2013, não estão exatamente os mesmos valores que estavam no boletim de execução orçamental do Governo Regional de dezembro de 2012?

É óbvio que nós temos que trabalhar com os dados oficiais, ...

Deputado Francisco César (PS): Está a pedir desculpa?

O Orador: ... Sr. Vice-Presidente, e neste caso deve reconhecer que eu trabalhei com honestidade com os números que são do próprio Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu não disse o contrário!

O Orador: Sendo números provisórios que estão boletim de execução orçamental, a verdade é que fazem parte da Conta de 2012 que o senhor apresentou em junho de 2013, Sr. Vice-Presidente.

Portanto, com números destes, que embora tendo um asterisco a dizer que são provisórios, são confirmados na Conta, o que é que o senhor quer que eu faça? Que não acredite nos números que o Governo Regional publicita?

Deputado Francisco César (PS): Pode acreditar no Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Eu tenho que acreditar nestes números, é evidente!

Agora de resto também devo dizer-lhe que sei bem aquilo que diz o número quatro da portaria do Ministério das Finanças 1418, de 2008.

É verdade, em cada ano, até abril, há acertos do ano anterior e é por isso que temos que comparar números homólogos. Certamente o Sr. Vice-Presidente terá números homólogos, mas quando comparar as receitas que tem o ano N, juntando as do ano N - 1, também no ano N - 1 tem que contar com as do ano N - 2. isto é evidente!

É óbvio que é preciso demorar mais um bocadinho para explicar, mas temos que ser honestos nestas matérias e quem percebe e ouve penso que compreende. Agora, infelizmente na política a demagogia circula muito mais rápido que a explicação.

Deputados Luís Maurício e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Infelizmente na política quem tem que explicar muitas vezes já perdeu.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu tenho que explicar da mesma maneira, Sr. Vice-Presidente. Eu sou intrinsecamente honesto. Eu não consigo dizer que é branco, aquilo que é preto. Se calhar é um defeito da política açoriana, mas eu assumo, Sr. Vice Presidente.

Eu não consigo mentir dizendo que é branco aquilo que é preto e aquilo que fiz foi baseado nos números que o senhor (o Governo Regional), no seu boletim de execução orçamental, fez publicar.

Mais do que isso, sendo provisórios na Conta de 2012, apresentado em 2013, estavam lá exatíssimamente os mesmos números.

O que é que o senhor quer que eu faça? Eu não tenho os acertos.

Agora, se o senhor tem os acertos por favor faça na contabilização do N, os acertos do ano N - 1, mas no ano N - 1 também faça contando os acertos do ano N - 2.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): A culpa é nossa!

O Orador: É isso que é preciso fazer! É isso que tecnicamente se impõe, Sr. Vice-Presidente!

Portanto, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que mesmo sendo um defeito da política açoriana, eu não consigo dizer uma inverdade dessa natureza. Ponto um.

Ponto dois: Correndo o risco de quem explica já perde, não posso deixar de o fazer aqui. Sou não só honesto intelectualmente, como lhe digo que usei os números que o senhor fez publicar. Digo-lhe também, que se quer fazer as contas com os N - 1, faça também em N - 1 com as receitas de N - 2. É só o que tenho a dizer.

De resto e a terminar Sr. Vice-Presidente, eu espero que o senhor tenha tanta convicção nesta matéria como noutra que infelizmente o senhor proferiu há pouco tempo.

Quando há pouco tempo o senhor disse que nós não tínhamos competência própria em relação à regulamentação das 40 horas, eu espero que o senhor não esteja correto na análise. Mas o senhor foi muito seguro nessa análise.

Estou para ver se o senhor tinha razão e devemos provar também quem é que é tão afirmativo e quem é que ao fim e ao cabo tem que engolir o que disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Peço desculpa Sr. Deputado Duarte Freitas mas eu também não consigo deixar passar o que disse sem dizer-lhe que depois das suas afirmações parece que quem tem culpa do seu engano é o governo e o PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não é engano!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É comparar o que é comparável!

Deputado António Marinho (PSD): Não é engano, nem é trifulhice!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor insiste em não perceber!

O Orador: Há um defeito na bancada do PSD: o senhor é tão honesto, tão honesto, que não consegue deixar ou evitar que a sua bancada o faça, que é adjetivar constantemente, negativamente, esta bancada pela bancada do PSD.

Deputado Duarte Freitas (PSD): De onde isso vem! Isso não é para mim. O senhor sabe o que é que vem daí!

O Orador: Pare de dizer, e a sua bancada, constantemente que há falta de seriedade, que há trifulhice! Sr. Deputado o debate político não é feito desta

maneira, deve ser feito a um nível mais elevado, como o senhor em tempos defendeu.

Portanto se defendeu isso que o concretize e que exija à sua bancada que pratique essa elevação na política.

Deputado Bruno Belo (PSD): Olha quem fale!

Deputado Luís Maurício (PSD): Olhe para a sua direita!

O Orador: Sejam os mais básicos possíveis. Nós temos em análise um orçamento retificativo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que não era para vir, não era necessário!

O Orador: ... que na base tem um aumento de receitas e este orçamento retificativo tem como objetivo pagar a um conjunto de fornecedores do Serviço Regional de Saúde, tem como objetivo inscrever no orçamento, o pagamento do subsídio de férias. É o que é este orçamento. É a constatação de uma promessa e de um conjunto de compromissos eleitorais do PS.

O que é que nós assistimos nesta bancada?

Aquilo que nós assistimos neste Plenário foi, por um lado o PSD e o CDS, quase como coligados, a tentar dizer que a receita fiscal, provavelmente pode não atingir os valores que os senhores preveem, isso que ainda eram dados provisórios. Mas olhe, há impostos que ainda descem.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu disse!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E eu!

O Orador: Diz o Sr. Deputado António Marinho. Diz o Deputado do CDS: “Não há nenhum aumento efetivo de receita fiscal, não há, não pode haver. Os senhores é que tiveram um erro de previsão”, que afinal foi superado positivamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: Vem a Esquerda e a Esquerda o que vem dizer é que este orçamento não vai tão longe quanto deveria ir. O Sr. Deputado tem oportunidade de esclarecer em relação ao que disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não sabe o que está a dizer. Eu não disse isso. Isso é falso!

O Orador: Vem a esquerda e vem dizer que poderiam ir muito mais longe em termos de apoios sociais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, aquilo que eu tenho para vos dizer é que a aprovação deste orçamento rectificativo é muito mais e muito maior do que um reforço orçamental de 45,7 milhões de euros.

A apresentação deste orçamento rectificativo tem como o simbolismo principal, e eu percebo que não agrada à nossa oposição, a constatação de que nós estamos a trilhar um rumo que sempre dizemos que devia ser seguido: uma via açoriana para o desenvolvimento, uma via açoriana assente no rigor sustentado das nossas contas públicas que permite pôr em ordem as contas e as dívidas que nós tínhamos aos fornecedores regionais da saúde; uma via açoriana que estabelece o rumo e que dá credibilidade às nossas previsões orçamentais; um rumo de manutenção de todos os nossos compromissos sem pôr em causa os equilíbrios orçamentais, sem aumentar impostos e sem efetuar cortes nas prestações sociais.

A apresentação deste orçamento rectificativo é a constatação da marca da governação do PS, de que é possível governar bem, de que é possível governar com rigor mas tendo uma preocupação social, tendo como centro da nossa atividade, e das nossas preocupações, as pessoas.

Nós sempre afirmámos que é possível gerar riqueza junto das empresas sim, mas esta não deve ser feita à custa das pessoas; que é possível manter o rigor na gestão das contas públicas, sim, mas mantendo um conjunto de apoios sociais desenvolvidos, um conjunto de medidas sociais sucessivamente apresentadas por este Governo e concretizadas, desde o apoio ao comércio tradicional, apoios às pequenas e médias empresas, apoios à revitalização de empresas, apoios à internacionalização dessas empresas, à comercialização de produtos regionais, produção de capital de risco. Há um trabalho que está a ser feito por este Governo. Há um trabalho que tem vindo a ser trilhado por este Governo de que

é possível governar com sensibilidade social, de governar sem puxar a economia para baixo com permanente pessimismo que muita da nossa oposição tem alarido neste Parlamento.

Nós sabemos que o caminho é duro, é certo. Nós sabemos que esse percurso tem reveses, de que os dados que nós temos hoje disponíveis não nos permitem alardear, estar aqui com conclusões acima daquilo que na verdade esses dados constituem. Mas, Sras. e Srs. Deputados, nós temos orgulho de termos sido escolhidos pelos açorianos para podermos ajudar a ultrapassar o maior desafio que temos pela frente: o desafio da crise, o desafio da criação de emprego, o desafio da geração de riqueza junto das pessoas.

Este é um compromisso do PS que nós vamos continuar a prosseguir custe o que custar, contra quem tiver e quem se puser no nosso caminho, porque para nós as pessoas estão em primeiro lugar.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Falta receber a tática!

O Orador: Sr. Vice-presidente, não recebo a tática de ninguém, mas tenho a preocupação de me informar junto de V. Exa., como de todos os outros Deputados e todos os outros agentes políticos, que tenham uma informação sobre um assunto da maior importância que estamos aqui a discutir. É uma preocupação minha. Penso que será essa preocupação que V. Exa. também tem de se informar o melhor possível sobre o conjunto de problemas que afetam a nossa Região.

Mas devo dizer-lhe o seguinte: eu considero que em relação a esta questão o relatório da Comissão é absolutamente esclarecedor e sintetiza bem a plena dimensão daquilo que nós estamos aqui a dizer e que estamos aqui a discutir, fundamentalmente neste parágrafo que tem estes três pontos.

Nós estamos aqui a falar em termos de aumento da despesa resultante do pagamento do subsídio de férias dos trabalhadores da administração pública (ponto número um) e aí estamos de acordo obviamente, já estávamos antes. A nossa posição que foi defendida aqui em anos anteriores, também já em 2012, foi no sentido de que o Governo Regional tinha competências, a Região Autónoma dos Açores tinha competências para proceder ao pagamento do subsídio de férias.

Nós considerávamos que o não pagamento do subsídio de férias era ilegal, o Tribunal Constitucional confirmou essa matéria e portanto o Governo Regional não está aqui a fazer nada que não pudesse ter feito antes, o que está a fazer neste momento é já a reboque das decisões todas que têm sido tomadas e evidentemente não pode deixar de cumprir a lei, ou seja, pagar os subsídios. Portanto atribuir esta dotação é evidente que nós estamos de acordo.

A segunda questão é a necessidade do aumento das transferências para o Serviço Regional de Saúde, na sequência da regularização parcial de pagamentos a fornecedores dos hospitais.

Também aqui o Governo Regional está verdadeiramente a retificar um comportamento que devo dizer, com justiça, foi seguido pelos governos anteriores, mas tem vindo a ser atenuado pelo atual Governo, que é no sentido de atribuir uma dotação mais correta para as necessidades do setor da saúde.

Como V. Exa. bem sabe e aí tem responsabilidades objetivas, existiu uma suborçamentação ao nível da saúde e, portanto, os quantitativos que têm sido disponibilizados pela Região para o setor têm sido insuficientes.

Portanto, neste momento o que existe é uma regularização parcial dessa situação. Também aí trata-se de uma retificação e evidentemente que o PPM está de acordo.

Em relação ao terceiro ponto, como aqui foi muito bem referido pelo Sr. Deputado Artur Lima, quando perguntou onde é que está o aumento da atividade económica, nós não a percecionamos, nós neste momento não temos essa perceção, nem os agentes económicos têm a perceção desse crescimento.

Deputado Francisco César (PS): Nem queremos!

O Orador: Tomara que assim fosse.

Sr. Vice-Presidente, é meu desejo que a região recupere o mais depressa possível e que a atividade económica aumente nos Açores. Esse é o meu desejo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o meu também!

O Orador: Mas não é isso que eu vejo. Não é isso que os agentes económicos podem perceber.

Portanto, o que existiu aqui foi de facto como o Sr. Deputado Artur Lima disse, e muito bem, um acerto de contas, que permite de facto disponibilizar estas verbas e essas verbas são canalizadas para dois setores, fundamentalmente, e são canalizadas na nossa perspetiva de forma correta, porque nós consideramos que são, de facto duas prioridades, aliás são prioridades que decorrem da lei, porque pagar os subsídios decorre da lei e pagar o que se deve também decorre da lei.

Portanto nesse sentido o que eu considero é que não é de forma nenhuma correta a interpretação que V. Exa., devo dizer, foi mais comedido e portanto nesse sentido não apresentou aqui, de facto este assunto como um milagre económico súbito, V. Exa. foi comedido. A mesma coisa não posso dizer da intervenção do Grupo Parlamentar do PS que foi muito mais além do que aquilo que de facto nós estamos a discutir e tirou ilações que de forma alguma se sustentam na realidade.

Deputado Francisco César (PS): Diga-me lá uma!

O Orador: Portanto, meus senhores, em relação a esta matéria, o que devo dizer é que as conclusões são absolutamente lineares, duas áreas que precisam de ser reforçadas, um aumento da receita fiscal que resulta não de um aumento da atividade económica mas de um acerto com o Governo da República.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente. Sr. Deputado Paulo Estêvão o que distingue este orçamento não é a reposição do subsídio de férias. O que distingue este orçamento em

relação àquilo que se faz no resto do País é que nós repomos o subsídio de férias sem ter que cortar na despesa e sem ter que introduzir austeridade adicional para que com a mesma despesa não se possa aumentar a despesa.

Felizmente conseguimos repor o subsídio, aumentar as transferências para o Serviço Regional de Saúde, sem ter que cortar no investimento pública, sem ter que cortar nas despesas e sem introduzir medidas de austeridade. Aí é que está a nossa diferença.

Segunda questão essencial, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Ninguém coloca em causa, não só a sua honestidade, como a honestidade de todos os Deputados desta Casa e de todos os membros desta casa. Mas também ninguém nesta Casa pode assumir que nunca se engana e que não comete erros.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: Errar não é sinónimo de desonestidade. Errar é humano e todos erramos, como também deve ser um bom princípio reconhecer que nos enganamos porque todos nos enganamos.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: O seu erro, que foi alertado na altura, Sr. Deputado, e insistiu no erro, foi comparar dados provisórios que eram dados que eram já finais, ou seja, comparar dados provisórios da Região com dados finais da República.

O Sr. Deputado não reparou, mas eu na minha intervenção deduzi já os efeitos das correções, ou seja, quando eu disse o aumento de 20% no IVA, já tinha deduzido os efeitos dos acertos das correções.

Portanto, a conta que o Sr. Deputado solicitava que eu fizesse foi aquela que eu já tinha feito e já lhe tinha dito na minha intervenção, porque na proposta que aqui é apresentada o aumento do IVA é superior a 20%. Eu quando referi 20%, foi tendo em conta isso. O Sr. Deputado estava se calhar distraído ou não percebeu o que eu disse.

Isso responde à questão do Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Artur Lima, uma coisa é o valor da receita fiscal arrecada em sede de IVA em 2013 que conjuga os acertos com o IVA efetivamente gerado. Isso na proposta está nos 212 milhões de euros. Mas outra coisa é retirar os efeitos

dos acertos e aquilo que eu disse daquela Tribuna, quando disse que o aumento do IVA nos Açores efetivamente gerado foi de 20%, já tinha retirado, e o senhor não percebeu os efeitos desses acertos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o que está no orçamento!

O Orador: Não, não. Eu nem falei do que está no orçamento, eu falei do IVA efetivamente gerado sem os efeitos dos acertos.

E digo-lhe mais: em 2011, depois do apuramento final, o IVA gerado na Região sem efeitos de acertos, sem a questão que o Sr. Deputado Duarte Freitas fez do N-1, do N-2, foi 169,7 milhões de euros, IVA efetivamente gerado em 2011; IVA efetivamente gerado em 2012 sem os efeitos de acertos de anos anteriores ou efeitos potenciais de anos posteriores foi 203 milhões de euros, ou seja, comparando os anos sem os efeitos dos acertos, o IVA em 2011 foi 169 milhões de euros; o IVA gerado em 2012 foi 203 milhões de euros. Se repararem é um aumento de 20% e foi os 20% que aqui falei e que aqui referi.

Portanto, o Sr. Deputado não tinha razão no que disse, nem o Sr. Deputado Duarte Freitas tinha razão naquilo que afirmou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas eu citei-o, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Outra questão, Sr. Deputado Artur Lima, que nós temos que esclarecer.

O Sr. Deputado acha que a República pagar aquilo que nos deve é estar a salvar a Região!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Que nós fomos salvos pela República porque a República pagou atrasadamente aquilo que já nos devia ter pago, aquilo que é direito dos açorianos e dos Açores! Acha que é salvar a Região! É salvar a Região pagar aquilo que é nosso!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, uma coisa é defender as convicções do seu partido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi isso que eu disse!

O Orador: O Sr. Deputado disse claramente: “mais uma vez veio a República salvar a Região!”. Não veio salvar, veio pagar em atraso aquilo que era nosso,

aquilo que era o nosso dinheiro, aquilo que eram os descontos dos nossos impostos, aquilo que era dos Açores, aquilo que era dos açorianos. Isso deve ficar também registado.

Em conclusão: podemos enganar-nos utilizando indicadores que não devíamos ter utilizado, agora também devemos (quando se demonstra que esses indicadores provisórios não deviam ter sido utilizados) manter o mesmo raciocínio e tirar as conclusões que se tirou com dados provisórios.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estão na conta, não são provisórios, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: É isso que ainda falta fazer.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está na conta!

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Luís Maurício. Alerto para que tem pouco mais de um minuto.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este orçamento retificativo apresenta-se como o solucionador de dois problemas com os quais o PSD se identifica e apoiou desde sempre: o pagamento do subsídio de férias a funcionários públicos; o pagamento a fornecedores no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Berto Messias (PS): Quanto ao subsídio não é bem assim!

O Orador: No entanto, e porque não tenho mais tempo do que isso, do aquele que me referiu, um minuto, queria no entanto afirmar que é abusivo por parte do Sr. Deputado Francisco César dizer que este orçamento retificativo põe em dia as dívidas do Governo para com o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: Isso não é verdade, é falso e esse pagamento de 22 milhões de euros põe apenas em dia, até final de 2012, o pagamento a fornecedores regionais. Faltam pagar os fornecedores nacionais.

Mais, há, por falta de liquidez dos armazenistas locais, algumas empresas fornecedoras de medicamentos e dispositivos médicos que deixaram de fornecer

através dos armazenistas locais e passaram a fazê-lo diretamente aos nossos hospitais da Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vão ser pagos a pronto!

O Orador: Posso dizer-lhe para sua informação que há mais do que uma empresa que neste momento se situa como credora aos hospitais da Região por um período superior a 600 dias, correndo-se o risco dessas mesmas empresas, no que diz respeito a medicamentos que são fundamentais para o tratamento de determinado tipo de situações, eventualmente cortarem o fornecimento aos nossos hospitais.

Portanto, aquilo que eu vos quero dizer esta câmara é que a austeridade nacional não impediu que o Governo da República saldasse metade daquilo que devia à indústria farmacêutica, mas mais do que isso assumiu um compromisso em termos de planificação de pagamentos a quem devia, coisa que até agora os senhores foram incapazes de fazer.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As passagens aéreas não estão!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está tudo pago!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Informo que a bancada do PSD já não tem mais tempo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Até parece que o Governo Regional ao cumprir a sua obrigação vem fazer um favor aos açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi o que eu disse!

O Orador: Foi isso que o Governo Regional, o Sr. Vice-Presidente nos vem aqui transmitir, é que cumprindo a sua obrigação está a fazer um favor, portanto

agradeçam-nos a nós, Governo, que estamos a pagar, estamos atrasados, atrasados, atrasados. É isso que acontece.

Lá vai o tempo Sr. Vice-Presidente em que o senhor próprio, daí dessa bancada, dizia pagando a 29 dias. Está publicado não sei onde, nos sítios todos e em mais alguns.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o seu governo vai dizer para o mês que vem!

O Orador: Agora Sr. Vice-Presidente, na questão da saúde os senhores já se gabaram aqui de pagarem a 30 dias, mas depois tiveram que alterar para 60 dias, depois obrigaram os fornecedores a dilatar o prazo para 90 dias e depois obrigaram os fornecedores a dilatar o prazo para 120 dias, que é o prazo que está agora porque o último pagamento que os senhores fizeram foi até abril, efetivamente, de 2013.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Janeiro!

O Orador: Portanto, são 120 dias de atraso Sr. Vice-Presidente! 120 dias!

E mais, os senhores também propuseram, e nalguns casos foram bem-sucedidos, que para pagarem o que deviam, as pessoas, os comerciantes, os fornecedores, a secretaria daquele senhor e a SAUDAÇOR, Sr. Secretário da Saúde, fizessem descontos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E bem!

O Orador: Quer dizer, os senhores não pagavam há mais de um ano e para pagarem o que era de direito aos fornecedores eles tiveram que fazer um desconto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Boa gestão!

O Orador: Isso é que é democracia, isso é que é boa gestão. É pôr os fornecedores, é pôr as empresas a financiar a má gestão da saúde. É pôr os açorianos a financiar a má gestão da saúde. Isso é que é.

Mas a outra receita que os senhores se esqueceram de dizer aqui são os 3 milhões de euros que os açorianos já pagaram de taxas moderadoras que os senhores introduziram nos Açores. Foi mais uma medida Sr. Deputado Francisco César que o senhor esqueceu-se de referir, ...

Deputado Francisco César (PS): O quê?

O Orador: ... as taxas moderadoras, que o PS introduziu pela primeira vez nos Açores e num ano e meio já lá vão três milhões de euros dos bolsos açorianos para financiar a má gestão da saúde. É isso que acontece.

Portanto, os senhores quando vêm dizer que estão a pagar a tempo e horas é falso, é mentira, não corresponde à verdade! Os senhores estão a pagar a mais de 120 dias nalguns casos, e noutros casos nem sabemos porque as pessoas têm medo de dizer há quanto tempo lhe devem. Têm medo de vir dizer e não querem que se fale no assunto para ver se recebem aquilo que os senhores lhes devem, mesmo fazendo descontos. O que é absolutamente irónico é que os senhores acham bem que façam coação sobre um comerciante, dizendo-lhe assim: “Ou o senhor faz um desconto ou eu não te pago!”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não é verdade!

O Orador: Os senhores acham bem fazer isso sobre os comerciantes.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade Sr. Vice-Presidente ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: ... porque quem não fez descontos não recebeu.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mentira. Isso não é verdade!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Queria desmentir categoricamente o Sr. Deputado Artur Lima.

O nosso compromisso para regularizar a dívida de fornecedores regionais dos três hospitais foi cumprido. Foi integralmente paga a dívida existente até o final do ano passado, independentemente de terem feito ou não desconto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora, que os senhores andaram a pressionar!

O Orador: Não. Foi no momento em que foi feita ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso! É mentira!

O Orador: Eu provo isso um a um. Foi paga a dívida total a todos os fornecedores regionais do Serviço Regional de Saúde...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já disse uma vez que o senhor vai ir comigo, de braço dado!

O Orador: ...independentemente de haver ou não desconto.

O que se fez foi a quem fez desconto proceder a um pagamento para além do compromisso de regularizar o ano passado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora! Então é verdade!

O Orador: Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que está mentir!

O Orador: Não é verdade!

Não condicionámos o pagamento do nosso compromisso. Porquê? Porque quando se fez o apuramento real da dívida aos fornecedores regionais dos hospitais o valor inicialmente previsto era 22 milhões de euros, depois de apurado efetivamente chegou-se à conclusão daquilo que se devia aos fornecedores regionais dos três hospitais, à data de 31 de dezembro do ano passado, não era 22 mas sim 18 milhões de euros.

Isso permitiu gerar uma liquidez adicional de 4 milhões de euros que permitiu-nos pagar não só o que tínhamos inicialmente previsto, que era dezembro, como pagar até março, em relação neste período concreto àqueles que efetivamente, como qualquer gestão de boa empresa possa fazer, os descontos devidamente comerciais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é descontos comerciais. É chantagem!

O Orador: Segundo aspeto essencial que todos estão a esquecer-se.

Nós já sabíamos que o Governo da República não nos ouve; já sabíamos que não nos respeita; já sabia que não nos considera. Agora vir trazer a esta Casa, neste momento a matéria do pagamento aos fornecedores multinacionais, nacionais e internacionais dos hospitais dos Açores o montante em dívida, dizendo que o Governo Regional deve pagar, quando esse montante do

conjunto do Serviço Regional de Saúde em dívida às empresas nacionais e multinacionais é inferior, repito inferior, ao montante da dívida que o Governo da República tem através de subsistemas ao Serviço Regional de Saúde...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade. Isso é falso!

O Orador: ... faça-lhe a conta ao cêntimo: bastava o Governo da República do PSD/PP pagar a dívida que tem dos subsistemas ao Serviço Regional de Saúde, para o qual os funcionários afetos a esses subsistemas descontam todos os meses e o Governo da República retém esse dinheiro, bastava pagar aquilo que nos devem para nós pagarmos integralmente até ao último cêntimo o valor referente a esses fornecedores nacionais e internacionais.

Apesar dessa realidade, não quisemos prejudicar as empresas dos Açores e reforçámos o Orçamento da Região no montante correspondente a esses fornecedores e inclusivamente a uma parte de fornecedores nacionais.

Mas essa matéria é uma matéria que me impressiona que seja aqui abordada pelos senhores Deputados porque, repito, basta o Governo da República pagar aquilo que deve dos subsistemas das forças armadas e das forças monitorizadas, e digo-lhe o valor cêntimo por cêntimo, unidade de saúde por unidade de saúde, pois esse montante é muito superior àquilo que esses hospitais e essas unidades de saúde têm para pagar às empresas nacionais e multinacionais.

Deputado Luís Maurício (PSD): Onde que os senhores estavam em 2012 quando o Sócrates devia isso?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e nos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício (PSD): Onde é que os senhores estavam em 2012?

Deputado Luís Maurício (PSD): Será que estavam na Suíça?

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente apenas para lhe dizer que o senhor acabou de dizer que eu menti e a seguir confirmou exatamente aquilo que eu tinha dito, ou seja a vossa desonestidade foi até ao fim. Afinal é ou não verdade que os senhores obrigaram os fornecedores a fazer descontos?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não obrigámos!

Deputado António Ventura (PSD): Obrigaram sim senhor!

O Orador: Obrigaram sim senhor. A SAUDAÇOR e a Saúde.

Eu afirmo aqui a verdade absoluta, senão não pagavam.

Como os senhores legalmente não podiam fazer isso então o senhor próprio aqui se confessou: a quem fez o desconto os senhores pagaram mais uns mesinhos e a quem não fez os senhores pagaram menos uns mesinhos.

Isso é pura e simplesmente chantagem e coação sobre os fornecedores.

É disso que se trata, é esse o vosso sistema, é esse o vosso *modus operandis*, Sr. Vice-Presidente e o senhor sabe que isso é verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pagámos a todos!

O Orador: Quem diz são os fornecedores.

O Sr. Secretário da Saúde sabe que isso é verdade, a senhora da Saudaçor sabe que isso é verdade, os senhores fizeram essas propostas, e mais, na Câmara de Comércio também sabem que isso é verdade, a Mesa da Câmara de Comércio sabe que isso é verdade e toda essa gente, se não vivesse com medo testemunharia que isso é verdade, porque eles dizem a mim, não me vêm mentir como não mentem ao PSD nem mentem a ninguém.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não lhe disseram que não tinham pago a tempo!

O Orador: Disseram-me sim senhor!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Agora!

O Orador: Disseram-me sim senhor, que tinham pago até abril e o senhor deve 120 dias ainda e devia envergonhar-se disso em vez de estar orgulhoso.

Mais, as poupanças que o senhor fez na saúde foram devido às políticas do medicamento introduzidas pela República, não foi pelas medidas de gestão daquele senhor ou do senhor que o antecedeu.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi as medidas do medicamento genérico, a poupança enorme que se fez em medicamentos de medidas introduzidas pelo Ministro da Saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Então pague-nos o que nos deve!

O Orador: Não foi aquele senhor que o fez porque não fez ainda uma única medida para poupar dinheiro e muito menos o senhor, Sr. Vice-Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas PSD, CDS-PP e PPM)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Paguem-nos o que nos devem!

O Orador: Em segundo lugar é vergonhoso que um doente dos Açores chegue a um hospital e digam assim ao familiar: “Vá à farmácia comprar medicamentos, se não o seu familiar não pode ser tratado!”.

Isso é uma vergonha! É inadmissível e isso acontece nos hospitais da RAA! O senhor orgulha-se disso?

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, tenha calma!

O Orador: O quê? Está a desprezar isso? Está a dizer que é mentira? Olhe para mim! Está a dizer que isso é mentira? Isso acontece nos hospitais da RAA, os senhores mandam as pessoas comprar medicamentos para serem tratados porque o hospital não tem medicamentos para dispensar aos doentes. Isso é uma vergonha! É vergonhoso! Ainda vêm para aqui ufanos dizer que são os melhores do mundo. É vergonhoso mandarem os familiares comprar medicamentos para tratar doentes.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: O senhor não me diz nem mais uma vez que isso não é verdade. Eu vou levar-lhe as pessoas ao seu gabinete para dizerem, e àquele senhor ali. Até doentes internados levam medicamentos.

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Eu vou já terminar Sra. Presidente. Peço desculpa, tem toda a razão.

Perante esta situação de ufano de situação financeira, de medidas sociais extraordinárias que não existem em mais parte nenhuma do mundo, quando um doente vai a um hospital e para ser tratado tem que ir à farmácia comprar medicamentos porque o hospital não tem, é dessa Região que nós nos orgulhamos?! Eu não tenho orgulho nenhum, Sr. Vice-Presidente. Eu lamento viver numa Região destas em que os hospitais não podem fornecer medicamentos a quem não os pode comprar.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia barata!

O Orador: E isso vai agravar-se com aquela coisa a que os senhores chamam reestruturação do Serviço Regional de Saúde, o documento agora publicado, bem embrulhado o mais velhacamente possível que eu já vi ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Velhacamente! Sra. Presidente, isto é linguagem?

Presidente: Sr. Deputado, já é a segunda vez que eu lhe chamo a atenção. Temos que moderar o nosso debate.

O Orador: ... embrulhado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Embrulhado?

O Orador: Embrulhado! Repito.

Oh Sr. Vice-Presidente proteste!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não precisa!

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso não lhe fica bem!

Presidente: Sr. Deputado, vamos tentar moderar o nosso debate, continuar a esclarecer que é para isso que nós estamos aqui.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate até ter-me apercebido desta exaltação absolutamente inacreditável da parte de partidos, e particularmente do CDS-PP, que perderam o debate na componente financeira, aquela que era central neste debate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não perdemos, não!

O Orador: Isto é evidente. Os senhores perderam este debate como perderam em muitas outras dimensões, basta recordar aquilo que foi o debate sobre o pagamento dos subsídios de desemprego ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor esteja calado!

O Orador: ... subsídios de férias, peço desculpa. Quando as coisas correm mal nada como derivar para outra área.

Ora bem eu tenho algumas questões a esclarecer.

(Diálogo entre o Vice-Presidente do Governo e o Deputado Artur Lima)

O Orador: A primeira questão que eu queria esclarecer, Sr. Deputado Artur Lima - se me prestar um minuto de atenção – é que o Sr. Deputado Artur Lima veio aqui lamentar o facto de nós termos, e o Sr. Deputado Luís Maurício também, uma dívida comercial a fornecedores de medicamentos e o Sr. Deputado Artur Lima afirmou mesmo que a Região tinha um prazo médio de pagamento de 120 dias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Vice-Presidente disse!

O Orador: Agradecia que me confirmasse a data. O senhor afirmou aqui que a Região tinha um prazo médio de pagamento de 120 dias.

Ora bem, eu queria aqui referir que nós reconhecemos, o PS, reconhece (eu julguei que era 134, afinal ainda é menos são 120 dias) através de mim, do meu líder parlamentar, de vários Deputados que por vezes intervêm nessas questões da saúde, que a gestão financeira da saúde é um desafio. Nós temos tido algumas dificuldades que decorrem de vários constrangimentos financeiros, de políticas erradas, de questões e de uma austeridade obsessiva do Governo da República que todos aqui já debatemos e que é conhecida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Políticas erradas nos Açores!

O Orador: Políticas erradas Sr. Deputado, exatamente!

Portanto, o que está aqui em causa, parece-me, é nós avaliarmos face ao consenso sobre a dificuldade e a necessidade de se resolver essas questões financeiras da saúde com maior celeridade, a questão de fundo é nós (e é nestes

termos que os açorianos ponderam, achamos nós) avaliarmos quem é que está a fazer um esforço e quem é que tem o mérito por implementar boas medidas que procuram resolver esse problema.

Ora bem, sobre isso eu tenho a referir que precisamente há uma semana atrás (o Sr. Deputado Artur Lima não lhe interessa ouvir porque sabe que será desmentido e desmacarado, por isso é que faz esse exercício de lateralização, mas os números são muito importantes) dados publicados dão conta de que a dívida dos hospitais nacionais às farmacêuticas, ou seja, a dívida do Ministério do super Ministro Paulo Macedo, reconhecido por muitos como uma verdadeira estrela do Governo da República, é neste momento, em julho deste ano (estes dados foram publicados quarta feira passada), uma dívida de 1 251 milhões de euros e o prazo de pagamento ...

Deputado Luís Maurício (PSD): E quanto era antes?!

Três mil milhões de euros que deixaram por pagar na saúde, foi o que o Sr. Ministro da Saúde lá deixou!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício deixe-me terminar. Eu sei que o senhor não tem tempo e estou a fazer uma intervenção tendo isso em conta.

Presidente: Srs. Deputados, o facto de já não terem tempo também não pode permitir que interrompam quem está no uso da palavra.

Deputado Luís Maurício (PSD): Os apartes são regimentais!

Presidente: Não é um aparte.

O Sr. Deputado José San Bento tem a palavra.

O Orador: Portanto eu queria aqui deixar essa nota.

O Governo da República está neste momento com a questão da dívida dos hospitais às farmacêuticas em absoluto descontrolo.

A dívida ascende a 1 251 milhões de euros, não há qualquer capacidade de controlo e o tempo médio de pagamento, Sr. Deputado Artur Lima, não são os 120 dias dos Açores, são 526.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: É verdade sim senhor. Eu mando-lhe o documento imediatamente.

Sra. Presidente, vou entregar à Mesa esse documento que prova, repito, 1 251 milhões de dívida, um prazo médio de pagamento 526 dias, qualquer coisa à volta de um ano e meio.

Deputado Luís Maurício (PSD): E quanto era antes?!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, isso é muito relevante porque isso desmente as suas acusações e isso prova que apesar das dificuldades o Governo Regional tem tido a capacidade de fazer um esforço que está a reduzir essa dívida e a procurar resolver esse problema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: Portanto essa é que é a diferença.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eram mais de 3 mil milhões!

O Orador: O vosso Governo na República é incapaz de resolver esse problema e agrava a situação, nós nos Açores procuramos resolver o problema e procuramos atenuar a situação.

É essa a diferença e é o desmérito das vossas soluções face ao mérito da governação do PS nos Açores.

Essa é que é a verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual era a dívida que havia?! Qual o passivo que já pagamos?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deixem-me dizer-vos o seguinte.

Como sabem o Sr. Deputado José San-Bento é uma espécie de bombeiro de serviço do Grupo Parlamentar do PS.

Podemos ter a certeza absoluta de que quando as coisas estão a correr mal ao PS no debate parlamentar, quem é que aparece?

O Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José Ávila (PS): E o que é que o senhor tem a ver com isso?

O Orador: Quando as coisas estão a correr mal aparece o bombeiro de serviço do Grupo Parlamentar e o que é que ele aqui veio dizer? O que ele aqui veio dizer fez-me lembrar aquela célebre entrevista do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Saddam Hussein, que três dias depois da invasão dizia que tinha a guerra ganha. Por isso o Sr. Deputado José San-Bento vem aqui dizer: “os senhores perderam este debate e por isso estão a mudar de assunto e a falar doutras coisas”.

Mas esta derrota que o Sr. Deputado José San-Bento vê é a mesma derrota que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Saddam Hussein também viu, ou seja, viu sozinho, só ele é que viu.

Agora a questão aqui é a seguinte: a oposição e os diversos grupos parlamentares demonstraram duas coisas: a primeira coisa subsídio de férias, o Governo Regional diz que vem aqui resolver esta questão. O que nós dissemos foi: veio aqui cumprir a lei e não vem com antecipação porque podia ter feito em 2012 e recusou-se, tendo competências para esse fim. Ponto número um. Eu não vejo qual é a vitória. Eu vejo aqui por parte do PS uma derrota, porque quando nós dissemos que era ilegal o não pagamento do subsídio de férias, quem tinha razão era a oposição e não o PS que agora aparece a tarde e más horas e porque a lei obriga.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata, Sr. Deputado!

O Orador: Segundo ponto: em relação à questão das transferências para o Serviço Regional de Saúde. É preciso ter em atenção quem é que se atrasou.

Eu devo estar enganado, mas tenho a sensação que quem governa a RAA é há 17 anos o PS. Portanto, quem é que tem os pagamentos em atraso e foi acumulando atrasos sucessivos? De quem é essa responsabilidade? É, Sr. Deputado José San-Bento, da oposição ou dos diversos governos do PS que o senhor aqui sistematicamente, desde o ano 2000, sustenta. Quem acumulou o problema foi o PS. Isto também ficou aqui provado neste debate, Sr. Deputado.

Em relação a pagamentos em atraso o que aqui foi feito e o que aqui foi dito foi que isto estava resolvido e o Sr. Deputado Artur Lima o que veio a demonstrar é que forma e que processos é que foram utilizados para proceder aos pagamentos com situações de duvidosa ilegalidade e que significaram uma pressão tremenda sobre os agentes económicos e o não cumprimento por parte do Governo dos compromissos assumidos.

Nesta matéria quem é o derrotado Sr. Deputado? Eu penso que o derrotado é o PS, o Governo e é derrotada também a seriedade e a lisura de procedimentos.

Portanto, em relação a esta questão meus senhores, quando se refere em relação ao atraso dos pagamentos, quando se refere à forma como foram feitos os pagamentos, esta matéria é uma matéria que está feita dentro deste debate, porque é para aqui que se direciona uma parte destas receitas que o Governo agora disponibiliza para estas dotações orçamentais.

Portanto, neste sentido eu considero que este debate que o Governo Regional quis apresentar e apareceu com uma pose de grande vencedor, com um milagre que não existe, com um milagre de aumento da atividade económica, com um milagre de uma crise que aqui nos Açores estamos a vencer, o que aconteceu é que a oposição demonstrou que o Governo vem a tarde e a más horas para resolver problemas que são da sua exclusiva responsabilidade e que estas verbas não resultam de nenhum milagre económico, é um acerto de contas com o Governo da República. Ponto final. Não é mais do que isso.

Portanto, meus senhores, aqui não há nenhuma vitória.

Deputado Francisco César (PS): Há uma derrota!!!

O Orador: Nesta questão e neste debate há uma derrota do PS e do Governo Regional, porque não sai daqui com esta imagem milagrosa e aqui neste debate, meus senhores, não apareceu a Rainha Santa Isabel.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Informo que também já esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão funciona sempre para a oposição da direita como uma espécie de vassoura, vai limpando aquilo que na sua opinião não ficou de acordo com aquilo que a oposição pretendia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chamar vassoura ao Sr. Deputado Paulo Estêvão?! Qual é o sujeito aqui, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vassoura? Vassoura é um bocadinho forte, Sra. Presidente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o sujeito?!

Deputada Zuraida Soares (BE): O sujeito é quem varre!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu não sei! Não era muito bom em português!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão, como que sobrevoando o assunto, chega a este debate e arma-se em juiz, em alguém que faz o balanço do que foi dito pela oposição e depois sem conseguir fundamentar ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César faça favor de continuar.

O Orador: Há diálogos na sala que nem são apartes para mim.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os apartes são para quem está no uso da palavra!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está com ciúmes de os apartes não serem para ele!

Presidente: Faça favor de continuar.

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão vem aqui tirar conclusões, olha para aquilo que disse a oposição, tira pela rama aquilo que acha que devem ser os pontos fortes contra o Governo, contra o PS, escolhe os seus ódios pessoais ou os seus ódios de estimação e atira totalmente pela rama sem qualquer tipo de conteúdo político.

Alguém disse desta bancada, deste Governo, que nós não tínhamos que pagar o subsídio de férias?

Oh Sr. Deputado, o senhor viu tão bem quanto eu que a razão pela qual nós damos grande ênfase a este orçamento é porque nós conseguimos cumprir o pagamento atempado do subsídio de férias sem mexer no investimento, sem criar medidas de austeridade adicionais. Esta é a conclusão que se deve tirar.

Segundo lugar: o senhor vem falar em atrasos de pagamento. Sr. Deputado, nós reconhecemos desde o início, desde a legislatura passada, que tínhamos um problema ao nível do Sistema Regional de Saúde.

Alguém aqui não se lembra disso? Os açorianos sabiam disso quando foram a votos. Aquilo que nós nos comprometemos foi no sentido de tentar solucionar um problema que estava em cima da mesa. Está na base deste orçamento! Está no preâmbulo deste orçamento, o comprometimento para saldar um conjunto de dívidas aos fornecedores regionais do Sistema Regional de Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E esse problema foi criado por quem?

O Orador: Os objetivos que estão estabelecidos neste orçamento são aqueles que estão desde o início e o Sr. Deputado vem aqui dizer que nós saímos derrotados. Com que base, com que substância o senhor sobrevoa o assunto e que nem juiz que vem aqui decidir diz: “Os senhores saem derrotados”. Tem que fazer o filme para os telejornais que nós conhecemos.

Sr. Deputado, eu penso que o senhor exige e deve exigir mais de si próprio porque há assuntos que devem ser discutidos pela sua substância. Há problemas no Serviço Regional de Saúde? Claro, vamos discuti-los.

A questão de nós não necessitarmos de medidas de austeridade adicionais para cumprirmos com os nossos compromissos, deve ser discutida.

Agora, o senhor vem para aqui com o ar de juiz, de cima do seu trono, que a conclusão é de que o PS sai derrotado. Bom, o que eu lhe digo é: o senhor fique com a sua conclusão, o senhor viva com essa conclusão, porque nós sabemos aquilo que os açorianos pensam e aquilo que os açorianos pensam é que nós, esta bancada, este Governo, o esforço que têm feito não é para que o senhor fique satisfeito, é para que os açorianos e açorianas tenham a possibilidade terem um futuro melhor, com menos austeridade, com maior possibilidade de desenvolvimento económico.

Esta retórica palaciana por favor poupe-nos, porque não nos leva a lado nenhum.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições vamos passar à votação na generalidade.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma intervenção.

Presidente: Já não tem mais tempo. Já lhe tinha dado essa informação há pouco.

Vamos então votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Agora sim, a votação na especialidade.

Este diploma tem apenas dois artigos por isso não deverá haver oposição em votá-los em conjunto.

Está à votação o artigo 1º. e 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas e 10 minutos.

Eram 16 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Vamos passar para o ponto 7 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/X – “Estabelece o Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA”**.

Os tempos para o debate são os seguintes:

Governo Regional e PS – 25 minutos

PSD - 20 minutos

CDS-PP – 13 minutos

PCP, BE e PPM – 10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A apresentação da presente proposta de Decreto Legislativo Regional, corresponde à concretização de um compromisso que assumimos, tendo como objetivos dotar o FUNDOPESCA de maior transparência, previsibilidade e de uma maior justiça social na proteção dos profissionais de pesca que exercem a sua profissão na RAA.

Profissionais que, refira-se, foram auscultados através dos seus representantes para a elaboração desta proposta.

Passados dez anos sob a criação do diploma ainda em vigor, o Governo dos Açores, ciente das transformações registadas no setor das Pescas, pretende com a apresentação de um novo diploma atingir esses objetivos através duma melhor definição da aplicação pessoal e material do FUNDOPESCA, dos montantes a atribuir, da sua periodicidade, dos direitos e obrigações dos beneficiários e, ainda, da composição, funcionamento e poderes do respetivo conselho administrativo.

Torna-se, pois, necessário estabelecer um regime autónomo, relativo a este mecanismo de compensação salarial dos profissionais de pesca dos Açores.

Um regime completamente independente da legislação nacional e que, naturalmente, nos permite regulamentar os apoios a conceder, quando se verificarem, determinadas condições impeditivas da normal atividade dos nossos profissionais da pesca.

O diploma proposto prevê, assim, um melhor enquadramento dos seus beneficiários, considerando todos os pescadores inscritos no rol de matrícula das embarcações de pesca a que estão afetos, bem como os pescadores

licenciados para a pesca apeada e apanhadores, titulares de licença válida – desde que exerçam a sua atividade em regime de exclusividade.

Uma situação que, destaco, não estava prevista!

No que diz respeito às condições de aplicação, acresce nesta proposta, a inclusão das condições do estado do mar que originem falta de segurança nos portos ou no mar, impeditivas do normal desempenho da faina, circunstância que, como todos sabemos, inibe por diversas vezes o normal exercício da pesca. Como justa resposta às expectativas dos pescadores, o presente diploma prevê a acumulação do FUNDOPESCA com outras ajudas de diferente finalidade, circunstância até agora não contemplada.

Sendo certo que, neste caso, o montante a atribuir será ajustado a um valor máximo igual a 1,5 vezes a retribuição mínima mensal transposto para o prazo a que disser respeito.

Já o período máximo de aplicação em cada ano, passa de 30 para 60 dias, conferindo ao FUNDOPESCA maior maleabilidade e premência na sua ativação.

É ainda alterada a composição do Conselho Administrativo, conferindo-lhe competências, tanto na elaboração e aprovação do seu regulamento interno, como também ao nível da definição dos requisitos a preencher pelos beneficiários. Como e por exemplo, o enquadramento referente às embarcações, ao número mínimo de descargas em lota, aos períodos de descontos para a segurança social, entre outros, relevantes para o funcionamento do fundo.

Com a atribuição destas competências, pretende-se dotar o Conselho Administrativo do FUNDOPESCA com capacidade para definir os requisitos mais adequados e minimizar os efeitos das circunstâncias que porventura obriguem à interrupção da pesca.

De resto, a ampla representação das profissionais da pesca no Conselho Administrativo, sejam pescadores, sejam armadores, permitir-lhes-á uma participação ativa neste órgão, como aliás tem sido habitual, conferindo-lhes um contributo decisivo, nas soluções que, nesse fórum, forem adotadas.

Um fórum que pode, a qualquer momento, solicitar pareceres a outras entidades, nomeadamente ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores e cujas decisões são públicas e fiscalizáveis como, aliás, não poderia deixar de ser.

Termino a apresentação da proposta deste diploma que agora vai ser sujeito a debate e votação pelas senhoras e senhores deputados, destacando dois aspetos:

Primeiro: o regime jurídico em que se fundamenta o presente diploma passa a ser, conforme já referi, exclusivamente regional!

Isto é, não depende de nenhuma legislação nacional sobre esta matéria e não ficamos, por isso, dependentes de quaisquer alterações legislativas que os governos da república pretendam implementar, como foi habitual ao longo dos últimos anos.

Segundo: apesar da atual situação nacional, por todos conhecida, conseguimos nos Açores, com esta proposta, aumentar e alargar a abrangência da atribuição justificada deste fundo de compensação salarial.

Estes são aspetos que, acredito, merecerão a concordância desta Casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Por manifesta falta de tempo serei parca nesta apreciação geral da Proposta do Governo Regional para um novo Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos profissionais da pesca dos Açores, mundialmente, ou neste caso regionalmente reconhecido como FUNDOPESCA.

Dentro dessa brevidade porque guardarei para a apresentação das nossas propostas de alteração a explicação das mesmas, e portanto aí gastarei seguramente mais tempo, queria apenas dizer o seguinte.

Nove meses depois da entrega nesta Casa de um Projeto de Decreto Legislativo Regional do BE, exatamente com o mesmo objetivo que era alterar o FUNDOPESCA que está em vigor, sete meses depois do compromisso assumido, no caso pelo Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, de que muito brevemente (brevemente, há sete meses atrás), iria o Governo apresentar a sua proposta de alteração do FUNDOPESCA, cinco meses depois do chumbo nesta Casa do projeto de Decreto Legislativo Regional do BE finalmente cá temos a Proposta do Governo do FUNDOPESCA. Demorou demasiado tempo na nossa opinião, mas como já tive ocasião de dizer em sede de Comissão “tarde é o que nunca chega” e agora chegou.

Registamos a evolução positiva relativamente ao diploma que está em vigor e algumas propostas, de algumas alterações feitas pelo atual Decreto que nós estamos a debater e a discutir aqui nesta Casa sobre um novo regime jurídico para o FUNDOPESCA, registamos a evolução positiva em determinadas alterações.

Este documento é melhor do que aquele que está em vigor e nós reconhecemo-lo.

Registamos também que algumas das suas melhorias não são propriamente uma inovação, são iguais e são no decorrer de algumas que nós já tínhamos apresentado, nós BE, no nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre a mesma matéria que o PS reprovou.

Mas também registamos que a discricionariedade e a governamentalização do setor da pesca de que o atual diploma que está em vigor padece e de que este novo que é proposto pelo Governo não altera deve ser colmatado nesta Casa com propostas de alteração.

Portanto não é um mau documento de uma forma geral, mas é um documento incompleto e que não ataca os dois principais defeitos que não são inocentes do documento que está em vigor que é a discricionariedade e a governamentalização como terei oportunidade de tentar provar aquando das propostas de alteração.

Muito obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD regista neste diploma em análise melhorias relativamente à legislação que atualmente está em vigor e quando é caso para felicitar o Governo, o PSD felicita o Governo e felicita o Governo relativamente à inclusão neste diploma em discussão daquilo que se pode designar pela abrangência de aplicação do diploma e por aquilo que foi uma luta também dos partidos da oposição desta Casa, a subsidiariedade que este diploma também prevê, prevendo a acumulação do FUNDOPESCA com outros apoios que as famílias dos profissionais da pesca também tenham.

Já não estamos de acordo relativamente a outros dois pontos que referimos em sede de Comissão de Economia que tem a ver com a governamentalização, nomeadamente a composição do Conselho Administrativo bem como a discricionariedade que este diploma continua a ter.

Quando nós falamos da governamentalização podemos afirmar também que houve uma ligeira melhoria relativamente àquilo que atualmente existe. Foi reduzido um elemento no Conselho Administrativo fazendo parte da Direção Regional das Pescas, mas continua a existir um número exagerado na opinião do PSD de Membros do Conselho Administrativo ligados ao Governo, sendo certo que o número par do Conselho Administrativo, permite que o seu Presidente, o Diretor Regional das Pescas tenha sempre voto de qualidade o que na prática significa que é o Governo novamente a dominar o funcionamento e as votações no Conselho Administrativo.

Relativamente à discricionariedade nós voltamos a referir como já temos feito ao longo de muitos anos: continua o Governo a não resistir ao facto de não trazer a esta Casa uma regulamentação clara, com objetivos claros, com critérios muito objetivos que permita nesta Casa a sua discussão e a posterior aplicação sem que essa aplicação tenha a ver com os bons humores, os maus humores, as lutas que dentro do Conselho Administrativo possam existir em

função da falta de critérios que nesta Casa, mais uma vez, não vão ser vistos, não vão ser analisados, não vão ser aprovados para posterior aplicação.

Em súplica e nessa primeira intervenção eu diria em nome do PSD que foram dados passos muito positivos e relativamente a isso o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais está de parabéns, relativamente à abrangência e à subsidiariedade, resta registar também nas outras duas valências, nos outros dois aspetos mantém-se a tradicional vontade e perdoem-me a inconfidência (não é inconfidência porque foi dito na Comissão de Economia), bem sei que pode ter sido um *lapsus linguae* mas o Governo tem que deixar de olhar para a aplicação de apoios ou subsídios naquela linha de quem paga manda. Não pode ser assim.

Podia ter-se ido mais além neste diploma permitindo que quer ao nível da governamentalização, quer ao nível da discricionariedade pudéssemos ter aqui um diploma clarinho, um diploma cristalino para o bem de uma atividade que é importantíssima para a economia dos Açores nomeadamente para a pesca e neste caso para a proteção dos profissionais da pesca.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de começar a minha intervenção lembrando que ao contrário do que muitas vezes é acusado, o CDS-PP apesar de ter uma postura frontal sempre teve uma postura de isenção e rigor. Portanto critica aquilo que pode ser criticado ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mudou de lugar! A seguir vai para ali!

A Oradora: Não. É só porque aqui fico mais à frente para quem estou falando.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Daqui a pouco está ali!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já fizeram isso na Câmara de Angra!

Presidente: Sra. Deputada faça favor de continuar e não entre em diálogo com as outras bancadas.

A Oradora: Eu vou continuar Sra. Presidente quando a senhora fizer com que seja possível continuar a minha intervenção.

Presidente: Os apartes são regimentais.

A Oradora: Se os apartes são regimentais eu agradecia que os apartes regimentais fossem feitos num tom ligeiramente mais baixo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É preciso não é ter lata, é descaramento!

Presidente: A Sra. Deputada não pode entrar em diálogo com as outras bancadas. Limite-se à sua intervenção se faz favor.

Deputado Francisco César (PS): Não pode definir o nosso tom.

A Oradora: Portanto, o CDS-PP que tem sido e é acusado por ter uma postura demasiado frontal, apesar disso tem uma postura de isenção e seriedade e critica aquilo que acha que deve ser criticado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A senhora é pouco paciente. Uma dose de paciência dava-lhe jeito!

A Oradora: Neste caso, especificamente, porque o documento em análise é efetivamente um documento que introduz melhorias ao Regime Jurídico do FUNDOPESCA em vigor.

Sendo ou não alterações mais ou menos inovadoras (muitas vezes apesar das introduções não serem inovadoras e do Governo não ser o responsável por essas ideias) é de louvar que tenha a abertura de as introduzir.

Não vou estar a nomear porque a oposição já referiu a abrangência pelo facto dos beneficiários poderem usufruir ser mais alargado; o alargamento do período máximo de pagamento e além disso o facto de poder haver uma acumulação da compensação salarial com outros apoios financeiros.

No entanto e como já foi aqui referido o CDS-PP sempre defendeu que o Conselho Administrativo do FUNDOPESCA deve reduzir o peso do Governo Regional.

Não faz qualquer sentido deixar os profissionais da pesca reféns, digamos assim, da boa vontade do Governo Regional poder ou não atribuir um dinheirinho aos pescadores esperando que estes fiquem eternamente gratos bem ao estilo da governação socialista.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Não é socialista. É do PS!

A Oradora: Sim. Posso até fazer essa correção.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Faça, Sra. Deputada, porque fica bem!

A Oradora: O Governo Regional deve limitar-se a contribuir, e muito bem, para o financiamento do FUNDOPESCA através de uma transferência do Governo Regional, que de resto é apenas uma das receitas do Fundo, quase todas as outras receitas resultam de contribuições dos próprios pescadores, através de coimas, através de taxas e portanto estes pescadores devem ter acesso ao Fundo de Compensação desde que cumpram com os critérios que devem estar previamente e claramente definidos em regulamento.

O CDS-PP sempre defendeu que o Conselho Administrativo do FUNDOPESCA deve ser mais plural.

Portanto, deixa aqui a sua disponibilidade para votar positivamente a proposta de alteração apresentada pelo BE no sentido de incluir um elemento mais neutro com um carater mais técnico, incluir um representante do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ver Sr. Vice-Presidente, precipitou-se!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sr. Deputado, não fale!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É reconhecido que o FUNDOPESCA tem sido importante na fileira da pesca quando as condições do mar impedem aos profissionais de desempenharem a sua atividade.

Desde 2002, ano da sua implementação na Região, já foram investidos neste Fundo cerca de 5 milhões de euros, tendo 80% desse valor origem em fundos públicos e 20% respondem a contribuições dos próprios pescadores.

Por aqui se vê a importância deste mecanismo na defesa e proteção de uma classe profissional que depende de fatores que são imponderáveis.

Na campanha eleitoral de 2012 o Presidente do PS afirmou que iria reformular o FUNDOPESCA melhorando-o, tornando-o mais abrangente e por isso mais eficaz.

Em abril passado o PS não viabilizou uma proposta do BE porque achava, e isso foi referido na altura, que era possível irmos mais além, embora tenha sido reconhecido na altura que a proposta tinha aspetos que eram considerados por nós como positivos.

Aqui estamos perante uma proposta que melhora a legislação em vigor e na nossa opinião supera uma outra proposta que foi apresentada nesta Legislatura nesta Casa.

Desta Proposta de Decreto legislativo Regional que está agora a ser analisada ressalvamos o período máximo de indemnização que passa de 30 para 60 dias por ano; passa a vigorar a partir do oitavo dia de impedimento (na que está em vigor era a partir do nono dia); alarga os motivos do impedimento; cobre novas categorias profissionais (como é o caso dos apanhadores e dos pescadores apeados); é acumulável relativamente a outros regimes de apoios financeiros; diminui assim mesmo o peso da Região no Conselho Administrativo (passamos a ter quatro, quatro, enquanto antigamente cinco, quatro); define melhor as competências do Conselho Administrativo nomeadamente sobre os requisitos a preencher pelos beneficiários da compensação social (o tipo de embarcação, o número ou valor mínimo de descargas em lota, tempo mínimo de descontos para a segurança social, duração mínima e percentagem de desconto na Lotação do valor do pescado transacionado em lota).

O PS considera que esta proposta é mais abrangente, mais justa, mais flexível e mais clarificadora. É por isso que vamos dar o nosso voto favorável a esta proposta.

No entanto e referindo-me às intervenções anteriores queria dizer à Sra. Deputada Zuraida Soares que “tarda é o que nunca chega”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já disse. Está-me parafraseando. É verdade! Tarde é o que nunca chega!

O Orador: É isso.

Felizmente, este documento que veio até esta Casa, é um documento melhor capaz de proteger ainda mais os nossos pescadores.

A Sra. Deputada diz que houve uma evolução positiva, pois houve. Houve uma evolução positiva relativamente à legislação que está ainda em vigor mas também houve uma evolução muito grande relativamente à proposta que a Sra. Deputada apresentou aqui e que foi discutida no mês de abril, mais propriamente no dia 16.

Relativamente às duas críticas que foram feitas pelo PSD e pelo CDS-PP relativamente ao excessivo peso do Governo no Conselho Administrativo que é uma crítica, e faça-se justiça, já tinha sido referida na Comissão de Economia aquando da discussão deste assunto, só me apraz que o Governo de facto foi eleito para decidir ...

Deputado Aníbal Piões (PCP): O Governo não foi eleito!

O Orador: ... e é preciso também não haver medo de tomar decisões políticas e certamente a ativação do FUNDOPESCA passa também por uma decisão política.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piões.

(*) **Deputado Aníbal Piões (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Independentemente dos atrasos que já aqui foram reconhecidos e criticados importa de facto é que estamos aqui a discutir algumas alterações a esta compensação salarial dos trabalhadores do setor da pesca.

Quero começar exatamente por reconhecer alguns aspetos em que se introduzem melhorias, designadamente no que concerne ao aumento do número

de dias, à possibilidade de acumulação com outras prestações e o alargamento a outros profissionais do setor, mas também a melhoria das condições de atribuição desta compensação salarial.

No entanto e apesar destes aspetos positivos que aqui são introduzidos temos aqui algumas questões que no fundo acabam por, de alguma forma, contrariar alguns desses aspetos, designadamente a limitação da possibilidade de acumular com as outras prestações sociais um valor máximo de 1,5 vezes o salário mínimo regional.

A questão é a seguinte: o FUNDOPESCA é uma compensação salarial, não é um apoio social e como tal não devia haver esta limitação ou então que se assuma claramente que não se trata aqui de uma compensação salarial e é um apoio social.

Isto é profundamente contraditório e era bom que fosse clarificado: o Governo e o PS assumem que o FUNDOPESCA é um apoio social e não é uma compensação salarial. Eu julgo que a filosofia que presidiu à criação do FUNDOPESCA ...

Deputada Zuraída Soares (BE): É o título!

O Orador: É o título? Pronto...

Deputada Zuraída Soares (BE): Faz parte do diploma!

O Orador: ... compensação salarial.

É evidente que é positivo abrir aqui a possibilidade da acumulação com apoios sociais, mas por outro lado a introdução da limitação de 1,5 vezes o salário mínimo regional, acaba por ser contraditório e sobretudo confunde coisas que são substantivamente diferentes ou até parafraseando a Deputada Zuraída Soares “uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa”.

Deputado Francisco César (PS): Não é parafraseando é citando!

O Orador: Ou citando, como queira Sr. Deputado.

Já foi aqui referido pela bancada do PSD, mas não só, a governamentalização do Fundo apesar das alterações que são introduzidas na composição do Conselho Administrativo e até, digamos, há aqui nas competências do Conselho Administrativo um pouco, digamos, para iludir esta governamentalização que o

Governo tem no Conselho Administrativo, a atribuição da competência para fazer o regulamento de acesso ao Fundo.

Deputado Francisco César (PS): O que é que o Sr. Deputado acha?

O Orador: O que eu considero Sr. Deputado é muito simples: é que esta decisão é uma decisão política e não deve ser atribuída a um órgão técnico que é o Conselho Administrativo.

Deputado Francisco César (PS): Então é o Governo Regional quem deve decidir!

O Orador: Daí o facto de, nas propostas de alteração que temos para a especialidade, eliminarmos essa competência. Porquê? Porque consideramos que essa deve ser uma decisão política.

Portanto a sua eliminação deixa em aberto a possibilidade de ser regulamentado a quem cabe regulamentar, que efetivamente até é o Governo Regional e não um órgão técnico como é o Conselho Administrativo.

De qualquer forma e nesta primeira intervenção anuncio já qual irá ser a posição do PCP relativamente a este diploma que o Governo nos traz aqui e que não podemos dar o nosso apoio, uma vez que subsistem aqui algumas contradições embora reconhecemos que houve algumas melhorias e portanto a nossa posição vai ser de abstenção.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Acabo de me levantar aqui da minha cadeira, da minha humilde cadeira de Deputado...

Deputado Lizuarte Machado (PS): A cadeira não é sua, Sr. Deputado. O Corvo não a comprou!

O Orador: ... que aliás é igual a todas as outras, como convém, entre pares iguais e não de um trono, porque eu tenho absoluta consciência que não sou filho de um rei, nem de um imperador, nem de um czar, nem de um César...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ui!

Deputado Aníbal Pires (PCP): As cadeiras são iguais ou não são iguais?

O Orador: ... e nesse sentido é importante dizer que o meu pai é Cabo da Guarda Fiscal e eu tenho muito orgulho em ser seu filho.

Devo dizer também que nós, os monárquicos, somos gente humilde, porque já temos um rei, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): E o FUNDOPESCA?

O Orador: ... não o queremos ser, nem reis, nem príncipes. Nós já os temos. Portanto essa humildade é uma humildade inerente aos monárquicos.

Deputado José Ávila (PS): E o FUNDOPESCA?

O Orador: Devo dizer em relação a esta questão específica que aqui estamos referenciando, que em relação ao regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores, é importante referenciar que o Governo adotou nesta proposta muitas daquelas propostas que têm sido feitas ao longo dos anos pela oposição e também pelos trabalhadores do setor. É justo reconhecer que em relação a este diploma temos aqui um avanço significativo em muitas das áreas que têm sido reivindicadas pelos partidos políticos, pelos agentes do setor e por isso obviamente da minha parte este diploma terá um voto positivo. Vou votar favoravelmente esta iniciativa do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não seja excessivo!

O Orador: Vou votar favoravelmente.

Em relação às alterações que são necessárias realizar eu acho que a Sr. Deputada do BE vai ter algum êxito.

Vou ficar com algum tempo para falar destes temas de forma específica na especialidade, mas devo dizer que concordo com muitas das propostas que são apresentadas pelo BE. Não devia estar a dizer isso, Sra. Deputada, porque o seu candidato independente da Horta, que era independente há um mês atrás, agora já publica na internet manifestos de apoio à Representação Parlamentar, portanto já deixou de ser independente. O seu candidato independente da Horta já está completamente convertido ao desempenho de V. Exa.

Deputado José Ávila (PS): E o FUNDOPESCA?

O Orador: O que eu lhe devo dizer é que de facto esta reunião plenária está a correr-lhe muito bem.

Deputada Zuraída Soares (BE): Fico contente com esse elogio!

O Orador: Agora a questão de substância é a seguinte: as propostas e as alterações que V. Exa. aqui traz a esta Casa e outros partidos também, mas no caso específico das suas propostas, eu considero que vão em dois sentidos muito importantes e quero aqui realçar e sintetizar.

Em primeiro lugar, é necessário democratizar e dar um sentido de transparência muito grande em relação às decisões nesta matéria.

É evidente que eu tenho o bom senso de considerar que os representantes do setor que já estão no Conselho Administrativo fazem-no, mas é importante alargar esse âmbito. Portanto estou de acordo.

Em relação a outras questões que estão relacionadas com o aumento destas compensações eu também estou de acordo até por que nós temos o conhecimento específico das dificuldades por que estão a passar as pessoas na conjuntura atual.

Portanto, temos a absoluta consciência de que estas medidas vão no bom sentido e vão ao encontro de necessidades concretas.

Nesse sentido terei oportunidade de analisar especificamente estas alterações, mas devo dizer-lhe já previamente que votarei a favor de grande parte das suas propostas de alteração.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Queria apenas tecer duas ou três considerações.

Primeiro, congratular-me pela unanimidade que a maior parte das propostas de alteração que vêm contidas neste diploma mereceram das diferentes forças políticas e referir duas questões que foram aqui mais acentuadamente

apontadas, designadamente as questões da discricionarieidade e da governamentalização relativamente ao conteúdo daquilo que é o diploma que está agora em discussão.

Queria descansar todos os Srs. Deputados que levantaram estas questões e afastar, talvez, alguns “fantasmas” que possam ter-nos levado a este tipo de conclusão.

Deputada Zuraida Soares (BE): É a prática, Sr. Secretário!

O Orador: O Governo não pretende adotar nenhuma destas circunstâncias. O Governo ao propor a constituição do Conselho Administrativo do FUNDOPESCA, tal qual está no diploma, tem a consciência perfeita de que tanto os pescadores, como os armadores têm nesse órgão, têm nesse fórum, oportunidade para partilharem as decisões, para darem contributos importantes àquilo que é o regulamento que vai gerir o FNDOPESCA no futuro e para fazerem também valer as suas reivindicações e os seus anseios em letra de regulamento nesse Conselho.

Devo também referir, e parece-me que isto é muito importante, que todas as associações de pesca dos Açores foram ouvidas sobre a presente matéria e todas elas, sem exceção, manifestaram-se a favor deste diploma, muitas delas sem qualquer oposição ou sem qualquer sugestão.

Isto significa que no meio a que o FUNDOPESCA se destina todas estas alterações foram bem-vindas e mereceram o apoio dos profissionais a que mais diretamente elas dizem respeito.

Relativamente à composição do Conselho Consultivo parece-me que fica tudo dito, tendo esse órgão oportunidade, sempre que assim o entender, de consultar outras instituições que necessite em termos de pareceres para fundamentar as suas decisões em cada momento que julgue necessário.

De resto, aquilo que são as linhas gerais do funcionamento do Fundo, estão consagradas no diploma relativamente às situações em que o FUNDOPESCA deve ser ativado: condições de mar adversas, condições de natureza ambiental, contrair condições de proteção de stocks quando isso for necessário.

Deixem-me também dizer que como o Sr. Deputado Jorge Macedo referiu o termo de “quem paga, manda”, utilizado em Comissão, não foi da minha autoria, foi sim da autoria da Sra. Deputada Zuraída Soares, interpretando aquilo que está no diploma.

Deputada Zuraída Soares (BE): No decorrer das afirmações do Sr. Secretário!

O Orador: De facto, e sejamos honestos, o FUNDOPESCA tem uma componente que provém dos pescadores, naturalmente muito reduzida.

Portanto em jogo, está a ser administrado um fundo público, um fundo que é composto por verbas provenientes de todos nós, de todos os contribuintes, e naturalmente que o Governo após ser eleito para gerir os bens públicos, naturalmente, nessa circunstância se acha no direito de ter esse papel.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Qual é a conclusão? Quem paga manda! Eu digo! O Secretário não diz!

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Não tenho mais inscrições.

Penso que podemos passar à votação do diploma.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Vamos passar à votação na especialidade.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Se a Sra. Presidente não visse qualquer obstáculo, eu apresentaria e justificaria todas as propostas de alteração do BE e depois votaríamos pela ordem em que entraram e do próprio diploma.

Relativamente ao artigo 6º., ponto 2, em que nós retiramos a limitação do pagamento do FUNDOPESCA às disponibilidades orçamentais do FUNDOPESCA. Por que é que o fazemos?

Nós estamos a falar de pessoas, na sua grande maioria pescadores, que levam para casa, como todos nós sabemos, muito pouco; que trabalham num regime quase feudal na nossa Região; que não têm na sua grande maioria contrato de trabalho, portanto não têm ordenado; recebem ao quinhão. Nós estamos a falar de uma compensação salarial, nunca é de mais recordá-lo, que recebe fundos e receitas do orçamento regional e em grande parte por descontos feitos pelos próprios profissionais da pesca. Entendemos que estes mesmos profissionais quando não puderem trabalhar na defesa do interesse público, não podem trabalhar para defesa dos recursos piscícolas, que é uma das possibilidades de acionamento do FUNDOPESCA, a defesa do interesse público. Se é defesa do interesse público estes pescadores não podem ser penalizados dizendo-lhes que não há dinheiro no orçamento regional para lhes pagar o FUNDOPESCA.

Deputado Francisco César (PS): Em todos os orçamentos, sempre esteve!

A Oradora: Não pode de maneira nenhuma. E eles defendem o interesse público, se eles não vão ao mar, porque o clima não deixa, é obrigação do público, é obrigação dos nossos impostos ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): São coisas diferentes!

A Oradora: ... e portanto do orçamento regional, ressarcir-los do serviço público que eles estão a prestar. Portanto, nunca pode haver indisponibilidade orçamental para a compensação salarial que estes profissionais têm todo o direito, pelas razões que referi, de receber.

Artigo 7º., ponto 3: eliminamos o ponto 3 deste artigo por quê? De alguma maneira isto já foi aqui referido na intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, mas basta dizer o seguinte: quem recebe, por exemplo um apoio do RSI, as famílias que o recebem, recebem-no porque precisam desse apoio para comer,

para sobreviver, para viverem com o mínimo de dignidade e o RSI neste momento no nosso País, por decisão do Governo da República, está reduzido a uma esmola a quem é pobre.

Quem recebe este RSI porque tem uma família numerosa, porque tem uma mulher desempregada, vamos castigar e dizer: “Não, não. Não recebe do FUNDOPESCA o mesmo que outros que não recebem RSI vão receber do FUNDOPESCA”. Mas que raio de justiça social é esta e que diferenciação deste ponto de vista é que nós temos de um Governo do PS? Não senhor, eliminado. Recebem, sim senhor, como outro qualquer.

Artigo 8º., ponto 2: voltamos aqui à discricionarietà, à governamentalização e à chantagem que o Sr. Secretário dos Recursos Naturais ainda agora disse que era uma espécie de fantasma. Eu vou dizer-lhe o seguinte, Sr. Secretário: não é um fantasma, é o resultado da prática do seu antecessor, como Subsecretário das Pescas ao longo dos últimos quatro anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Quem transformou o FUDOPESCA num instrumento de discricionarietà, governamentalização e chantagem reles sobre a classe piscatória, que é das mais frágeis da nossa Região, foi o Sr. Subsecretário das Pescas do anterior Governo Regional. Isto não é fantasmas, é a realidade.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

A Oradora: Portanto nós retiramos da composição desta administração o representante da segurança social e o representante do emprego, porque estes sim, Sr. Secretário Regional, podem ser contactados por *mail*, telefone, fax, SMS, aquilo que o Sr. Secretário muito bem entender para lhes fazer alguma pergunta ou algum esclarecimento, relativamente àquilo que está a ser tratado no FUNDOPESCA. Agora, fazer um telefonema para o DOP!? Para perguntar o quê? O mar como é que está? O chicharro está bom, está mau, agora existe ou não existe?

Não, Sr. Subsecretário. Quem está aqui a mais são estes representantes do Governo, ...

Deputado José Ávila (PS): Instituto da Atmosfera e do Mar!

A Oradora: ... dos organismos do Governo Regional que só estão aqui para governamentalizar e quem falta aqui é um representante do DOP para fundamentar cientificamente, para fundamentar ambientalmente, para fundamentar da forma como o DOP, e só o DOP, é capaz de o fazer, ...

Deputado Francisco César (PS): E?.. Qual é o problema?

A Oradora: ... as decisões do FUNDOPESCA. Não é o representante da segurança social, nem o representante do emprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem devia lá estar!

Presidente: Sra. Deputada.

A Oradora: Artigo 9º., ponto 2: é apenas uma mera adequação às alterações feitas nos artigos anteriores.

Artigo 10º.-A: nós acrescentamos o quê? Acrescentamos este artigo por quê? Porque a definição dos requisitos tal como está na proposta do governo fica à inteira discricionariedade do Conselho de Administração do FUNDOPESCA. E mais: nada nos diz que não podem ser alterados mês a mês, todos os meses, de seis em seis meses, de ano a ano. Esta é que é a chantagem sobre os pescadores, ou eles portam-se bem ou então os critérios mudam no próximo mês ou daqui a dois meses.

Deputado Francisco César (PS): Deve ser uma decisão do Governo de âmbito legislativo!

A Oradora: Não Sr. Deputado. Estas alterações têm que vir a esta Casa para serem ratificadas. Podem ser flexíveis, podem ser abrangentes, até pode ser feita uma para cada ilha, uma para cada uma das nove ilhas...

Presidente: Sra. Deputada tem mesmo que terminar.

A Oradora: ... mas têm que vir a esta Casa para serem ratificadas.

Vou terminar, Sra. Presidente.

Artigo 11º.-A: outro que nós também aditamos.

(Diálogo entre as diversas bancadas).

A Oradora: Eu demoraria menos tempo se me deixassem falar, Sra. Presidente.

Presidente: Faça o favor de continuar Sra. Deputada.

A Oradora: Os pescadores começam a dizer que têm fome, eles e as suas famílias, em outubro, novembro e lá para maio ou junho o Governo e o FUNDOPESCA aciona o FUNDOPESCA.

O que nós queremos é que o Governo seja tão célere a responder às dificuldades, à fome dos pescadores, quanto é célere a responder aos pedidos dos privados para poderem licenciar serviços particulares e privados na saúde, conforme consta dum diploma que nós vamos analisar nesta Casa ainda durante os trabalhos deste Plenário, que diz assim: “A Direção Regional da Saúde decide o pedido de licença (de qual licença?) do regime jurídico das Unidades Privadas de Saúde e de licenciamento para qualquer iniciativa privada, decide no prazo de 30 dias”.

Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais os pescadores não são menos, os pescadores não têm que ficar 4, 5 nem 6 meses à espera que o Governo lhes diga: agora podem comer, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... quando as unidades privadas e os privados têm resposta em 30 dias, como consta do diploma do Governo.

Não! Então os nossos pescadores vão ter também a resposta em 30 dias. É essa a obrigação do Governo. Não é pô-los à espera, caladinhos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... obedientes, sentadinhos porque senão não comem, nem as suas famílias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem razão!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18 horas e 35 minutos.

Eram 18 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 49 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Também queria fazer algumas considerações sobre as propostas de alteração que aqui entraram, começando logo pela proposta de alteração do PS sobre o artº. 4º., que é uma questão de pormenor, tem a ver com a redação, que é a substituição de “e de” por “ou”.

Portanto logo na primeira linha “os armadores e pescadores titulares de cédula marítima válida ou autorização de embarque”, uma coisa ou outra. É uma questão de pormenor.

Relativamente à alteração ao artigo 7º., subscrito por vários Deputados isto surgiu após algumas dúvidas em sede de Comissão que foram levantadas pelo Sra. Deputada Zuraida Soares, pelo Deputado Jorge Macedo, justiça seja feita, o seu a seu dono, e pretendeu-se aqui clarificar melhor também este artigo.

Relativamente às questões que são referidas tanto pelo PCP como pelo BE, relativamente ao artº. 6º., o PS não vai viabilizar nem uma, nem outra porque entende que deve haver um limite, quer um limite em número de dias por ano, quer também referenciar a questão da disponibilidade orçamental.

Achamos que os princípios da boa gestão dos dinheiros públicos assim o exigem.

Relativamente às competências do Conselho Administrativo há aqui uma proposta de eliminação da definição dos requisitos. Essa proposta, quanto a nós, também não vai ser viabilizada porque uma das principais críticas que a oposição tem feito tem sido relativamente à falta de clareza nos diplomas, remetendo algumas normas para outros instrumentos oficiais.

Ora, estamos aqui perante um diploma que para já define os requisitos e portanto achamos que é uma novidade e que é positivo, por isso também não vamos apoiar esta proposta de eliminação.

Relativamente ao artº. 10º.-A, que é apresentado pelo BE, nós também não vamos viabilizá-lo porque achamos que esta proposta retira flexibilidade ao diploma que é aquilo que no fundo se pretende e é aquilo que os pescadores e os armadores pediram: mais flexibilidade na aplicação deste diploma.

Deputada Zuraida Soares (BE): Façam propostas flexíveis!

O Orador: Ainda no que se refere à composição do Conselho Administrativo eu queria reforçar aquilo que o Sr. Secretário disse: estão a criar-se alguns fantasmas, relativamente a este assunto, até porque no passado o Conselho Administrativo todas as decisões que tomou (pelo menos é o conhecimento que tenho até há alguns meses atrás) foram por unanimidade.

Ora, isso quer dizer que foram negociadas até ao pormenor de modo a que contentasse todas as pessoas envolvidas neste órgão, o que demonstra que no fim de tudo há algum equilíbrio relativamente a esta questão e que os pescadores e os armadores estão bem representados, como estarão também bem representados os departamentos do Governo que têm diretamente a ver com a questão do emprego, das questões sociais e também das pescas.

Ainda relativamente à questão da composição a Sra. Deputada Zuraida Soares propõe a integração de um elemento do DOP da Universidade dos Açores.

O que queria dizer à Sra. Deputada é que todas as vezes que o FUNDOPESCA foi acionado não teve a ver com questões ligadas ao DOP, teve sim a ver com questões ligadas às intempéries...

Deputada Zuraida Soares (BE): Estão previstas no diploma outras possibilidades!

O Orador: ... por isso Sra. Deputada o que precisava aqui era um Representante do Instituto do Mar e da Atmosfera.

Deputada Zuraida Soares (BE): O diploma levanta outras possibilidades, Sr. Deputado!

O Orador: Oh Sra. Deputada vai ter de ouvir o que eu tenho a dizer sobre isto.

Portanto, eu acho que está desadequado e além disso também o Conselho Administrativo tem toda a legitimidade e autonomia para pedir, quer seja ao Departamento de Oceanografia e Pescas, até pode ter que ser outra entidade, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Peça à segurança social!

O Orador: ... qualquer tipo de parecer de natureza técnica a qualquer instituição ligada a este setor.

Portanto, parece-me que não vem mal ao mundo o facto do DOP não fazer parte do Conselho Administrativo.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Se ele fizesse se calhar vinha. Esse é que é o problema!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas uma breve intervenção para corroborar aquilo que a Sra. Deputada Zuraída Soares referiu e vem referido na sua proposta de alteração ao artº. 6º..

Quando na legislação é dito que o pagamento da compensação salarial fica limitado ao máximo de 60 dias por ano e às disponibilidades orçamentais do FUNDOPESCA, imaginemos, por exemplo, que o subsídio de desemprego ou qualquer outra prestação social deixaria de poder ser paga se o orçamento regional esgotasse a respetiva verba.

Deputado Francisco César (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Deputado o orçamento da região não paga o subsídio de desemprego!

O Orador: Não faz sentido que essa limitação seja indexada às disponibilidades orçamentais do FUNDOPESCA, faz sentido sim, que seja limitada temporalmente porque é um critério objetivo. Agora, limitar às disponibilidades orçamentais, repito aquilo que disse há pouco, o que seria se os cofres da segurança social deixassem de ter verba para pagar as prestações sociais? Tinha que haver um mecanismo qualquer, uma transferência

orçamental, um reforço de verba qualquer para acudir aos critérios, que são poucos, previamente definidos neste diploma.

Portanto, nós concordamos com aquela questão que é objeto da proposta de alteração do BE no artº. 6º. que o pagamento da compensação não deverá ser limitado à limitação orçamental, mas sim ao número de dias máximo que é um critério como qualquer outro, que podia ser 60 dias, podia ser 30 dias, podia ser 90 dias. É um critério como qualquer outro mas a única limitação deverá ser essa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação na especialidade.

Os três primeiros artigos da proposta não têm propostas de alteração.

Penso que podemos votá-los em conjunto.

Não havendo oposição então vamos votar o artº. 1º., 2º. e 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao artº. 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artº. 4º. com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artº. anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artº. 5º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artº. anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artº. 6º. a Mesa recebeu duas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação às duas propostas de alteração eu devo dizer que concordo com a proposta apresentada pelo BE nesta matéria.

Eu considero que o pagamento da compensação salarial fica limitado ao máximo de 60 dias por ano.

É necessário, não faz sentido que o diploma contemple o seguinte: “dentro das disponibilidades orçamentais do FUNDOPEÇA”.

O que acontece é que se as disponibilidades orçamentais não são as suficientes e se as necessidades são reais, tem que se reforçar as disponibilidades orçamentais do FUNDOPEÇA. Acho que isto é absolutamente lógico.

O que eu considero é que a proposta do PCP feita com boa intenção, na minha perspetiva, traz um problema que é, ao limitar apenas ao pagamento da compensação salarial, fica limitada às disponibilidades orçamentais do FUNDOPEÇA ou criar aqui um elemento de desigualdade de determinados pescadores terem direito a 10 dias, 15 dias, outros 120. Acho que pode introduzir aqui um elemento de desigualdade.

Agora em relação à proposta do FUNDOPEÇA acho que é lógica e acho que é uma proposta que corresponde de facto àqueles que são os interesses do setor.

Deputado Francisco César (PS): Isso já foi discutido!

Deputado José Ávila (PS): Isso está fora de questão!

O Orador: Imaginemos que dentro desta limitação dos 60 dias a verba já está esgotada e que as circunstâncias aconselham e justificam que se faça este pagamento. Não se faz porquê? Não faz sentido.

Portanto, considero que a proposta do BE nesta matéria é de inteira justiça.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo BE ao artº. 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Colocamos agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PCP a este mesmo artº. 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos a contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto a contra do PPM 1 voto a favor do PCP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então os seus camaradas votam contra?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quais meus camaradas?

Presidente: Tendo sido rejeitadas ambas as propostas de alteração, vamos então votar o artº. 6º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artº. 7º. a Mesa recebeu 3 propostas de alteração.

A primeira a ser colocada à votação é a proposta de eliminação apresentado pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Considerando que a proposta apresentada pelo PCP é de igual teor vamos considerar que está também rejeitada.

Sendo assim coloco à votação a proposta de alteração subscrita por um grupo de Deputados Regionais a este mesmo artº. 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação o artº. 7º. com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao artº. 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votamos agora ao artº. 8º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP, 1 abstenção do BE, 17 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Votamos agora o artº. 9º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artº. anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artº. 10º. o PCP apresentou uma proposta de alteração que propõe a eliminação da alínea b), do artº. 10º.. É esta que coloco agora à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Votamos agora ao artº. 10º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artº. artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação uma proposta de aditamento, o artº. 10-A, apresentada pelo BE.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para intervir?

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como já tinha dito na primeira intervenção que realizei, considero esta matéria fulcral, é necessário que este assunto seja da maior transparência.

A proposta do BE vai nesse sentido, quando diz que “a definição dos requisitos a preencher pelos beneficiários da compensação salarial consta do regulamento próprio elaborado pelo Conselho Administrativo no prazo de 90 dias após a sua tomada de posse”.

Tudo claro. Tudo absolutamente transparente e todos sabem com aquilo que podem contar e evita situações de arbitrariedade. Evita esse tipo de situações e esse tipo de situações têm ocorrido infelizmente.

Portanto considero que esta proposta é da maior importância.

Depois nunca nos podemos esquecer, que é o ponto nº. 2 da proposta, que este sistema político é um sistema parlamentar. Acontece que o Governo Regional tem vindo a ganhar um cada vez maior protagonismo nestas matérias remetendo tudo para regulamentação da responsabilidade do Governo e o sistema parlamentar tem vindo ao longo dos anos a ser diluído. Estas matérias são claramente matérias em que o Parlamento deve ter uma voz absolutamente decisiva, por isso é que considero que quando o BE diz que o regulamento de carácter público é passível de ratificação pela ALRAA, esta proposta faz todo o sentido e deve ser aprovada por esta câmara.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Independentemente do objetivo final da proposta que o BE faz com esta proposta de aditamento e até, digamos, a argumentação que o Deputado Paulo Estêvão utilizou aqui, há aqui um equívoco que tem a ver com o seguinte: a

Assembleia não tem competência para ratificar regimental e estatutariamente, um regulamento produzido por um Conselho de Administração...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exatamente!

O Orador: ... ou então digamos há aqui qualquer coisa que eu não estou a perceber muito bem e gostaria que alguém me explicasse. Nós não temos competência para isso.

Neste caso aqui (a proposta de eliminação da alínea b) do artº. 10º.), como ficava omissa, a obrigação caía em cima do Governo Regional para produzir a regulamentação num Decreto Regulamentar Regional, Decreto Regulamentar Regional que sendo, da competência do Governo Regional, nós podemos ter intervenção sobre ele, ou propondo a sua alteração através de um DLR ou propondo a sua revogação. Isso sim é o processo legislativo correto. Se eu estiver enganado agradeço que alguém me explique porque há aqui alguns colegas que, em termos regimentais e estatutários, estão muito mais abalizados do que eu para discutir sobre este assunto.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sem prejuízo da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires esta questão não estando no Regimento, não estando no Estatuto, se estiver na lei tem que se aplicar.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão é a seguinte: os atos políticos podem ser impugnados se os Regimentos não forem cumpridos.

Se não há ao nível das assembleias, há ao nível doutros órgãos a impugnação de atos pelo não cumprimento do Regimento.

Portanto, não me parece que se isto viesse a ser aprovado por esta câmara, se esta formulação viesse a ser aprovada por esta câmara, que nós estivéssemos aqui a cometer uma ato legítimo.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não vai ser!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então votar esta proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta de eliminação do artº. 11º. apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votamos agora o artº. 11º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O artº. anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação uma proposta de aditamento, artº. 11º.-A, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Não temos mais propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os restantes artigos deste diploma, nomeadamente do 12º. ao 17º.

Não havendo oposição vamos votar este conjunto de artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos então à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global o diploma foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira. Dispõe de 5 minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O CDS-PP até estaria disponível para aprovar a atual proposta de alteração do Decreto Legislativo, se as propostas de alteração, algumas para nós cruciais, tivessem sido aprovadas, nomeadamente a proposta de alteração ao artº. 8º., que garante que o Conselho Administrativo seria isento; ao artº. 10º, retirando a

responsabilidade de definir os critérios de acessibilidade ao Conselho Administrativo, eliminando de vez o carácter aleatório da atribuição deste fundo de compensação.

Por último, e para nós o mais importante, a eliminação do artigo 12º. que determina que “em última instância a atribuição das compensações salariais têm de ser homologadas por um Membro do Governo”, o que é perfeitamente desnecessário, uma vez que o FUNDOPESCA é dotado de autonomia administrativa e financeira.

Portanto, o CDS-PP não pode continuar a compactuar com o beija-mão.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há uma canção conhecida que diz assim: “é uma pena mas assim não vale a pena”. Na realidade foi uma pena que o Governo Regional não tivesse aproveitado a oportunidade, os nove meses que teve, para retirar de um diploma que tinha uma carga (volto a repeti-lo) de discricionariedade, governamentalização e chantagem, evidente aos olhos de qualquer pessoa de boa-fé, que os pescadores sentiram na pele durante quatro anos e que pelos vistos o Governo Regional recusou-se a emendar e era tão fácil, Sr. Secretário Regional, porque as alterações não eram assim de tanta monta, eram cirúrgicas, como os senhores costumam às vezes dizer.

Eram de facto cirúrgicas, mas eram o suficiente para que a desconfiança – não os fantasmas – permanente na falta de isenção, no favorecimento, no amiguismo e na falta de transparência continue a pender sobre um diploma do Governo Regional, de um novo Governo Regional que poderia ter feito uma coisa nova, num novo FUNDOPESCA por que os pescadores e esta Casa esperaram durante nove meses.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD sinalizou logo na generalidade o apoio a este diploma e sinalizou também em Comissão de Economia a colaboração sempre disponível para podermos melhorar os documentos que aqui vêm a esta casa.

Julgo que neste diploma ficou demonstrado o espírito construtivo e a abertura apoiante do PSD.

Registamos também o espírito de abertura do atual Secretário Regional com a tutela das pescas. Que diferença Srs. Deputados! Que diferença!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Podíamos naturalmente ter ido mais longe; podíamos naturalmente ter desgovernamentalizado o diploma e podíamos ter reduzido a sua discricionariedade, mas reconhecemos que foram dados passos muito positivos.

O PSD está, como esteve e estará, naturalmente, sempre disponível para quando exista abertura por parte dos membros do Governo Regional, e do Governo Regional no seu conjunto, poder trabalhar em conjunto para a melhoria das condições de vida dos açorianos e para podermos rapidamente ultrapassar as dificuldades que um pouco por toda a parte afligem os nossos concidadãos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM votou favoravelmente este diploma porque nós consideramos que muitos dos aspetos que foram referenciados aqui durante anos foram corrigidos. Nesse sentido é lógico, eu diria até que é obrigatório do ponto de vista da coerência política, que se reconheça, quando existem e quando se processam os avanços que nós durante tanto tempo requeremos.

É importante referir o seguinte: eu pensei que o Governo teria maior abertura, aqui em duas ou três propostas, nomeadamente em relação à definição de

requisitos. Esta é a questão que eu acho mais importante. É uma questão que na minha perspectiva diminui a arbitrariedade. Era bastante importante que se definissem os requisitos de uma forma absolutamente racional, de uma forma absolutamente clara.

Nesse sentido eu considero que se estava a prestar um bom serviço à transparência no exercício destas funções.

Eu não estou a dizer que exista corrupção e que exista compadrio. Não estou a dizer nada disso.

O que eu estou a dizer é que se as regras forem claras, quanto mais claras elas forem, é evidente que menos situações de arbitrariedade podem surgir.

Portanto, o legislador deve ter o cuidado de, no texto, definir um conjunto de critérios que sejam absolutamente transparentes e que permitam que depois a aplicação prática destes apoios sejam absolutamente previsíveis.

Nesse sentido eu considero que continua a haver duas ou três matérias em que temos que evoluir.

Vou só referir uma segunda matéria que eu também esperava que o Governo tivesse maior sensibilidade, porque também me parece de absoluta racionalidade, que é o seguinte: definindo um limite máximo de 60 dias, eu estou de acordo, é importante se acreditamos que aquilo que estamos a fazer do ponto de vista da concessão destes apoios é absolutamente racional (não tem nada de arbitrário, corresponde às necessidades efetivas) que não exista um teto para a concessão destes apoios. Se eles são necessários então não faz sentido que não exista a possibilidade de reforçar depois a capacidade deste fundo indo ao encontro das necessidades objetivas das pessoas.

Nesse sentido eu considero que também fica esta pecha neste diploma.

Globalmente, considero no entanto que foram dados passos positivos e por isso mesmo é que eu votei favoravelmente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Já foi dito aqui que a pesca assume-se como um setor muito importante nos Açores pelo peso no PIB, pelo emprego que envolve e pelo valor acrescentado que traz à economia.

A atividade depende de fatores imprevisíveis que podem condicionar o exercício da pesca e como tal podem reduzir o rendimento dos seus profissionais e das suas famílias.

É aqui que a administração pública tem responsabilidades, por isso foi criado um mecanismo de proteção que acabamos agora de melhorar no seu âmbito, no aumento do período de apoio e no alargamento do motivo de impedimento.

Hoje, com o nosso voto, melhoramos este diploma, criando melhores condições aos beneficiários, clarificando os requisitos e demos um sinal de confiança aos profissionais deste setor.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O PS, sempre que é chamado, aprova propostas de alteração que sejam coerentes e rejeita as propostas irrealizáveis.

Esta proposta teve o apoio da grande maioria, se não a maioria dos representantes dos pescadores e dos armadores.

Mais uma vez os pescadores e os armadores destas ilhas ficam a saber que podem contar connosco. Demos hoje um grande contributo ao setor da pesca.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Terminámos assim o ponto sete. Entramos no ponto 8 da nossa Agenda da Reunião **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 18/X – “Define a forma de registo de tempos de trabalho e as condições de publicidade de horário de trabalho dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região Autónoma dos Açores”**.

Os tempos definidos para esta matéria são os já conhecidos:

Governo e PS – 25 minutos;

PSD – 20 minutos;

CDS-PP – 13 minutos;

BE, PCP e PPM – 10 minutos.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para solicitar um intervalo regimental de 10 minutos.

(Pausa)

Presidente: É possível Sr. Deputado.

Tem a palavra para apresentação do diploma o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Governo Regional, nos termos do n.º.1, do art.º. 146.º., da alínea a), do n.º. 1, do art.º. 147.º., do Regimento desta Assembleia apresenta uma proposta no âmbito do Decreto Legislativo Regional que define a forma de registo do tempo de trabalho, das condições de publicidade de horário de trabalho dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região.

Esta proposta prende-se com a necessidade de implementar um regime há muito ansiado quer por empresários, quer por trabalhadores que elimina um conjunto de procedimentos burocráticos desajustados da nossa realidade regional arquipelágica e ultraperiférica.

A legislação atual obriga as empresas de transporte rodoviário à aquisição de um livrete por trabalhador e do seu envio para a Inspeção Regional do Trabalho a cada dois meses e cujo preenchimento se reveste de grande complexidade, originando pesados custos para as empresas.

Com esta proposta o registo de tempo de trabalho dos trabalhadores passará a ser feito nos termos do artº. 202º do Código do Trabalho e a publicidade dos horários de trabalho através do mapa de horário de trabalho com os elementos constantes no artº. 215º do Código do Trabalho, ou seja, “o horário passará a estar afixado no estabelecimento e a estar disponível em cada veículo ao qual o trabalhador esteja afeto”.

Com este diploma visa-se também disciplinar a mesma matéria que aos trabalhadores independentes diz respeito, aproximando os dois regimes na linha do que tem sido feito, quer pelo legislador comunitário, quer pelo legislador nacional, ao nível das atividades móveis de transporte rodoviário.

Assim, com este regime sem colocar em causa a segurança dos motoristas, estamos a desonerar mais uma vez as nossas empresas regionais e a adequar a nossa realidade insular ao regime legal em vigor, cuja aplicação nos termos em que está neste momento definido tem vindo a mostrar-se desajustada e penalizadora para as nossas empresas.

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O BE votará favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional e acerca dela tem apenas um comentário a fazer, aliás no seguimento de outros sobre a mesma matéria que tem vindo a fazer nesta câmara e que continuará a fazer até que alguma coisa seja alterada.

No parecer da CGTP, no último parágrafo, esta central sindical diz o seguinte: “O lugar próprio para a discussão das matérias apresentadas (apresentadas por esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que são evidentemente matérias laborais) é no seio da contratação coletiva. Consideramos fundamental que o Governo Regional promova em primeiro lugar a contratação coletiva e só em última instância proceda de outra forma”.

Como é sabido (volto aqui a dizê-lo) a resposta a um desafio feito reiteradamente pelo Sr. Vice-presidente do governo Regional, o BE apresentou na Assembleia da República uma Proposta de Decreto-Lei que permitia e legitimava este trabalho de contratação coletiva, este diálogo (não é um parecer, é um diálogo, é uma negociação) entre os representantes dos trabalhadores e o Governo Regional, tornava-a legítima. Portanto não havia mais nenhuma possibilidade de desculpa para dizer que não é feito porque a lei ou não obriga, ou não permite e o PSD e o CDS na República foram os únicos partidos que votaram contra esta proposta do BE.

Faço aqui um apelo na Assembleia Legislativa dos Açores ao CDS e ao PSD, para que expliquem aos vossos partidos a nível nacional, como do ponto de vista dos trabalhadores da RAA, teria sido importante ter aprovado aquela proposta do BE e quando ela voltar novamente a ser apresentada pensem duas vezes na democracia, no direito de negociação dos trabalhadores e na possibilidade do Governo Regional e desta Casa não receber, a cada diploma que versa sobre matéria laboral, este tipo de parecer que tem toda a legitimidade e é real, mas a responsabilidade neste momento está na mão do CDS e do PSD.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada, suspeito que eles não têm influência para isso, mas...

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu, não vou repetir aquilo que o Sr. Vice-Presidente referiu, apenas dizer e lembrar também aqui que este diploma foi pedido com urgência e a urgência do diploma foi votada por unanimidade nesta câmara e depois seguiu os seus trâmites legais.

Houve a consulta pública aos sindicatos e só a CGTP respondeu, referindo que nada tinha a opor em relação ao conteúdo da Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo Regional.

Dizer também que tive o cuidado de ouvir os representantes do setor no sindicato representativo deste setor em que disseram que o diploma era uma aspiração dos próprios trabalhadores e vinha facilitar também o seu trabalho, desburocratizando o seu trabalho e que achavam que a Proposta do Governo Regional vinha ao encontro daquilo que eles próprios pensavam para esta matéria.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma palavra para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta proposta de Decreto Legislativo Regional sem todavia deixar de fazer um registo. O registo é este: o Sr. Vice-Presidente transmitiu-nos aqui que este regime que agora será aplicado corresponde a uma vontade há muito manifestada por entidades patronais, entidades sindicais e pelos trabalhadores de uma forma em geral sobre esta desburocratização, simplificação que aqui se faz.

O registo é no sentido de dizer que aquilo que nós aqui estamos a fazer, no fundo, é exercer uma competência a partir de um Decreto-Lei que já tem seis anos.

Todavia, não deixa de ser útil para este setor. Nessa medida o Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta iniciativa mas não posso deixar de reiterar aqui as preocupações que foram explicitadas pela Deputada Zuraida Soares. Apesar do parecer da CGTP ser favorável à aprovação deste diploma, isso não deve dispensar aquilo que é fundamental e

que é a negociação coletiva. Portanto isto deveria ter sido discutido em sede de negociação coletiva.

Lamento que a Deputada Graça Silva se tenha escudado apenas ao facto da CGTP ter dado um parecer positivo e ter omitido a necessidade destas matérias serem discutidas na sede onde devem ser discutidas, que é na contratação coletiva.

Por outro lado, gostaria apenas, se o Sr. Vice-Presidente fizesse o obséquo de me informar, se efetivamente o conceito de tempo de trabalho permanece igual àquele que é constante da alínea d) dos anexos da Portaria 983, de 2009?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Peço a palavra apenas para manifestar a minha opinião relativamente àquele que é o teor do parecer da CGTP que foi acompanhado por alguns partidos da oposição.

Salvo melhor opinião, esta matéria não é objeto de contratação coletiva, é objeto de legislação de trabalho em matéria que tem a ver com segurança no trabalho ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os horários de trabalho não são objeto de...

A Oradora: ... à qual, Sr. Deputado, os contratos de trabalho ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há melhores opiniões até ao fim!

A Oradora: Não é o objeto do trabalho concreto que é celebrado entre o trabalhador e a entidade patronal.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então há melhores opiniões que a sua, Sra. Deputada!

A Oradora: Oh Sr. Deputado, ouça até ao fim!

Presidente: Sr. Deputado, a Sra. Deputada Isabel Rodrigues está no uso da palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com certeza, Sra. Presidente!

A Oradora: Há um conjunto de princípios da legislação de trabalho que têm a ver com matérias, como por exemplo a segurança no trabalho e é disso que este diploma cuida, é de segurança no trabalho, para isso é que servem os registos do tempo de trabalho. Maioritariamente é por uma questão de segurança no trabalho, para se garantir que o trabalhador cumpre os tempos máximos de trabalho.

Essa matéria não está sequer na livre disponibilidade das partes, são regras que o direito impõe quando se celebram contratos de trabalho.

Portanto, eu penso que salvo melhor opinião o que está em causa não é matéria de contratação coletiva e portanto o Governo agiu muito bem. Identificou uma situação que carecia de ser melhorada, apresentou a sua proposta e não há de facto lugar à contratação coletiva.

É esta a minha opinião e gostaria de a partilhar com a câmara.

Muito obrigada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há melhores opiniões do que aquela!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, ...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Vai-me dar a sua opinião que é melhor do que a minha!

O Orador: Não. Não é a minha opinião que é melhor do que a opinião de V. Exa., ...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Certamente!

O Orador: ... mas haverá outras opiniões melhores que as de V. Exa. sobre esta matéria e se me permite eu sempre preferirei a opinião da CGTP do que propriamente a sua sobre estas matérias.

De qualquer forma eu deixei aqui uma questão que coloquei ao Sr. Vice-Presidente e que gostaria de ver respondida.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Deixe-me pôr os óculos!

O Orador: Faça favor Sr. Vice-Presidente.

Esclarecer se o conceito de tempo de trabalho permanece igual neste diploma ao estabelecido na Portaria 983/2009 ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): 2007!

O Orador: Diga Sr. Vice-Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): A portaria é de 2007!

O Orador: 2007. Tem toda a razão.

... isto é, se inclui os tempos de cargas e descargas ou outras paragens, durante as quais a presença do trabalhador é imprescindível.

Era isto que eu queria saber apenas para consolidar aqui o meu sentido de voto favorável à proposta que V. Exa. nos trouxe aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para responder à pergunta do Sr. Deputado Aníbal Pires quero dizer que a matéria que aqui está em causa nesta Proposta de Decreto visa apenas alterar, em relação a esta Portaria as matérias que objetivamente estão alteradas, ou seja as matérias que dizem respeito ao mecanismo da fixação e à forma de preenchimento do formulário que aqui tenho e que é anexo à referida portaria.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não há alteração do conceito?

O Orador: Estou a dizer-lhe exatamente o que é.

Portanto, se altera apenas isso não altera absolutamente mais nada.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não há alteração do conceito. Muito obrigado!

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Para solicitar um intervalo regimental de 10 ou 15 minutos.

Presidente: Considerando o nosso horário vamos terminar os nossos trabalhos de hoje.

Sendo assim uma boa noite a todos.

Até amanhã. Regressamos às 10 horas.

Eram 19 horas e 45 minutos.

Deputado que entrou durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Luís Carlos Martins **Maciel**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P'la redatora: Noélia Escobar

